

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação**  
**Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação**

**Cleusa Pavan**

**PRÁTICAS SOCIAIS NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA:**  
a avaliação pelos pares nas revistas brasileiras de Ciência da Informação

**Porto Alegre**

**2008**

**Cleusa Pavan**

**PRÁTICAS SOCIAIS NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA:**  
a avaliação pelos pares nas revistas brasileiras de Ciência da Informação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (Linha de Pesquisa Informação, Tecnologias e Práticas Sociais), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação e Informação.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ida Regina Chitto Stumpf

**Porto Alegre**

**2008**

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P337p Pavan, Cleusa

Práticas sociais na comunicação científica : a avaliação pelos pares nas revistas brasileiras de Ciência da Informação / Cleusa Pavan ; orientadora Ida Regina Chitto Stumpf. – 2008.

171 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Porto Alegre, 2008.

1. Comunicação científica. 2. Revista científica. 3. Avaliação pelos pares. 4. Ciência da Informação. I. Stumpf, Ida Regina Chitto. II. Título.

CDU: 05 (81)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação**  
**Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação**

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação intitulada **Práticas Sociais na Comunicação Científica**: a avaliação pelos pares nas revistas brasileiras de Ciência da Informação, elaborada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação e Informação.

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ida Regina Chitto Stumpf (Orientadora)

Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação/Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sônia Elisa Caregnato

Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação/Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Doutora em *Information Studies* pela *University of Sheffield*

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helen Beatriz Frota Rozados

Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação/Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Dalla Zen

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação/Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Valdir Jose Morigi (Suplente)

Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação/Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo

02 de abril de 2008.

*A Angelo e Clecy, meus pais.  
A Claudia e Cladis, minhas irmãs.*

## AGRADECIMENTOS

Com toda gratidão, destaco especialmente aqueles que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

A minha orientadora de generosidade ímpar, a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ida Regina Chitto Stumpf, cuja dedicação e acompanhamento a este trabalho, guiando meus “passos” de modo seguro, possibilitou o meu crescimento intelectual e pessoal.

As integrantes da Banca de Qualificação, a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sônia Elisa Caregnato e a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helen Beatriz Frota Rozados, pelos importantes apontamentos que auxiliaram-me a definir melhor alguns aspectos da pesquisa.

Todos os sujeitos do estudo (membros do corpo editorial das revistas científicas analisadas e os autores), pelo tempo e atenção despendidos para responder aos instrumentos de coleta de dados.

A minha prima, Angelita Pavan Poloni, por todo apoio e pela revisão do texto.

As minhas colegas de curso, Cristiane Lindemann, Danielle Sandri Reule, Vivian Beatriz Temp e Maria Clara Jobst de Aquino, pela amizade construída, e, em especial, Geórgia Cordeiro Dantas, pelo auxílio com o *software* utilizado neste trabalho e pelas horas compartilhadas de pesquisa e redação de artigos.

O Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, pela acolhida e pelas novas amizades.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão de bolsa de estudo, permitindo a dedicação exclusiva ao curso de Mestrado.

## RESUMO

A pesquisa analisou o processo de avaliação pelos pares nas revistas brasileiras de Ciência da Informação como uma prática social na ciência. Além disso, verificou a estrutura editorial das revistas e a filiação institucional dos editores, membros das comissões editoriais e avaliadores. Para a coleta de dados, utilizou questionários distintos para cada sujeito e analisou partes textuais das seis revistas classificadas com conceito A (nacional) pelo Qualis/CAPES, a saber: Ciência da Informação, DataGramaZero, Encontros Bibli, Informação & Sociedade, Perspectivas em Ciência da Informação e Transinformação. Trata-se de um estudo descritivo que identificou como sujeitos os editores, membros das comissões editoriais, avaliadores e autores que contribuíram com as revistas em 2006. Os resultados apontaram que a estrutura editorial mais comum entre as revistas constitui-se de editor, comissão editorial, conselho consultivo e auxiliares. A maioria dos editores, membros das comissões editoriais e avaliadores são vinculados a instituições de ensino superior brasileiras ou estrangeiras. Sobre os procedimentos de avaliação, os resultados mostraram que o número de avaliadores por trabalho é no mínimo dois ou três. As revistas empregam critérios de avaliação que tratam dos aspectos formais e de conteúdo dos originais. A maioria dos membros das comissões editoriais e dos avaliadores considerou os procedimentos e critérios de avaliação satisfatórios. Entre os autores, a maior parte apontou que os procedimentos e critérios foram expressos com clareza pelas revistas. Os conflitos de interesse ocorreram com a minoria dos respondentes. A falta de respostas sobre alguns procedimentos adotados por uma revista dificultou a análise dos dados. Constata-se que as revistas, em sua maioria, seguem procedimentos de avaliação similares e de acordo com os padrões científicos. As diferenças principais estão relacionadas ao tipo de recompensa, ao formato do parecer dos avaliadores e à decisão final sobre a publicação dos artigos.

**Palavras-chave:** Comunicação científica. Revista científica. Estrutura editorial. Processo de avaliação pelos pares. Ciência da Informação.

## ABSTRACT

The study analyzed the peer review process in Brazilian journals of Information Science as a social practice in science. Moreover, it verified the editorial structure of scientific journals and the institutional affiliation of editors, members of editorial committees and reviewers. For the data gathering process, it utilized distinct questionnaires for each person and analyzed textual parts of six scientific journals graded A (national), according to Qualis/CAPES, namely: *Ciência da Informação*, *DataGramaZero*, *Encontros Bibli*, *Informação & Sociedade*, *Perspectivas em Ciência da Informação* e *Transinformação*. Subjects of this descriptive study are editors, members of editorial committees, reviewers and authors who have contributed to such journals in 2006. The results pointed that the most common editorial structure among the scientific journals is composed by editor, editorial committee, editorial board and assessors. Most of the editors, members of editorial committees and reviewers are affiliated to Brazilian or foreign institutions of higher education. Concerning the review procedures, the results revealed that the number of referees by articles is two or three. The scientific journals employ review criteria which deal with formal and content aspects of manuscripts. The majority of members of editorial committees and reviewers considered the procedures and review criteria satisfactory. The most part of the authors indicated that the procedures and review criteria were expressed clearly by scientific journals. Conflicts of interest occurred with the minority of respondents. The lack of answers about some procedures adopted by a scientific journal made the data analysis more difficult. Conclusions indicate that the scientific journals, in their majority, following similar peer review procedures and in accordance with scientific standards. The main differences are related to the type of recompense, the reviews format and the final decision about the publication of the articles.

**Keywords:** Scientific communication. Scientific journal. Editorial structure. Peer review process. Information Science.



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Amostra da Pesquisa e sua Distribuição entre as Revistas Estudadas.....	94
<b>Tabela 2</b> – Percentual de Questionários Devolvidos pelos Sujeitos .....	97
<b>Tabela 3</b> – Número de Avaliadores por Instituição – Ciência da Informação (Volume 35, Número 1 e 3, 2006).....	101
<b>Tabela 4</b> – Número de Avaliadores por Instituição – Encontros Bibli (Número 21, 1º semestre e Número 22, 2º semestre, 2006) .....	103
<b>Tabela 5</b> – Tipo de Avaliação pelos Pares Utilizado pelas Revistas em Relação ao Nome do Avaliador e do Autor.....	110
<b>Tabela 6</b> – Critérios Utilizados pelas Revistas para a Seleção de Avaliadores .....	115
<b>Tabela 7</b> – Tempo Médio de Avaliação de um Artigo.....	117
<b>Tabela 8</b> – Contato Prévio com os Avaliadores sobre a Disponibilidade de Tempo.....	118
<b>Tabela 9</b> – Tempo Oferecido para Entrega de Pareceres Segundo os Editores.....	119
<b>Tabela 10</b> – Tempo Oferecido para Entrega de Pareceres Segundo os Avaliadores .....	120
<b>Tabela 11</b> – Cumprimento do Prazo de Entrega de Pareceres pelos Avaliadores .....	120
<b>Tabela 12</b> – Tempo Médio Utilizado pelos Avaliadores para Apreciação dos Artigos .....	122
<b>Tabela 13</b> – Etapas da Avaliação pelos Pares Realizadas de Forma Eletrônica .....	128

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALPSP	<i>Association of Learned and Professional Society Publishers</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCN	Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadadas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DOAJ	<i>Directory of Open Access Journals</i>
EASE	<i>European Association of Science Editors</i>
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
IASI	Instituto de Adaptação e Inserção na Sociedade da Informação
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ISSN	<i>International Standard Serial Number</i>
ISTA	<i>Information Science and Technology Abstracts</i>
LISA	<i>Library and Information Science Abstracts</i>
OAI	<i>Open Archives Initiative</i>
OCLC	<i>Online Computer Library Center</i>
PUC-Campinas	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
RQI	<i>Review Quality Instrument</i>
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SEER	Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
U.Porto	Universidade do Porto
UdelaR	<i>Universidad de la República</i>
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UPS	<i>Université Paul Sabatier - Toulouse III</i>
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1	Contexto da Pesquisa.....	15
1.2	Justificativa da Escolha do Tema.....	22
1.3	Objetivos.....	27
1.3.1	Objetivo Geral.....	27
1.3.2	Objetivos Específicos .....	27
1.4	Definição e Operacionalização dos Termos.....	28
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>33</b>
2.1	A Ciência e a Construção do Conhecimento Científico.....	33
2.1.1	As Comunidades Científicas .....	38
2.1.2	A Comunicação Científica.....	43
2.2	A Produção de Revistas Científicas .....	53
2.3	O Processo de Avaliação pelos Pares nas Revistas Científicas .....	63
2.3.1	Conceitos, Atores e Etapas da Avaliação pelos Pares.....	64
2.3.2	Tipos de Avaliação pelos Pares e Críticas ao Processo.....	73
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>87</b>
3.1	<i>Corpus</i> .....	87
3.2	Sujeitos e Amostra da Pesquisa.....	92
3.3	Instrumentos de Coleta de Dados .....	94
3.4	Procedimentos de Coleta de Dados e Respondentes da Pesquisa.....	96
3.5	Tratamento e Análise dos Dados Coletados .....	98
<b>4</b>	<b>DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....</b>	<b>100</b>
4.1	Estrutura Editorial das Revistas Estudadas.....	100
4.2	Procedimentos de Avaliação pelos Pares Adotados pelas Revistas .....	108
4.3	Percepções sobre a Avaliação pelos Pares .....	133

<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>147</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>152</b>
	<b>APÊNDICE A – Questionário para os Editores .....</b>	<b>163</b>
	<b>APÊNDICE B – Questionário para os Membros das Comissões Editoriais.....</b>	<b>166</b>
	<b>APÊNDICE C – Questionário para os Avaliadores ou Membros dos Conselhos Consultivos .....</b>	<b>167</b>
	<b>APÊNDICE D – Questionário para os Autores.....</b>	<b>169</b>
	<b>APÊNDICE E – Perguntas Específicas para os Editores .....</b>	<b>170</b>
	<b>APÊNDICE F – Carta de Apresentação .....</b>	<b>171</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Comunicação e ciência estão intrinsecamente relacionadas, à medida que esta depende daquela para informar à comunidade de cientistas e à sociedade em geral os achados e os progressos da investigação científica. O desenvolvimento de idéias, teorias e estudos por meio de um método científico implica que os dados reunidos e analisados pelos cientistas sejam, mais tarde, transmitidos para seus pares ou colegas. Essa divulgação leva em consideração não somente o desejo do progresso científico, mas as motivações intelectuais, pessoais ou coletivas, institucionais, entre outras. Sendo assim, comunicar é essencial para a ciência visto que o conhecimento científico pode ser construído, principalmente, a partir de pesquisas realizadas anteriormente e publicadas através de um canal de comunicação científica.

Uma vez publicado, o conhecimento produzido deixa de ser posse individual para se integrar ao corpo da literatura científica possibilitando novos estudos, o diálogo entre os cientistas e o estabelecimento da autoridade da idéia ou da descoberta. As formas de comunicação utilizadas pelas comunidades científicas são variadas, podendo ocorrer através da escrita ou da oralidade. Os livros, as revistas científicas, as mensagens trocadas através de cartas, do correio eletrônico ou das listas de discussão, os congressos e seminários, a videoconferência são exemplos de canais formais e informais de comunicação científica. As redes de comunicação que se estabelecem entre as instituições e entre os cientistas permitem tanto o contato face a face quanto aquele mediado pelo computador.

As revistas ou periódicos científicos (*scholarly journals*, *scientific journals* ou apenas *journals*) estão entre os canais de comunicação mais utilizados e aceitos pelos cientistas para a publicação inédita de seus artigos ou trabalhos sendo, inclusive, objetos de medida da produção científica de um país ou de áreas específicas. Criadas no século XVII pelas sociedades e academias científicas da Europa, as revistas são a

memória viva da ciência, preservada para consulta e uso pelas comunidades científicas.

Mais tarde, essas primeiras sociedades também foram as responsáveis pelo desenvolvimento de um mecanismo para o controle do conteúdo a ser publicado nas revistas – a avaliação pelos pares. Igualmente denominada avaliação de originais ou julgamento pelos pares (*peer review* ou *referee system*), constitui-se um filtro de trabalhos científicos para a ciência indicando a sua originalidade e autenticidade. Atualmente, esse filtro é empregado também por publicadoras/editoras, organizadores de eventos científicos (congresso, simpósios e conferências), agências de fomento à pesquisa, para analisar, respectivamente, livros ou monografias, artigos e projetos de pesquisa. Uma vez aprovados, os autores podem ter seus trabalhos publicados oficialmente, obter reconhecimento científico, adquirir recursos financeiros, bolsas de pesquisa, entre outras vantagens.

Dessa forma, a avaliação pelos pares é um componente que integra o intrincado processo de comunicação e depende de esforços coletivos, valores éticos e boa conduta de toda a comunidade científica, pois essa produz e, ao mesmo tempo, certifica o conhecimento produzido. Ainda, considera-se que a avaliação pelos pares é uma prática social, pois reúne sujeitos em torno de uma atividade com um fim específico.

Os periódicos científicos têm como característica essencial o emprego do julgamento pelos pares que aprova ou rejeita os originais baseando-se em critérios de avaliação pré-estabelecidos, geralmente pelas próprias revistas, sendo que essas consideram os padrões científicos para compô-los. Como o crescimento da produção científica no mundo é crescente e contínuo, parece que cada vez mais são necessários critérios rígidos e atenção redobrada por parte dos editores e avaliadores para a revisão de originais. As revistas que adotam a avaliação pelos pares podem adquirir mais qualidade, principalmente no que se refere ao conteúdo que essas publicam e disseminam. Os principais atores envolvidos no processo são os editores, membros da comissão editorial, avaliadores e autores.

Vale ressaltar que a avaliação é alvo de críticas e tema de debates entre os cientistas devido a diversos fatores, como: subjetividade, falhas e injustiças cometidas

pelos avaliadores ou editores, favorecimento a determinados pesquisadores ou grupos, morosidade da revisão, entre outros. Novos modelos de avaliação que visam amenizar as suas imperfeições são discutidos pelas comunidades científicas e alguns estão em fase de experiência, enquanto outros já estão estabelecidos. A utilização das tecnologias de informação e comunicação (TICs) pelas revistas tem contribuído para que muitos desses modelos sejam implementados. Além disso, tais tecnologias possibilitaram que várias etapas da avaliação de originais adquirissem maior dinamicidade e agilidade, como por exemplo a comunicação entre editor e autor ou avaliador, o envio e recebimento de trabalhos, entre outras.

Sendo assim, esta pesquisa, com o interesse especial em analisar o recente processo de avaliação pelos pares em revistas científicas de uma disciplina específica, a partir de uma abordagem qualitativa e quantitativa, tomou como cenário a comunidade de Ciência da Informação no Brasil. Entende-se aqui que as comunidades científicas são formadas por pesquisadores especializados em uma disciplina que compartilhem de um mesmo objeto de estudo e de um léxico específico, podendo estar vinculados ou não a universidades, associações e academias científicas.

As seis revistas selecionadas foram: Ciência da Informação, DataGramZero: revista de Ciência da Informação, Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Informação & Sociedade: estudos, Perspectivas em Ciência da Informação e Transinformação. A partir dos fascículos de 2006, foram definidos os sujeitos que seriam convidados para responder aos questionários, a saber: editores, membros das comissões editoriais, avaliadores e autores de artigos publicados.

Logo a seguir, ainda nesta primeira seção da dissertação, são descritos o contexto em que a pesquisa foi desenvolvida, a justificativa para a seleção do tema, bem como os objetivos que guiaram o estudo. Na segunda seção encontra-se o quadro teórico e está dividido em três subseções que tratam, nesta ordem, da ciência e da construção do conhecimento, das revistas científicas e do processo de avaliação pelos pares. Na terceira seção apresenta-se o caminho metodológico percorrido,



enquanto na quarta seção são descritos e interpretados os dados coletados. Por fim, a quinta seção foi reservada para as conclusões do estudo.

## 1.1 Contexto da Pesquisa

A Ciência da Informação possui uma história recente, de pouco mais de cinco décadas (período de tempo curto na perspectiva da ciência) e por isso não apresenta ainda um *corpus* sedimentado de teorias, conceitos ou metodologias. Esse fato constitui-se num desafio para os pesquisadores da disciplina em questão, uma vez que construir o conhecimento teórico permite entendê-la melhor e delinear as suas linhas investigativas básicas. Pode-se dizer que a Ciência da Informação está em processo de construção ou composição.

Numa visão atual, entende-se aqui que a Ciência da Informação é um campo preocupado com os problemas do registro e da comunicação do conhecimento entre os seres humanos, seja no contexto social, institucional ou individual dos usos e necessidades de informação (SARACEVIC, 1995). Ou ainda, tem como objeto de estudo os processos de construção, comunicação e uso da informação e a concepção de produtos e sistemas para o desenvolvimento de tais processos (LE COADIC, 2004).

O impulso para o desenvolvimento do campo ocorreu a partir dos estudos sobre problemas informacionais que se acentuaram com o encerramento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), sendo que os eventos promovidos pelo *Georgia Institute of Technology* (1961 e 1962) e pela *Special Libraries Association* (1967) colaboraram para tal desenvolvimento (LOUREIRO, 1999). Ao mesmo tempo em que a informação adquiria valor e importância, a Documentação perdia espaço. A mudança nos nomes do então *American Documentation Institute* (ADI), fundado em 1937, para *American Society for Information Science* (ASIS) em 1968 demonstram a institucionalização do campo. A partir de 2000, tal instituição passou a denominar-se *American Society for Information Science and Technology* (ASIS&T). Conforme Saracevic (1995), três características gerais motivaram a existência da Ciência da Informação:

interdisciplinaridade, ligação inexorável com a tecnologia da informação e participação ativa na evolução da Sociedade da Informação.

Como uma Ciência Social Aplicada e interdisciplinar, ela sofre influências e também é influenciada por outras disciplinas, entre elas a Comunicação, a Ciência da Computação, a Psicologia, a Sociologia, a Matemática, a Estatística, a Lingüística e outras. Para Le Coadic (2004), a Ciência da Informação nasceu da Biblioteconomia tomando como objeto de estudo a informação fornecida pelas bibliotecas ou centros de documentação para suas primeiras investigações e, somente depois, passou a estudar a informação científica, técnica, industrial ou do Estado sofrendo os efeitos do desenvolvimento das tecnologias e das necessidades de informação dos vários setores da sociedade. Assim, esse campo busca compreender o fenômeno informação em todas as áreas do saber, bem como seu contínuo e acelerado processo de produção pela sociedade atual, contribuindo para o progresso da ciência e das tecnologias.

Para efeitos desta pesquisa, considera-se que a Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia são campos distintos da Ciência da Informação. Segue-se a Tabela de Áreas do Conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (2006a) que classifica a Ciência da Informação, juntamente com os campos anteriormente citados, entre outros, na área de avaliação Ciências Sociais Aplicadas I, subordinada à grande área de Ciências Sociais Aplicadas.

No Brasil, a Ciência da Informação surgiu a partir da criação dos cursos de Mestrado, na década de 1970, influenciada pelo seu desenvolvimento na Europa e nos Estados Unidos. Atualmente (fevereiro de 2008), são reconhecidos pela CAPES oito Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação e um curso de Mestrado Profissional, conforme pode ser observado no Quadro a seguir, organizado por ordem cronológica de início dos cursos de Mestrado. Vale ressaltar que alguns desses Programas nem sempre receberam essa designação, pois em suas origens estavam instalados em escolas/faculdades que ofereciam os cursos de graduação em Biblioteconomia, adotando os termos Biblioteconomia e Documentação até que, com

o passar do tempo e determinadas reformulações, passaram a utilizar o termo Ciência da Informação.

Pós-Graduação em Ciência da Informação	Áreas de Concentração	UF	Ano de Início dos Cursos	
			M	D
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/UFF/IBICT <sup>(1)</sup>	O Conhecimento da Informação e a Informação para o Conhecimento	RJ	1970	1991
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/USP <sup>(2)</sup>	Cultura e Informação	SP	1972	1980
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/UFMG	Produção, Organização e Utilização da Informação	MG	1976	1997
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/UFPB <sup>(3)</sup>	Informação, Conhecimento e Sociedade	PB	1977	-
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/UnB	Transferência da Informação	DF	1978	1992
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/UNESP	Informação, Tecnologia e Conhecimento	SP	1998	2005
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/UFBA	Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea	BA	2000	-
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/UFSC	Gestão da Informação	SC	2000	-
Mestrado Profissional em Gestão da Informação/UFL	Gestão e Organização do Conhecimento	PR	2007	-

#### Quadro – Cursos de Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação

##### Reconhecidos pela CAPES

Fonte: COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Relação de Cursos Recomendados e Reconhecidos. 2008. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarGrandeArea>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

Legenda: UF= Unidade Federativa; M= Mestrado; D= Doutorado

Notas: <sup>(1)</sup> O curso de Mestrado iniciou no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). A partir de 1983 tornou-se uma unidade do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e desde 2003 mantém convênio com a Universidade Federal Fluminense (UFF). (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO/UFF/IBICT, 2007?).

<sup>(2)</sup> Em sua origem, o Mestrado e o Doutorado estavam vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação da Universidade de São Paulo (USP) (com áreas de concentração específicas). Somente no ano de 2006 adquiriram autonomia. (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO/USP, 2007).

<sup>(3)</sup> O Curso Mestrado foi descredenciado pela CAPES, em 2002, por uma série de irregularidades, entre elas a dispersão dos temas, teorias e métodos nas dissertações (ARAÚJO; TENÓRIO; FARIAS, 2003). Voltou a ser recomendado no ano de 2007.

A comunidade brasileira de pesquisadores em Ciência da Informação, conta com oito cursos de Mestrado Acadêmico, um curso de Mestrado Profissional e cinco cursos de Doutorado. Os cursos de Mestrado estão localizados nos Estados de São Paulo, da Bahia, de Minas Gerais, da Paraíba, do Paraná, do Rio de Janeiro e de Santa Catarina e no Distrito Federal, enquanto os cursos de Doutorado encontram-se em três Estados (Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo) e no Distrito Federal. Esses últimos estão concentrados nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do país.

O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), que em 1976 alterou seu nome para Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), pode ser considerado o precursor da Ciência da Informação no país, ao instalar o primeiro curso de Mestrado influenciando as universidades que, em seguida, organizaram novos programas de pós-graduação. Nota-se que o primeiro curso de Doutorado foi criado dez anos depois da instituição do primeiro Mestrado. Ainda, vale ressaltar que o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), criado em 1977, foi descredenciado pela CAPES em 2007.

Dentro desse contexto foram criadas as primeiras revistas especializadas em Ciência da Informação no Brasil, em vista da carência de canais para a divulgação da produção científica gerada em tais Programas e, também, nos cursos de graduação existentes, como o de Biblioteconomia. A seguir, estão arrolados periódicos brasileiros que se destinam a cobrir tal campo, sem a intenção de indicar a sua totalidade. Alguns desses periódicos têm origem nas publicações de Biblioteconomia, como pode ser observado nas mudanças de títulos. Assim, aparecem no texto também aqueles que se dedicam aos campos correlatos da Ciência da Informação. Para ajudar nesta retrospectiva, parte das informações relacionadas foi recuperada através do Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas<sup>1</sup> (CCN) (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2007?) e dos trabalhos de Ohira, Sombrio e Prado (2000) e de Pinheiro (2006).

---

<sup>1</sup> Catálogo de acesso público que reúne informações sobre as publicações técnico-científicas de catálogos de bibliotecas brasileiras, permitindo a localização e intercâmbio de documentos entre essas bibliotecas. Disponível em: <<http://ccn.ibict.br/busca.jsf>>. Acesso em: 21 fev. 2007.

No período anterior à criação das primeiras revistas especificamente dedicadas à Ciência da Informação foram editadas outras publicações como: o IBBD Boletim e o Boletim Informativo da FEBAB. O primeiro, sob responsabilidade do IBBD, foi publicado de 1955 a 1958 sendo substituído pelo IBBD Notícias Diversas (1961-1964). O segundo, sob responsabilidade da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, atualmente denominada Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), foi editado entre os anos de 1960 a 1972, quando a instituição substituiu a sua publicação pela Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, em 1973. A partir de 1999 há um acréscimo no título, passando a chamar-se Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação: nova série<sup>2</sup>.

Apenas dois anos depois da criação do Mestrado, o IBBD lançou a revista Ciência da Informação<sup>3</sup>, em 1972. A intenção do veículo era divulgar as atividades do próprio Instituto e o desenvolvimento da disciplina no Brasil e no exterior (CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 1972). Em março do mesmo ano, foi criada a Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente a revista denomina-se Perspectivas em Ciência da Informação<sup>4</sup>. Essas duas revistas são publicações correntes.

Logo depois, em 1973, a Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (ABDF) juntamente com o Departamento de Biblioteconomia (atual Departamento de Ciência da Informação e Documentação) da Universidade de Brasília (UnB), publicaram o primeiro volume da Revista de Biblioteconomia de Brasília<sup>5</sup>. Seu último fascículo (v. 25, n. 1) foi publicado em 2001, sendo dessa maneira um periódico que está com sua edição interrompida.

Já na década de 1980, foram criadas as revistas: Palavra-chave (1982-) da Associação Paulista de Bibliotecários que tem seus fascículos publicados irregularmente e neste momento está interrompida; Biblos: revista do Departamento

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/index>>. Acesso em: maio 2007.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciainformacao/index.php>>. Acesso em: 25 jan. 2007.

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php>>. Acesso em: 25 jan. 2007.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.unb.br/fa/cid/rbb/>>. Acesso em: 25 jan. 2007.

de Biblioteconomia e História<sup>6</sup> (1985-) da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Revista de Biblioteconomia & Comunicação (1986-2002) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), substituída por Em Questão: revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS<sup>7</sup> (2003-); e Transinformação<sup>8</sup> (1989-) do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

Na última década do século XX, pode-se indicar a criação das revistas: Informação & Sociedade: estudos<sup>9</sup> (1991-) do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da UFPB; Informação & Informação<sup>10</sup> (1991-) do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL); Informare: cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (1995-1999) da UFRJ/IBICT; Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação<sup>11</sup> (1996-) do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina<sup>12</sup> (1996-) da Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB); Infociência (1998-) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Comunicação & Informação (1998-) da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (UFG); e DataGramaZero: revista de Ciência da Informação<sup>13</sup> (1999-) do Instituto de Adaptação e Inserção na Sociedade da Informação (IASI). Entre essas, apenas a Informare é um periódico não corrente, o qual teve seu último volume publicado em 1999, conforme consta no CCN.

Ohira, Sombrio e Prado (2000), ao analisarem a evolução de 20 títulos de periódicos brasileiros de Biblioteconomia e Ciência da Informação, apontam que a grande expansão do número de títulos, na década de 1990 pode ser atribuída às

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.furg.br/furg/revistas/bib.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2007

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao>>. Acesso em: 29 abr. 2007.

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/>>. Acesso em: 25 jan. 2007.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies>>. Acesso em: 30 abr. 2007.

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/informacao/index.php>>. Acesso em: 29 abr. 2007.

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb>>. Acesso em: 07 abr. 2008.

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www.acbsc.org.br/revista/ojs/>>. Acesso em: 29 abr. 2007.

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://www.dgz.org.br/>>. Acesso em: 25 jan. 2007.

facilidades proporcionadas pelas tecnologias na produção de produtos de informação.

Recentemente, foram lançados os periódicos: *Morpheus: revista eletrônica em Ciências Humanas – conhecimento e sociedade*<sup>14</sup> (2002-) do Laboratório de Linguagens e Mídias (Centro de Ciências Humanas) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*<sup>15</sup> (2003-) do Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); *Liinc em revista*<sup>16</sup> (2005-) do Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e Conhecimento coordenado pela UFRJ e pelo IBICT; *Brazilian Journal of Information Science*<sup>17</sup> (2006-) do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e *PontodeAcesso*<sup>18</sup> (2007-) do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Vale ressaltar a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) que anunciou a publicação de uma revista eletrônica intitulada *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, para o mês de setembro de 2008, e o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio UFF/IBICT que também divulgou a criação de uma nova revista brasileira, denominada *Informatum*.

A criação de todas essas publicações fomentou o desenvolvimento da pesquisa em Ciência da Informação, no Brasil, na medida em que atendeu aos pesquisadores e profissionais desejosos por novos canais de comunicação científica e possibilitou o intercâmbio de conhecimentos produzidos entre os pares. Ao verificar apenas os periódicos eletrônicos brasileiros desse campo, Pinheiro (2006) afirma que está ocorrendo a consolidação e até mesmo expansão da Ciência da Informação no país, inclusive sua inserção no ambiente digital. A maioria dos periódicos

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.unirio.br/morpheusonline/index.htm>>. Acesso em: 29 abr. 2007.

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://server01.bc.unicamp.br/seer/ojs/index.php>>. Acesso em: 25 jan. 2007.

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc/>>. Acesso em: 30 abr. 2007.

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://www.bjis.unesp.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2008.

<sup>18</sup> Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/index>>. Acesso em: 07 abr. 2008.

relacionados anteriormente está disponível na Internet, sendo que aqueles criados a partir de 2000 são todos eletrônicos.

Urbizagástegui Alvarado (2006), ao identificar 50 revistas de Biblioteconomia e Ciência da Informação editadas correntemente na América Latina (período 1997-2001), verificou que os países que lideram são: Brasil com 30%, Argentina com 16% seguida do México com 14%. Em relação à liderança brasileira, o autor indica que a explicação está na implantação dos cursos de pós-graduação a partir de 1970, além da existência de muitas escolas de Biblioteconomia no nível de graduação.

Percebe-se que os periódicos, a partir dos Programas de Pós-Graduação, passaram a ter um enfoque mais científico e menos noticioso, diferenciando-se dos primeiros informativos e boletins. Enfim, a criação de novos títulos e/ou manutenção daqueles existentes podem provocar um aumento da expressão desse campo na pesquisa científica brasileira.

## **1.2 Justificativa da Escolha do Tema**

As mudanças crescentes que as tecnologias de informação e comunicação provocaram, e continuam a provocar, na construção e divulgação do conhecimento científico são evidentes, inclusive no processo de avaliação pelos pares. O emprego dessas tecnologias, que têm a Internet como sua principal representante, alterou o tradicional processo de avaliação, bem como possibilitou a criação de novas formas de revisão de originais, sendo que algumas exploram a característica colaborativa da Internet. Determinadas revistas estão conhecendo e experimentando essas novas possibilidades de revisão de originais.

O julgamento pelos pares é, atualmente, um tema em discussão na academia e nas associações científicas, não só pelas mudanças advindas do uso das redes eletrônicas pelos cientistas, mas por ser o responsável pela autenticação do conhecimento científico publicado e, também, por uma série de outros componentes que se referem aos próprios cientistas (prioridade e proteção da descoberta, necessidade de publicar constantemente, reconhecimento e visibilidade de seus



trabalhos, entre outros). Roberts (1999), ao refletir sobre a publicação das revistas científicas na Internet, aponta que o tempo entre a submissão e a publicação de trabalhos é drasticamente reduzido e, além disso, opina a favor da permanência de alguma forma de filtro para as revistas no ambiente digital. Costa (2000) também indica que a revisão pelos pares sofre os impactos do uso da tecnologia, potencializando a comunicação entre os atores e reduzindo o tempo gasto com impressão, reprodução, serviços postais, entre outros. Assim, torna-se importante a compreensão e a exploração deste assunto, frente ao novo cenário tecnológico que se apresenta.

O processo de avaliação pode ser apontado como a etapa mais importante da produção editorial de uma revista científica, seja essa impressa ou eletrônica, uma vez que todo conhecimento aprovado para publicação poderá posteriormente ser utilizado pelos pesquisadores, docentes, discentes e outros profissionais como insumo para novas investigações. Sabe-se que esse processo possui imperfeições, entretanto são os atores envolvidos os principais responsáveis pela reflexão, elaboração e implementação de propostas que visem seu aperfeiçoamento.

A escolha do tema – avaliação pelos pares nas revistas brasileiras de Ciência da Informação – para o desenvolvimento desta pesquisa justifica-se devido a alguns fatores abaixo elencados.

O primeiro fator deve-se ao exame da literatura científica em que foram mapeados estudos com esse tema. O resultado do exame revelou que nenhum estudo apresentou como foco a Ciência da Informação. Na literatura estrangeira encontram-se inúmeros trabalhos, principalmente relacionados às Ciências da Saúde. Vale ressaltar o trabalho de Glogoff (1988) que estudou as práticas dos avaliadores de 31 revistas de Biblioteconomia de língua inglesa e as percepções sobre seu papel no processo editorial.

No Brasil, são poucas as pesquisas realizadas sobre o processo de avaliação pelos pares. Destacam-se abaixo alguns trabalhos de pesquisadores brasileiros e de um estrangeiro:

- a) Castro, Negrão e Zaher (1996) estudaram os procedimentos editoriais empregados pelos editores para avaliação dos artigos de revistas da área

de saúde da América Latina e do Caribe, indexadas nas bases MEDLINE e Literatura Latino-Americana e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (LILACS). Os resultados indicaram que a função do editor é prioritária em todas as fases do julgamento pelos pares e da produção das revistas. Os autores apontam a necessidade de elaboração de diretrizes para os periódicos e de um modelo padrão para a avaliação de trabalhos, bem como estudos complementares para melhorar a produção científica latino-americana;

- b) Mueller (1997) fez um levantamento das práticas de avaliação de artigos em revistas brasileiras, financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), no período de 1995 e 1996, considerando diferentes áreas da ciência. A pesquisadora revela que os periódicos apresentaram semelhanças quanto à editoração e publicação, apesar das diferenças entre as áreas, e propõe exames mais detalhados em revistas de um universo menor do conhecimento;
- c) Davyt García (1997, 2001), em seu estudo no nível de Mestrado, analisou os significados da palavra excelência no processo de avaliação das atividades científicas, através de uma abordagem sociológica, além de verificar as práticas adotadas para seleção de propostas de pesquisa no contexto da *Comisión Sectorial de Investigación Científica* da *Universidad de la República* (UdelaR), Uruguai. Para o pesquisador, o conceito de excelência não é abstrato, mas construído através de negociações, dentro de um contexto histórico e particular. Em sua tese, Davyt García investigou a sistemática da avaliação por pares e da tomada de decisão quanto à alocação de recursos para pesquisa de duas agências de fomento brasileiras: CNPq e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). O autor aponta, entre as conclusões, que ambas as agências utilizam critérios de qualidade e reconhecem o papel central da avaliação pelos pares para suas decisões quanto à aprovação de projetos, porém com práticas distintas. Enquanto o CNPq tem como principal fase a

tomada de decisão final sobre a aprovação pelos cientistas que integram os Comitês Assessores, a FAPESP tem como fase de maior relevância a primeira (escolha dos assessores *ad hoc*). Além disso, possuem diferenças quanto à região atendida e, também, na relação entre o volume da demanda e recursos disponíveis;

- d) Voltarelli, Falaschi e Rodrigues (2001) verificaram a opinião dos avaliadores sobre as práticas de revisão da revista Medicina (Ribeirão Preto), através de questionários. Destaca-se entre os resultados que 61% deles gostariam de ter um formulário mais estruturado para avaliação, 78% declararam que o anonimato dos autores é importante para julgamentos imparciais e apenas 9% indicaram que autores e avaliadores deveriam ser identificados;
- e) Omote (2005) relacionou alguns dados específicos sobre a avaliação pelos pares empregada pela Revista Brasileira de Educação Especial, sob responsabilidade da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, comentando os pontos que essa revista pode melhorar;
- f) Stumpf (2003, 2006) analisou a avaliação de originais nos periódicos brasileiros de Comunicação. Entre as conclusões, a autora aponta que, de forma geral, adotam procedimentos científicos para análise dos trabalhos, sendo que esses estão fortemente relacionados com a forma como a produção do periódico organiza-se.

Sendo assim, esta pesquisa poderá contribuir com informações singulares sobre os procedimentos adotados pelas revistas brasileiras de Ciência da Informação, quanto à análise de artigos científicos. Também, poderá fornecer subsídios para aprimorar o processo de publicação de tais veículos, colaborando para o aumento da sua qualidade e do seu prestígio entre os pares da comunidade científica nacional e internacional.

O segundo fator que justifica a realização da pesquisa está relacionado a ela considerar a opinião dos editores, membros das comissões editoriais, avaliadores e autores de artigos publicados nas revistas, sem ignorar, portanto, nenhuma das partes envolvidas no processo de avaliação pelos pares permitindo que todos os

atores acrescentem sua percepção sobre essa questão. Sabe-se que esses indivíduos podem acumular papéis, porém não são todos que desempenham mais de uma função na construção do conhecimento científico e das revistas.

O terceiro fator refere-se à reutilização da metodologia aqui empregada. Caso pertinente, a metodologia poderá ser aplicada a outros contextos ou áreas do conhecimento, a fim de verificar a qualidade dos periódicos científicos, especialmente no que se refere ao processo de avaliação de originais. O indicativo de qualidade produzido poderá ser útil aos responsáveis pelos veículos (editores, instituições/entidades publicadoras) à medida que se tornam capazes de diagnosticar problemas ou falhas e, ao mesmo tempo, criar propostas de ações e melhorias para a produção das revistas.

O quarto aspecto que motiva o desenvolvimento da pesquisa considera a trajetória acadêmica da pesquisadora no curso de Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação pertencente à UFRGS. Interessada pelos temas relacionados à comunicação científica, no Trabalho de Conclusão de Curso foram abordadas algumas questões sobre o julgamento pelos pares nas revistas de Ciência da Informação (apenas através da ótica dos editores). O estudo foi orientado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ida R. C. Stumpf, no ano de 2005.

Por fim, ressalta-se que a determinação da Ciência da Informação como *locus* de pesquisa e não de outro campo, deve-se, principalmente, por entender que essa se propõe a estudar, entre outras matérias, as questões relacionadas à comunicação científica e às revistas. Compreender os próprios processos de construção, disseminação e uso do conhecimento, neste caso mais especificamente aquilo que se refere à *peer review* em periódicos científicos, poderá colaborar para o avanço da Ciência da Informação brasileira, além de possibilitar a reflexão daqueles que integram essa comunidade a respeito do tema.

Também, poderá beneficiar os membros do corpo editorial das revistas, considerados responsáveis diretos pela gestão do processo de avaliação pelos pares, uma vez que permitirá a todos rever o seu papel na construção e publicação do conhecimento científico e a sua conduta.

Considerando todo o contexto exposto, apresentam-se como indagações da pesquisa as questões:

- a) Quais os procedimentos de avaliação pelos pares adotados pelas revistas brasileiras de Ciência da Informação?
- b) Os procedimentos de avaliação pelos pares são similares entre tais revistas?
- c) Quais as percepções dos atores envolvidos nesse processo?

### 1.3 Objetivos

Os objetivos da pesquisa estão traçados a seguir com o fim de responder as perguntas que a norteiam.

#### 1.3.1 Objetivo Geral

Analisar o processo de avaliação pelos pares nas revistas brasileiras de Ciência da Informação classificadas com conceito A (nacional), pelo Qualis<sup>19</sup> 2006, a partir da percepção dos editores, membros das comissões editoriais, avaliadores e autores.

#### 1.3.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos da pesquisa são:

- a) verificar o processo de avaliação pelos pares nas revistas quanto:

---

<sup>19</sup> Relação de uma série de publicações utilizadas para a divulgação da produção intelectual dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Essas publicações são classificadas por comissões de consultores que se baseiam em critérios específicos para cada área do conhecimento, levando em consideração o âmbito de circulação (local, nacional, internacional) e a qualidade (A, B, C). (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2006b?). O WebQualis está disponível em: <<http://servicos.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em: 14 mar. 2007.

- aos procedimentos de avaliação de artigos científicos;
  - ao tipo de avaliação pelos pares empregado;
  - aos critérios de avaliação de artigos científicos;
  - aos critérios de seleção de avaliadores;
  - à formulação de pareceres;
  - à comunicação sobre o processo de avaliação para os autores;
  - ao tempo médio de avaliação de artigos científicos;
  - aos conflitos de interesse entre editores, membros das comissões editoriais, avaliadores ou autores;
- b) analisar a estrutura editorial das revistas quanto à presença de editores, comissão editorial, conselho consultivo, avaliadores *ad hoc* e outros cargos técnicos;
- c) verificar a filiação institucional de editores, membros das comissões editoriais e avaliadores;
- d) indicar as fragilidades e os pontos fortes da avaliação pelos pares conforme os editores, membros das comissões editoriais, avaliadores e autores.

#### 1.4 Definição e Operacionalização dos Termos

Lista-se, em ordem alfabética, a definição e a operacionalização dos termos expressos nos objetivos do estudo, para que, no decorrer da leitura do texto, esses sejam compreendidos exclusivamente com o sentido atribuído a seguir:

- a) **artigos científicos** - esse termo corresponde, principalmente, aos manuscritos ou originais de caráter investigativo, de caráter teórico-opinativo ou de revisão encaminhados às revistas científicas para avaliação pelos pares. O primeiro apresenta idéias, métodos e resultados de uma pesquisa, possuindo basicamente as seções: Introdução, Metodologia, Análise dos Resultados e Conclusões, permitindo, de certa forma, a repetição e/ou validação do estudo. O segundo exprime um

texto com idéias, opiniões e argumentos referente a um tema ou mais, sempre baseado na literatura científica para enriquecer a discussão. Por fim, o artigo de revisão é o resultado de um estudo sobre um assunto específico em profundidade através do resgate da literatura científica publicada referente a esse tema;

- b) **autores** - são os responsáveis intelectuais dos artigos científicos submetidos à avaliação e publicados pelas revistas. Podem ser categorizados em autor individual ou coletivo (duas ou mais pessoas);
- c) **avaliação pelos pares** - neste estudo, compreende um conjunto de elementos, especialmente indivíduos e procedimentos, que atuam para a apreciação de artigos científicos. Os indivíduos são os editores, integrantes da comissão editorial, avaliadores e autores (especificados nesta subseção), e os procedimentos inerentes a essa apreciação são: recebimento dos textos, identificação e seleção de avaliadores, estabelecimento de critérios de revisão de originais, especificação das normas para submissão de trabalhos científicos, formulação de pareceres, entre outros. Os termos revisão pelos pares, julgamento pelos pares ou *peer review* são usados, aqui, com o mesmo significado;
- d) **avaliadores** - termo sinônimo de consultores, pareceristas e revisores (*referees* ou *reviewers*). São os especialistas no assunto dos artigos submetidos à avaliação pelos autores e convidados, geralmente pelo editor, para analisar esses manuscritos. Além disso, devem elaborar um parecer conclusivo que visa auxiliar o editor quanto à decisão sobre a recusa ou o aceite (parcial ou não) do trabalho para publicação pela revista;
- e) **avaliadores *ad hoc*** - também chamados de avaliadores externos, esses não são membros do conselho consultivo, mas participam do julgamento dos artigos submetidos à avaliação pelos autores sempre que o editor da revista considerar necessário;
- f) **comissão editorial** - corresponde ao grupo de pessoas que prestam assessoria ao editor nas diversas atividades para a publicação de uma

revista científica. A comissão pode variar quanto ao número, à filiação institucional e ao período de vigência de atuação de seus membros;

- g) **comunicação** - refere-se ao contato ou à troca de mensagens sobre o processo de avaliação pelos pares, desde o recebimento dos artigos até a decisão final pela sua publicação ou recusa, entre o editor (ou representante da revista) e os autores;
- h) **conflitos de interesse** - são situações em que editores, integrantes das comissões editoriais, avaliadores e autores opõem-se por motivos de várias ordens, como interesses intelectuais, financeiros, sociais, religiosos e outros;
- i) **conselho consultivo** - compreende o grupo de avaliadores que analisam os artigos científicos enviados para julgamento pelos seus autores. Da mesma forma que a comissão editorial, o conselho consultivo pode variar em relação ao número, à filiação institucional e ao período de vigência de atuação de seus integrantes;
- j) **critérios de avaliação** - compreende o conjunto de características ou requisitos a serem observados pelos avaliadores em seu processo de leitura e análise dos artigos e que variam conforme as áreas do conhecimento, como por exemplo: originalidade, ineditismo, precisão, autores citados, conceitos abordados, estrutura do trabalho, procedimentos metodológicos, tratamento estatístico, análise dos dados, conclusões, novidades, impacto para a ciência, entre outros;
- k) **critérios de seleção de avaliadores** - refere-se aos requisitos estipulados pelas revistas científicas para inclusão de avaliadores como membros do conselho consultivo ou como consultores *ad hoc*. Alguns critérios de seleção utilizados são: titulação, senioridade acadêmica, envolvimento em atividades de pesquisa, produção científica, cargos que ocupa ou ocupou, instituição a que está ou esteve vinculado, entre outros;
- l) **editores** - são os principais responsáveis pelo processo de avaliação e pela publicação da revista científica, ou seja, têm a função de coordenar os vários processos administrativos, editoriais e de apreciação dos



originais. Podem ser categorizados em: editor principal ou científico, adjunto, executivo, associado, assistente e convidado;

- m) **estrutura editorial** - corresponde à constituição organizacional das revistas científicas, a saber: editores, comissão editorial, conselho consultivo, consultores *ad hoc* e outros cargos técnicos;
- n) **filiação institucional** - refere-se ao vínculo dos editores, membros das comissões editoriais e avaliadores com determinadas instituições ou órgãos nos quais desenvolveram seus trabalhos no ano de 2006 (ou ainda desenvolvem). Nesta pesquisa a filiação institucional é categorizada em nacional e estrangeira;
- o) **fragilidades** - refere-se às imperfeições, falhas ou características negativas que prejudicam o desenvolvimento da avaliação pelos pares nas revistas científicas. Essas fragilidades podem estar relacionadas com o processo de avaliação em si ou com as pessoas que dele fazem parte;
- p) **normas para submissão de trabalhos científicos** - são os requisitos a serem observados e cumpridos pelos autores na elaboração de seus trabalhos para posterior submissão às revistas científicas. Também podem ser denominadas instruções ou diretrizes para os autores;
- q) **pareceres** - significa os textos redigidos ou os formulários preenchidos pelos avaliadores durante a análise dos artigos e que são, de modo geral, encaminhados diretamente para o editor da revista científica. Ainda, podem incluir os pareceres reescritos ou resumidos que são enviados pelos editores aos autores. O termo é aqui utilizado como sinônimo de relatórios e comentários;
- r) **procedimentos de avaliação** - considera-se o conjunto de ações desempenhadas pelos editores, avaliadores e membros das comissões editoriais para o desenvolvimento de todas as etapas do processo de avaliação dos artigos;
- s) **pontos fortes** - são as excelências ou aspectos vantajosos da revisão pelos pares nas revistas científicas, ou seja, são o oposto do termo fragilidades definido anteriormente;

- t) **revistas científicas** - são um tipo de publicações periódicas que registram e divulgam o conhecimento científico certificado pelos pares, seja no formato impresso ou eletrônico. Suas características principais são: título único, periodicidade regular de publicação, numeração contínua de seus fascículos ou volumes, identificação única pelo *International Standard Serial Number* (ISSN) e políticas editoriais próprias. Podem cobrir uma área específica ou várias áreas do conhecimento, publicar trabalhos em um ou mais idiomas e serem objetos de serviços de indexação;
- u) **tipo de avaliação pelos pares** - nesta pesquisa, corresponde à: avaliação às cegas ou fechada para o autor (*single blind peer review*) em que os avaliadores conhecem a identidade dos autores; avaliação às cegas ou fechada duplamente (*double blind peer review*) em que são omitidos os nomes dos autores e dos avaliadores, bem como de suas instituições; avaliação aberta (*open peer review*) em que as identidades de autores e avaliadores são reveladas um para o outro; e avaliação mista que combina os tipos aberto e fechado citados acima.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Para orientar a reflexão quanto à avaliação de originais nos periódicos científicos é fundamental tratar de algumas temáticas relacionadas a esse processo, a partir da revisão da literatura científica. Desse modo, esta seção versa primeiramente sobre a construção e a comunicação do conhecimento pelas comunidades científicas, além de incluir breves considerações sobre a ciência. Em seguida, aborda a evolução das revistas científicas e seus processos de produção e, por fim, discute a avaliação pelos pares nesse tipo de veículo, bem como apresenta alguns dos estudos realizados, as críticas ao processo de validação da ciência e as alternativas propostas.

### **2.1 A Ciência e a Construção do Conhecimento Científico**

Desde a Antiguidade, o homem procurou compreender a natureza e os fenômenos que nela ocorriam (ou que ainda ocorrem). Esse fato pode estar relacionado tanto com a vontade de saber mais, quanto com a luta pela sobrevivência num ambiente desconhecido e que precisava ser “dominado”, uma vez que descobrir as causas e relações dos fenômenos verificados possibilitaria viver por mais tempo e em melhores condições. As necessidades básicas, sem dúvida, estimularam o ser humano a observar, refletir e criar na tentativa de adquirir conhecimentos novos para sanar suas angústias, dúvidas e problemas. De certa forma, pode-se dizer que já nesse período estão os primórdios da ciência e da construção do conhecimento científico.

No final do século VII a.C. e início do século VI a.C. deu-se um grande salto para a estruturação do conhecimento com o nascimento da Filosofia, considerada a precursora de todas as ciências. Conforme Chauí (1999, p. 20):

A Filosofia, entendida como aspiração ao conhecimento racional, lógico e sistemático da realidade natural e humana, da origem e causas do mundo e de suas transformações, da origem e causas das ações humanas e do próprio pensamento, é um fato tipicamente grego.

Ainda, de acordo com a autora supracitada, não quer dizer que outros povos não tivessem desenvolvido a Filosofia, pois conhecimentos produzidos por outras culturas propiciaram o surgimento da Filosofia grega, mas essa apresentou características originais que nenhum outro povo desenvolveu, como racionalizar as narrativas da origem das coisas, dos homens e das instituições humanas, transformar em ciência a sabedoria prática, inventar a política e sistematizar o pensamento. Destacam-se, entre os primeiros filósofos gregos, Tales de Mileto, Heráclito, Aristóteles, Sócrates, Platão e Pitágoras. Assim, a Filosofia buscou e ainda busca um entendimento do universo, questionando a realidade vivida pelo homem sem a influência da religião ou dos mitos.

Do campo do pensamento e das idéias até o desenvolvimento do método científico (entre os séculos XVI e XVIII), através dos trabalhos de Nicolau Copérnico, Galileu Galilei, Francis Bacon, René Descartes e outros sábios que os sucederam, foi preciso uma ruptura do modo de pensar. Essa ruptura, denominada Revolução Científica e ocorrida no século XVII, rejeitou a tradição clássica baseada nas idéias de Aristóteles e Ptolomeu e ofereceu possibilidades de inovação (BURKE, 2003). Assim, a ciência entrou para a Modernidade e o conhecimento empírico, até então produzido, passou a coexistir com o conhecimento sistemático, objetivo e passível de verificação pelos pares. A criação das universidades e das academias ou sociedades científicas contribuíram para a organização e a institucionalização da ciência.

Esses breves apontamentos servem para indicar que a ciência percorreu um longo período de tempo para chegar em seu estágio atual de desenvolvimento. Muitos outros fatos históricos poderiam ser destacados, mas essa pesquisa não tem a pretensão de contar a história da ciência em seus mínimos detalhes, apenas indicar alguns momentos de sua evolução, a fim de compreender como a ciência cresceu e foi capaz de modificar os cenários sociais, econômicos, educacionais, ambientais, entre outros.

Mas, afinal, o que é ciência? Muitas são as definições encontradas na literatura acadêmica, porém definir ciência é sempre arriscado. Pode-se incorrer no erro ao ser genérico demais, incompleto, ou ainda, repetir o que foi escrito anteriormente. O professor Ziman (1979, p. 17) afirma que dar uma resposta a essa pergunta “[. . .] demonstra quase tanta presunção quanto tentar definir o sentido da própria vida.” Ao refletir em seu ensaio sobre as várias concepções do que significa ciência, Ziman (1979) sugere que essa é conhecimento público, no sentido de que esse conhecimento deve passar pela análise de especialistas para ser aceito universalmente e alcançar um consenso de opinião racional e não apenas como mais um conhecimento publicado. Caso a ciência não procedesse dessa maneira, cada indivíduo poderia fazer ciência, ou seja, questionar, observar, coletar dados, criar teorias e, talvez, publicar seus achados e idéias. Além disso, todo o conhecimento científico deve diferenciar-se do senso comum, pois enquanto esse último é subjetivo e está enraizado nas tradições e hábitos dos seres humanos, o primeiro é racional, desenvolvido somente através de pesquisas ou investigações que possuem uma metodologia capaz de provar os resultados obtidos e até formular uma teoria. Assim, a ciência não é uma consequência do método científico, mas o método propriamente dito (ZIMAN, 1979).

Freire-Maia (1997), que considera a ciência sob dois aspectos, ciência-disciplina (aquela ensinada pelo professor de modo formal em sala de aula para seus alunos, ou seja, o conjunto de leis, teorias, descrições etc.) e ciência-processo (aquela em que o cientista investiga determinado tema, através de uma metodologia científica, formula teorias, modelos e, depois, divulga os resultados), também escreve sobre a dificuldade de definir ciência, porém não deixa de arriscar:

Colocando de lado as preocupações epistemológicas de alto nível e usando os elementos básicos aqui já referidos como característicos da ciência-disciplina e da ciência-processo, podemos apresentar uma tentativa simplificada e tosca de definição: Ciência é um conjunto de descrições, interpretações, teorias, leis, modelos, etc., visando ao conhecimento de uma parcela da realidade, em contínua ampliação e renovação, que resulta da aplicação deliberada de uma metodologia especial (metodologia científica). (FREIRE-MAIA, 1997, p. 24).

Mais uma vez aparece a idéia de reunião de conhecimentos adquiridos sempre através da utilização do método científico. A ciência é um processo não linear que gera novos conhecimentos congregando aqueles já existentes e, muitas vezes, abandonando os antecessores, como por exemplo no campo da Física em que criação da teoria da relatividade por Albert Einstein substituiu a teoria da gravitação universal de Isaac Newton. É preciso lembrar que, o conhecimento científico é apenas um entre tantas outras formas de conhecimento. Burke (2003) explica que existe uma pluralidade de conhecimentos que podem ser distinguidos uns dos outros. Dessa maneira, a geração do conhecimento especializado ou genérico é um processo coletivo e ao mesmo tempo complexo que visa a sua acumulação, seja esse produzido pelo artesão ou político, agricultor ou cientista, engenheiro ou filósofo.

Desde o domínio do fogo pelo homem, a invenção da escrita e depois da imprensa, até o lançamento de sondas espaciais ou o seqüenciamento do genoma humano, entre outros acontecimentos científicos, foi preciso a perseverança e a criatividade de muitos homens e mulheres que ora colaboram, ora competem entre si. Desse modo, a ciência através de todo o conhecimento científico produzido pretende agir sobre a realidade do ser humano modificando a sua forma de viver e pensar, porém também sofre as influências advindas da própria sociedade. A ausência de neutralidade é, então, uma característica da ciência. Como um produto do trabalho intelectual do ser humano, ela não está livre de erros e fraudes (mesmo com o emprego da avaliação pelos pares).

Na perspectiva de Cronin (1984), a ciência deve ser pensada como um sistema social e os cientistas como membros de uma comunidade que compartilha perspectivas, atitudes, crenças e um esquema conceitual. Sendo assim, ela implica um certo senso coletivo, não que seja impossível fazer investigações de forma individual, porém a validação e o reconhecimento somente são provenientes dos próprios colegas. Isso significa que o cientista pode desempenhar concomitantemente o papel de autor e de avaliador no seu campo científico.

Sabe-se que a ciência tem valor fundamental para o Estado e para a sociedade. O seu desenvolvimento depende em grande parte da qualificação dos profissionais/pesquisadores e dos incentivos que são dados às instituições que

desenvolvem a pesquisa científica. Nos países desenvolvidos, a ciência produzida é geralmente considerada de ponta, ou seja, de alto nível de qualidade. Já nos países em desenvolvimento, as barreiras para se fazer ciência estão sempre presentes, porque na maioria das vezes os recursos são escassos prejudicando a execução de projetos ou pesquisas, porém não quer dizer que nessas nações não sejam produzidas boas idéias ou ciência de qualidade.

Em relação ao Brasil, Meis e Leta (1996) apontam que a tardia institucionalização da ciência, associada às dificuldades econômicas, prejudicou o seu crescimento e organização. Aqui, a pesquisa científica é gerada, principalmente, nas salas e laboratórios das universidades, embora outras instituições também contribuam para a ciência brasileira, como por exemplo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) ou a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Conforme dados divulgados pelo presidente da CAPES, Jorge Almeida Guimarães, na 59ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), de 2007, o Brasil está entre os 30 países com maior número de artigos publicados em 2006, ocupando o 15º lugar (OLIVEIRA, D., 2007). Ao subir duas posições em relação a 2005, estando próximo de 2% da produção mundial, o país ultrapassou Suécia e Suíça. Esse é um fato a ser comemorado por toda comunidade científica brasileira, sendo que esses números servem como um indicador para pensar o caminho que ela quer trilhar para sua entrada definitiva no bloco dos países desenvolvidos.

Por fim, considerando que a ciência - uma atividade coletiva e sempre mutante - depende de um sistema comunicacional capaz de interligar a rede de produtores do conhecimento científico, ou seja, os cientistas dispersos em vários países, abordam-se em seguida as comunidades científicas e as formas de comunicação que ocorrem entre os seus integrantes.

### 2.1.1 As Comunidades Científicas

Refletir sobre o tema instigante que é a ciência sem considerar as comunidades que a formam seria uma tarefa incompleta, uma vez que as comunidades científicas, através de seus membros, possuem comportamentos e costumes heterogêneos que variam conforme as áreas do conhecimento e os contextos institucional e geográfico em que estão inseridas. Sendo assim, pode-se subentender que há diferentes modos de investigar, produzir e comunicar o conhecimento científico.

Conforme Meadows (1999), logo no século V e IV a.C. os gregos reuniam-se na periferia de Atenas, chamada de Academia, para discutir questões filosóficas. O termo academia continua a ser empregado no século XXI para indicar o local onde os intelectuais encontram-se ou trabalham. A organização ou institucionalização das primeiras sociedades ocorreu somente nos séculos XVI e XVII, na Europa. Essas tinham por objetivo criar uma ciência experimental e motivar as atividades de seus membros, introduzindo padrões para as experiências e mecanismos para a comunicação dos resultados encontrados pelos cientistas (WALKER; HURT, 1990). Entre as primeiras, destacam-se: *Academia Secretorum Naturae* (1560) criada pelo físico Giambattista della Porta em Nápoles, na Itália (mais tarde fechada pela Inquisição); *Academia del Cimento* (1657) situada em Florença, também na Itália; *Royal Society of London for Improving Natural Knowledge* (1660) na Inglaterra; *Académie Royale des Sciences* (1666) na França (MEIS; LETA, 1996; BURKE, 2003).

Com o passar do tempo, outras sociedades foram criadas, espalhando-se por diversos países. Meadows (1999) explica que foi um processo lento e gradual, mas que no século XVIII o número de academias e sociedades fundadas aumentou rapidamente, chegando a estabelecer-se em torno de 70. O grande mérito das primeiras sociedades foi a promoção para o desenvolvimento de uma ciência com maior qualidade, pois essas incentivaram os debates e o compartilhamento de informações entre seus membros.

Estudar uma comunidade científica, de qualquer área do saber, significa compreender previamente que:



Cada pesquisador é, individualmente, membro de diversos grupos sociais, cada um deles interligado ao outro. Incluem sua equipe experimental imediata, a comunidade internacional de pessoas que trabalham no mesmo campo, e a comunidade mais ampla de cientistas de disciplinas diferentes, as quais, todavia, se complementam, compilando um quadro conceitual do mundo. (DIXON, 1976, p. 34).

Assim, toda comunidade científica é composta por grupos de pesquisadores (ligados ou não a instituições, universidades e associações) que se relacionam entre si, seja no âmbito regional, nacional ou internacional, e quando reunidos com comunidades de outras áreas do saber formam, portanto, aquilo que se denomina ciência. Os cientistas não são membros de uma única comunidade, mas de várias comunidades que de alguma forma estão ligadas e constituem uma rede de produtores de conhecimento científico.

O funcionamento dessas comunidades ocorre mediante um sistema de doação, em que o pesquisador transfere gratuitamente as informações que possui sem esperar uma recompensa econômica, porém recebe da própria comunidade a sua confirmação como um cientista (LE COADIC, 2004). Portanto, publicar torna-se essencial para obter reconhecimento dos colegas, mas também para se sobressair entre seus pares, visto que os cientistas concorrem por um mesmo espaço (cargos, convites ou aprovação de trabalhos para eventos científicos, entre outros). Além disso, a publicação garante ao cientista a autoria da descoberta, da idéia ou da invenção, seja um complemento de uma pesquisa realizada anteriormente ou algo totalmente novo e extraordinário.

A necessidade de reconhecimento dos colegas, da comprovação da produtividade acadêmica e de certificação da autoridade conduz os pesquisadores a uma intensa batalha pela publicação e divulgação dos seus trabalhos, pois quem primeiro publicar será automaticamente reconhecido pela comunidade científica. A máxima da filosofia norte-americana *publish or perish* (publique ou pereça) confirma essas necessidades, ou seja, que os pesquisadores devem constantemente publicar seus trabalhos, mesmo que em pequenas frações e, algumas vezes, repetindo partes de artigos anteriormente divulgados.

Atualmente, as comunidades científicas, além dos espaços tradicionais, encontram-se e dialogam através do meio eletrônico. As múltiplas possibilidades

proporcionadas pelas TICs são variadas e modificaram, de certa forma, o fazer científico. Entre elas estão as revistas eletrônicas, listas de discussão, *sites* pessoais e institucionais, correio eletrônico, salas de bate-papo ou *chats*, fóruns eletrônicos, videoconferência e *social bookmarks* (*sites* para o armazenamento e compartilhamento de recursos digitais que são postados e organizados pelos usuários desses serviços sociais). Pesquisas são desenvolvidas e artigos passaram a ser escritos pelos pesquisadores através das redes eletrônicas, sem a necessidade de que esses se encontrem pessoalmente. Para Gresham Junior (1994), o uso de novos meios de comunicação não só melhorou os colégios invisíveis, mas transformou-os em algo novo, que o autor chama *cyberspace colleges*. Ainda, conforme o autor, o uso do computador por esses colégios virtuais propicia a geração e a exploração de novas idéias através da colaboração e livre troca de informações, criando uma forma híbrida de comunicação que une velocidade, interatividade e texto.

Percebe-se que Gresham Junior renova o termo colégios invisíveis (*invisible colleges*) para mostrar a mudança dos locais físicos de encontro dos cientistas para o espaço virtual, porém sem abandonar os espaços tradicionais. A expressão colégios invisíveis foi usada primeiramente por Robert Boyle, no século XVII, para se referir a um grupo de pesquisadores de instituições diversas que mantinham contato entre si (fundadores da *Royal Society of London*), sendo que, mais tarde, Derek J. de Solla Price estendeu seu significado (MERTON; GASTON, 1977 apud MUELLER, 1994)<sup>20</sup>.

Price (1976), sob uma nova ótica, refere-se aos colégios invisíveis como pequenos grupos de cientistas que se reúnem de modo informal para trocar textos e idéias e trabalhar de forma conjunta em que cada integrante contribui com o assunto que domina, para a resolução de um mesmo problema. A concepção de Price diz respeito unicamente às relações entre os membros de uma forte e produtiva elite científica que decide os rumos da área e atribui a cada membro status e prestígio.

---

<sup>20</sup> MERTON, Robert King; GASTON, Jerry. (Eds.). **The Sociology of Science in Europe**. Carbondale: Southern Illinois Press, 1977, apud Mueller (1994).

Para aprofundar a reflexão teórica sobre as comunidades científicas são utilizados os trabalhos de Thomas Samuel Kuhn e Pierre Bourdieu. Na obra *The Structure of Scientific Revolutions* (A Estrutura das Revoluções Científicas), publicada em 1962, Kuhn traz um novo olhar sobre a ciência. Considerada um clássico da História e Sociologia da Ciência, a obra foi fruto de um longo período de trabalho e reflexão que, conforme Kuhn (1996) explica no prefácio, originou quase quinze anos antes de sua publicação quando, ao assistir uma exposição sobre História da Ciência, teve suas concepções sobre a natureza da ciência alteradas, fazendo com que se transferisse da Física para a História da Ciência.

Na visão de Kuhn, o paradigma é a base do que ele denomina ciência normal (período em que o paradigma responde aos problemas e o cientista desenvolve seus trabalhos de forma estável). Quando esse paradigma global perde forças e já não permite resolver os problemas existentes, a ciência normal entra em uma fase de crise (período em que as anomalias são percebidas, idéias são discutidas e novas teorias são formuladas) propiciando a ocorrência de uma revolução científica que, mais tarde, dará origem a uma nova ciência. Dessa forma, a ciência é entendida como um processo cíclico de investigações que ora está sólida e segura sob a vigência de um paradigma, ora sofre perturbações e conflitos capazes de gerar uma revolução científica (fase pré-paradigmática).

Uma comunidade científica que adquire um paradigma, “[. . .] adquire igualmente um critério para a escolha de problemas que, enquanto o paradigma for aceito, poderemos considerar como dotados de uma solução possível.” (KUHN, 1996, p. 61). O paradigma fornece, então, uma direção para os cientistas estudarem e resolverem problemas ou preocupações, sustentando as suas pesquisas científicas. “Um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma.” (KUHN, 1996, p. 219). Sendo assim, o paradigma caracteriza o modo como uma comunidade científica pensa e desenvolve suas pesquisas, ou em outras palavras, identifica seus membros e a maneira como esses produzem o conhecimento científico.

Para Kuhn uma comunidade científica é

[. . .] formada pelos praticantes de uma especialidade científica. Estes foram submetidos a uma iniciação profissional e a uma educação similares, numa extensão sem paralelos na maioria das outras disciplinas. Neste processo absorvem a mesma literatura técnica e dela retiram muitas das mesmas lições. Normalmente as fronteiras dessa literatura-padrão marcam os limites de um objeto de estudo científico e em geral cada comunidade possui um objeto próprio. (KUHN, 1996, p. 220).

Nesse sentido, as comunidades científicas têm como membros os profissionais que possuem uma formação acadêmica semelhante, utilizam uma literatura científica comum a todos e compartilham de um mesmo objeto de estudo.

O sociólogo Pierre Bourdieu também merece destaque pela sua perspectiva e análise da ciência e da construção do conhecimento científico. Entre seus inúmeros trabalhos publicados sobre temas variados, como cultura, educação, arte, política e outros, o autor tratou dos aspectos mercadológicos da ciência e introduziu o termo campo científico, que se difere claramente do termo comunidade científica. Bourdieu entende que:

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado. (BOURDIEU, 1983, p. 122-123, grifo do autor).

De acordo com a citação anterior, o fazer científico está repleto de conflitos, divergências e interesses, pois os cientistas, mais do que buscar o progresso científico, podem preferir prêmios, cargos, títulos, posições de prestígio e, como conseqüência, o reconhecimento dos colegas de jogo. Portanto, a aquisição de vantagens próprias sobrepõe-se aos interesses comuns na busca constante pelo chamado monopólio da autoridade científica, considerado um capital simbólico. “A autoridade científica é, pois, uma espécie particular de capital que pode ser acumulado, transmitido e até mesmo, em certas condições, reconvertido em outras espécies.” (BOURDIEU, 1983, p. 130).

Condicionado aos contextos social e econômico, Bourdieu (1983) mostra que o campo científico é um espaço concorrencial entre os cientistas, mais ou menos desigual. Cada um desses, através de uma estratégia, busca alcançar um posto que o destaque de seus pares. Sendo assim, os cientistas mais experientes e os novatos são os personagens desse campo, ou em outras palavras, os dominantes e os dominados disputando por visibilidade e lutando pelo monopólio da autoridade científica dentro de um único espaço.

A partir do explanado acima e retomando a Ciência da Informação no Brasil, pode-se concluir que essa é uma comunidade científica de âmbito nacional que reúne pesquisadores, grupos de estudos, programas de pós-graduação, universidades, associações, entre outros, dos diferentes Estados, a fim de compreender o seu objeto de estudo – a informação. Ao mesmo tempo ela se integra às comunidades de níveis mais abrangentes, como a da América Latina e a internacional. Assim, percebe-se que são as inúmeras comunidades científicas em todos os níveis que se aglomeram para formar a comunidade internacional de Ciência da Informação, da mesma forma que ocorre com os outros campos do conhecimento.

### 2.1.2 A Comunicação Científica

O cientista, à medida que revela para a comunidade o conhecimento produzido, impulsiona novos estudos, reflexões, descobertas e coopera para o progresso da ciência. Dessa forma, toda investigação científica só toma corpo e passa realmente a existir como fenômeno social depois de convenientemente *expressa e divulgada* (FREIRE-MAIA, 1997, p. 156, grifo do autor). A publicação é tão importante quanto o intenso trabalho de análise do objeto de estudo e exige a redação de um texto primoroso, não apenas uma mera exposição de idéias. De acordo com Garvey (1979), a comunicação está relacionada com o sucesso de uma carreira científica, sendo que os cientistas não publicam simplesmente para satisfazer seu ego, mas também para contribuir para a ciência e para a prosperidade de sua instituição.

Segundo Meadows (1999), a comunicação está no coração da ciência, ou seja, ela tem a intenção de compartilhar os resultados e conclusões de pesquisas entre os pares e, ao mesmo tempo, busca o consentimento dessas pesquisas por toda comunidade científica. Garvey e Griffith (1979) consideram que, a comunicação científica é um sistema de interação social entre os cientistas. As trocas entre esses indivíduos ocorrem desde a concepção das idéias, a busca e o uso da informação para desenvolvimento de seus estudos até a disseminação dos resultados. Essas atividades podem ser realizadas pelos cientistas de forma individual ou colaborativa durante toda sua vida acadêmica, através de canais próprios para a comunicação científica.

A comunicação científica pode ser do tipo formal ou escrito e informal ou oral (LE COADIC, 2004). Os canais formais compreendem os periódicos ou revistas científicas, livros, resumos, relatórios, obras de referências, entre outros, enquanto os canais informais reúnem as apresentações em eventos científicos (congressos, simpósios, seminários, painéis de âmbito local, nacional, regional ou internacional), cartas, conversas ao telefone, mensagens trocadas pelo correio eletrônico e outros. Cabe aos cientistas a escolha do canal em que pretendem divulgar seus trabalhos ou apenas comunicare-se com seus colegas. Geralmente essa seleção leva em consideração a fase em que se encontram as suas pesquisas (em andamento ou concluídas). Mueller (1994) lembra que o cientista isolado e sem acesso à rede de comunicação informal de sua área tem dificuldades em conseguir informações que seu colega, membro dessa rede, já possui.

Garvey e Griffith (1979) apresentam alguns aspectos que diferem esses canais:

- a) os elementos formais são públicos, de audiência potencialmente ampla; a informação disseminada é permanentemente armazenada e recuperável; a informação é relativamente “velha” e avaliada de acordo com os padrões de cada disciplina; o canal é selecionado pelos usuários; pouca redundância na informação; rende um *feedback* ineficaz;
- b) os elementos informais são restritos a uma pequena audiência; a informação é armazenada temporariamente dificultando sua recuperação;

a informação é recente e não passa por processos de avaliação/comprovação; a direção do fluxo da informação é escolhida pelo produtor; a redundância da informação é comum; geralmente inclui uma interação direta ou face a face e o *feedback* é reforçado.

Essa tradicional distinção entre os canais de comunicação não é de concordância geral entre os cientistas. Targino (1999, p. 76) ressalta que essa categorização:

Apresenta-se frágil diante das especificidades dos diferentes campos de estudo. O formal e informal privilegiam mais a produção do artefato (documento) do que os aspectos comportamentais presentes no processo comunicacional. Ademais, os meios eletrônicos tendem a alterar substancialmente o processo de atuação e concepção dos canais de comunicação.

Para Mueller (1994), essa classificação é flexível, pois alguns canais podem apresentar características ora formais, ora informais. Como exemplo pode ser citada a carta que assume as duas facetas de acordo com o desejo do redator. Assim, mais importante que essa divisão entre os canais, vale ressaltar que eles se complementam. Cada canal possui características específicas, como destacadas por Garvey e Griffith. A comunicação informal geralmente é usada nas etapas iniciais da pesquisa quando o cientista ainda formula as questões/perguntas e objetivos, ou seja, na fase em que a pesquisa está sendo estruturada. Já a comunicação formal só passa a ser empregada quando a pesquisa possui resultados parciais ou conclusivos que merecem ser divulgados para a comunidade científica.

Documentos escritos eram utilizados desde a Grécia Antiga para a comunicação científica, apesar de a oralidade ser a forma predominante (CÔRTEZ, 2006). Mais tarde, a evolução dos suportes para a escrita beneficiou a troca do conhecimento entre os cientistas, permitindo que dados não fossem esquecidos ou perdidos, como ocorria com a transmissão oral. Sendo assim, a comunicação científica certamente iniciou através da oralidade e depois dividiu espaço com a escrita. Weitzel (2006), ao investigar as origens da comunicação científica por meio da revisão daqueles autores reconhecidos como mentores da organização do sistema de comunicação científica, propõe uma abordagem conforme o processo de

comunicação que esses autores enfatizam. No primeiro período (séculos XVII ao XX) os trabalhos de Francis Bacon, Robert Boyle, Robert Merton e Henry Oldenburg destacam a construção/geração do conhecimento. No período posterior (século XX) ressalta-se a comunicação/disseminação e possui John Desmond Bernal e William D. Garvey como seus representantes. Por fim, no terceiro período (século XX e XXI) Paul Ginsparg e Stevan Harnard enfatizam o uso/acesso do conhecimento científico.

A autora aponta, então, dois modelos de comunicação: um clássico (voltado para a geração do conhecimento, estabelecimento de um sistema de informação científico e identificação de problemas de disseminação) e outro emergente (centrado no acesso aberto ao conhecimento) (WEITZEL, 2006). O modelo emergente está fortemente relacionado com a utilização da tecnologia e reflete os novos anseios das comunidades científicas, como o livre acesso ao conhecimento científico.

A comunicação científica é um tema de estudo que interessa não somente aos cientistas da informação, bibliotecários, sociólogos e historiadores da ciência, mas aos cientistas de qualquer área. Alguns dos trabalhos pioneiros sobre esse tema preocuparam-se em retratar e compreender o fluxo da informação científica através do desenho de modelos<sup>21</sup>. Mueller (1994) destaca que, na década de 1960, o interesse pela comunicação científica foi estimulado por dois fatores, a saber: os trabalhos de Merton, Menzel e Price e a corrida pela supremacia científica entre as potências da época, Estados Unidos e Rússia, contudo na década seguinte o interesse diminuiu de forma gradual. Atualmente, pode-se dizer que o assunto foi retomado devido às mudanças trazidas pelo emprego das TICs, especialmente a Internet, na rotina de trabalho e na comunicação entre os cientistas ou entre os cientistas e suas instituições, sendo elaborados novos modelos ou atualizados aqueles existentes.

Estudos sobre o emprego das tecnologias pelos cientistas brasileiros em seus trabalhos mostram as alterações no processo de construção do conhecimento e comunicação entre os pares (COSTA, 2000; CORRÊA, 2005; PINHEIRO; LOUREIRO;

---

<sup>21</sup> Para mais informações sobre modelos de comunicação científica, veja: HURD, Julie M. Models of Scientific Communication Systems. In: CRAWFORD, Susan Y.; HURD, Julie M.; WELLER, Ann C. **From Print to Electronic: the transformations of scientific communication**. Medford: Information Today, 1996. p. 9-33.; e HURD, Julie M. The Transformation of Scientific Communication: a model for 2020. **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, v. 51, n. 14, p. 1279-1283, 2000.



CELESTINO, 2005). Desse modo, a Internet passou a ser utilizada tanto para a comunicação formal quanto para a informal, agilizando a troca de dados e informações. “A essência mesma do meio eletrônico reside no *feedback* imediato, na estrutura bidirecional e na conseqüente possibilidade de diálogo, ou seja, na potencialidade de comunicação.” (MACHADO, 1996, p. 76). De acordo com Oliveira e Noronha (2005), a interatividade entre os cientistas, o compartilhamento de informações e a visibilidade adquirida através da disponibilização da produção científica em *sites* pessoais ou institucionais são fatores positivos proporcionados pelo meio digital. Entretanto, ainda conforme as autoras

[. . .] o conceito de temporalidade é um fator que influencia negativamente a aceitação da Internet como canal formal de comunicação científica, pois o processo de construção do conhecimento científico se baseia na citação a trabalhos publicados anteriormente, e para isso a ordem cronológica e a localização temporal das descobertas são pontos fundamentais para o estabelecimento da relação de causa e efeito; essa contextualização é dificultada no ambiente digital. As mesmas características que tornaram a Internet um veículo aceito para comunicação informal dificultam sua aceitação – no estágio atual de desenvolvimento tecnológico – como um canal confiável de comunicação científica formal; ainda não se pode concluir que o meio digital possibilitará que as publicações eletrônicas exercerão com a competência das impressas as funções de estabelecimento da prioridade científica, armazenamento e recuperação de informações previamente avaliadas, o que lhes confere credibilidade junto à comunidade científica. (OLIVEIRA; NORONHA, 2005, p. 89).

A discussão sobre a aceitação do meio eletrônico está em curso entre os cientistas, fato que demonstra a preocupação desses com as questões que afetam seu trabalho, como preservação da informação eletrônica, legitimação das publicações, direitos autorais e outras. Para Mueller (2006, p. 36):

As publicações eletrônicas são hoje consideradas legítimas, mas apenas quando seguem os modelos tradicionais do periódico impresso. As demais, aquelas que propõem modelos inovadores, embora já não mais totalmente inaceitáveis, também não parecem ter sido elevadas ao nível de completa legitimação ou igualdade.

Assim, a avaliação pelos pares, presente na tradicional estrutura do formato impresso, é entendida como primordial para a legitimação das publicações eletrônicas. No contexto brasileiro, essa mesma autora destaca que o Portal de

Periódicos da CAPES, as iniciativas do IBICT e do Ministério da Educação (MEC) e a aprovação de publicações em periódicos eletrônicos como equivalentes aos impressos pela CAPES e pelo CNPq, para avaliação de cursos e currículos, atestam a aceitação do meio eletrônico para os periódicos.

Um dos eventos que conduziu as comunidades científicas a ocuparem mais rapidamente as redes eletrônicas foi a crise das revistas científicas. Essa crise ocorreu no início de 1980 quando as bibliotecas universitárias e de pesquisa norte-americanas não conseguiam manter suas coleções pelo aumento da demanda e pela falta de financiamento para cobrir os altos custos de aquisição (MUELLER, 2006). Essa conjuntura, no entanto, já era sentida por inúmeras outras bibliotecas ao redor do mundo. Desse modo, insatisfeitos com o modelo econômico de publicação científica, os pesquisadores, as bibliotecas, as agências de fomentos e as demais instituições de ensino/pesquisa começaram imediatamente a pensar em novas rotas para a publicação da produção científica que melhorassem a situação vigente. As editoras comerciais também repensaram o oferecimento de seus produtos e serviços para comunidade científica.

Neste estudo, ressalta-se a Iniciativa dos Arquivos Abertos ou *Open Archives Initiative* (OAI) e o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica. A OAI foi lançada em 1999, na Convenção de Santa Fé, sendo responsável pela formulação do modelo *Open Archives* que, através da tecnologia e de padrões (*Open Archives Initiative - Protocol for Metadata Harvesting/OAI-PMH*), permite a interoperabilidade entre os repositórios. De acordo com Kuramoto (2006), esse modelo nasceu a partir das experimentações do repositório digital *arXiv*<sup>22</sup>.

Iniciado em 1991 pelo físico Paul Ginsparg, no *Los Alamos National Laboratory*, Estados Unidos, o *arXiv* (antigo *LANL Preprint Archive*) é atualmente operado e financiado pela *Cornell University*, juntamente com financiamento parcial da *National Science Foundation*. São armazenados *e-prints*<sup>23</sup> das áreas de: Física, Ciência da Computação, Ciência Não-linear, Matemática, Estatística e Biologia Quantitativa. Os

<sup>22</sup> Disponível em: <<http://arxiv.org/>>. Acesso em: 23 maio 2007.

<sup>23</sup> São textos digitais de artigos, antes e depois da avaliação. O texto antes de ser avaliado e publicado é chamado de *preprint*, enquanto a versão final avaliada e aceita é denominada *postprint*. Assim, *e-prints* incluem ambos, bem como qualquer outra versão significativa e atualizações pós-publicação. (EPRINTS, 200?).

leitores podem incluir comentários e os autores, se desejarem, atualizam seus artigos. Embora não sejam avaliados por *referees*, desde 2004 as submissões são endossadas para garantir que o assunto é de interesse para cada área, sendo que para autores ativos em seu tema não é requisitado o endosso (são automaticamente aceitos). Conforme o *arXiv*, essa checagem é realizada por autores (*endorsers*) que devem possuir um certo número de artigos com o domínio do endosso de um arquivo/classe de assunto. “Endosso é necessário mas não condição suficiente para ter *papers* aceitos no arXiv; arXiv reserva-se o direito de rejeitar ou reclassificar qualquer submissão.” (ARXIV, 2004?, tradução nossa)<sup>24</sup>. Mesmo com a inclusão de alguma forma de seleção, modificando a sua prática inicial livre do controle editorial, parece que a quantidade de submissões não diminuiu (o número mensal pode ser observado em seu *site*), denotando reconhecimento e sucesso do *arXiv* entre a maioria dos cientistas dessas comunidades.

Os repositórios têm o objetivo de armazenar, divulgar e permitir o acesso sem restrição à produção intelectual de uma instituição ou de um campo em um *site* único. O Brasil ocupa a quarta colocação no mundo em relação à quantidade de repositórios de acesso livre, ficando atrás apenas de países como Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha (REGISTRY OF OPEN ACCESS REPOSITORIES, 2007?). Essa posição demonstra que o país está atento ao contexto atual da produção e comunicação científica e busca acompanhar um movimento que é de interesse científico mundial.

Em relação ao Movimento de Acesso Livre, esse está baseado no princípio que todos resultados de pesquisas desenvolvidas através de recursos públicos devem ser de acesso livre (KURAMOTO, 2006). Tal movimento é posterior à OAI, sendo apoiado por instituições de vários países que assinaram manifestos e declarações em seu favor, como de Budapeste, Bethesda, Berlim e outras. Vale ressaltar que o Brasil, através do IBICT, também formulou em 2005 o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica que estabelece os objetivos quanto às ações para o livre acesso do conhecimento produzido no país, valendo-se inclusive de parte da Declaração de Berlim. Entre as iniciativas brasileiras de acesso aberto e em

---

<sup>24</sup> Documento eletrônico não paginado.

funcionamento pode-se destacar: o Diálogo Científico<sup>25</sup> (DICI), cobre várias áreas do conhecimento, o Oasis.br<sup>26</sup>, um portal que reúne repositórios e periódicos, e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações<sup>27</sup> (BDTD), ambos mantidos pelo IBICT; o Reposcom<sup>28</sup> de instituições científicas do campo da Comunicação e a Biblioteca Digital Brasileira de Computação<sup>29</sup> (BDBComp).

Atualmente, encontra-se uma variedade de iniciativas que Willinsky (2006) classifica em dez modelos para o acesso livre de artigos, além de indicar exemplos:

- a) **página pessoal (*Home page*)** - as universidades mantêm páginas para os membros das faculdades disponibilizarem artigos de sua autoria para acesso livre. Exemplo: *Ted Bergstrom's Home Page*<sup>30</sup>;
- b) **arquivo de *e-print*** - uma instituição ou uma área científica responsabiliza-se por hospedar e manter um repositório para seus membros auto-arquivarem trabalhos publicados ou não, como o já citado *arXiv*;
- c) **pagamento de taxa pelo autor (*Author fee*)** - o pagamento de taxa pelo autor ou por instituições às quais esses estão filiados sustenta um periódico de acesso aberto ou, em alguns casos, apenas o acesso a artigos específicos para os quais foram pagas as taxas. Exemplo: *BioMed Central*<sup>31</sup>;
- d) **subsidiado (*Subsidized*)** - nesse modelo, os subsídios provenientes de sociedades acadêmicas, instituições do governo ou fundações possibilitam o acesso completo e imediato de revistas de acesso aberto, como o periódico *First Monday*<sup>32</sup>;
- e) **modo duplo (*Dual mode*)** - as assinaturas da versão impressa sustentam as edições em papel e *online*. Exemplo: *Journal of Postgraduate Medicine*<sup>33</sup>;
- f) **atrasado (*Delayed*)** - as taxas de assinatura são coletadas para a edição impressa e acesso à edição *online*, sendo que o acesso aberto torna-se

<sup>25</sup> Disponível em: <<http://dici.ibict.br/>>. Acesso em: 31 nov. 2007.

<sup>26</sup> Disponível em: <<http://oasisbr.ibict.br/>>. Acesso em: 25 maio 2007.

<sup>27</sup> Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/>>. Acesso em: 25 maio 2007.

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/>>. Acesso em: 25 maio 2007.

<sup>29</sup> Disponível em: <<http://www.lbd.dcc.ufmg.br/bdbcomp/>>. Acesso em: 25 maio 2007.

<sup>30</sup> Disponível em: <<http://www.econ.ucsb.edu/~tedb/>>. Acesso em: 28 maio 2007.

<sup>31</sup> Disponível em: <<http://www.biomedcentral.com/>>. Acesso em: 28 maio 2007.

<sup>32</sup> Disponível em: <<http://www.firstmonday.org/>>. Acesso em: 28 maio 2007.

<sup>33</sup> Disponível em: <<http://www.jpjgmonline.com/>>. Acesso em: 28 maio 2007.

disponível após um período de tempo (por exemplo seis a doze meses), assim como *The New England Journal of Medicine*<sup>34</sup>;

- g) **parcial** - somente uma pequena seleção de artigos de cada fascículo possui acesso livre, enquanto o restante requer assinatura. Esse modelo serve como uma ferramenta de *marketing* das revistas. Exemplo: *The Lancet*<sup>35</sup>;
- h) **per capita** - o acesso aberto é oferecido a acadêmicos e estudantes de países em desenvolvimento, como por exemplo a *Health InterNetwork Access to Research Initiative* (HINARI)<sup>36</sup>;
- i) **indexação** - informações bibliográficas e resumos têm acesso aberto provido por serviço governamental ou editoras. Frequentemente é fornecido o *link* para o acesso ao texto completo, porém mediante pagamento. Exemplo: *Science Direct*<sup>37</sup>;
- j) **cooperativo** - várias instituições como bibliotecas e associações acadêmicas contribuem para o suporte de revistas de acesso aberto e o desenvolvimento de recursos de publicação. Exemplo: *German Academic Publishers*<sup>38</sup>.

Parece que o acesso livre ao conhecimento científico consolida-se cada vez mais, haja vista as iniciativas concretas para criação de novos modelos em vários países, mesmo de editoras comerciais, e a realização de conferências ou simpósios sobre o assunto. Mueller (2006) acredita que as iniciativas discutidas na literatura, nas universidades e editoras sinalizam para a formação de um consenso sobre a legitimação dessas iniciativas de comunicação eletrônica de acesso aberto. Desconsiderar esse movimento e não desenvolver qualquer ação no sentido de criar repositórios ou provedores de serviços significa permanecer dependente das publicações científicas comerciais (KURAMOTO, 2006).

Esse recente panorama científico de iniciativas inovadoras para a comunicação e o acesso livre ao conhecimento é ilustrado pelo *Online Computer Library Center* (OCLC) (2004) e pode ser observado na Figura a seguir.

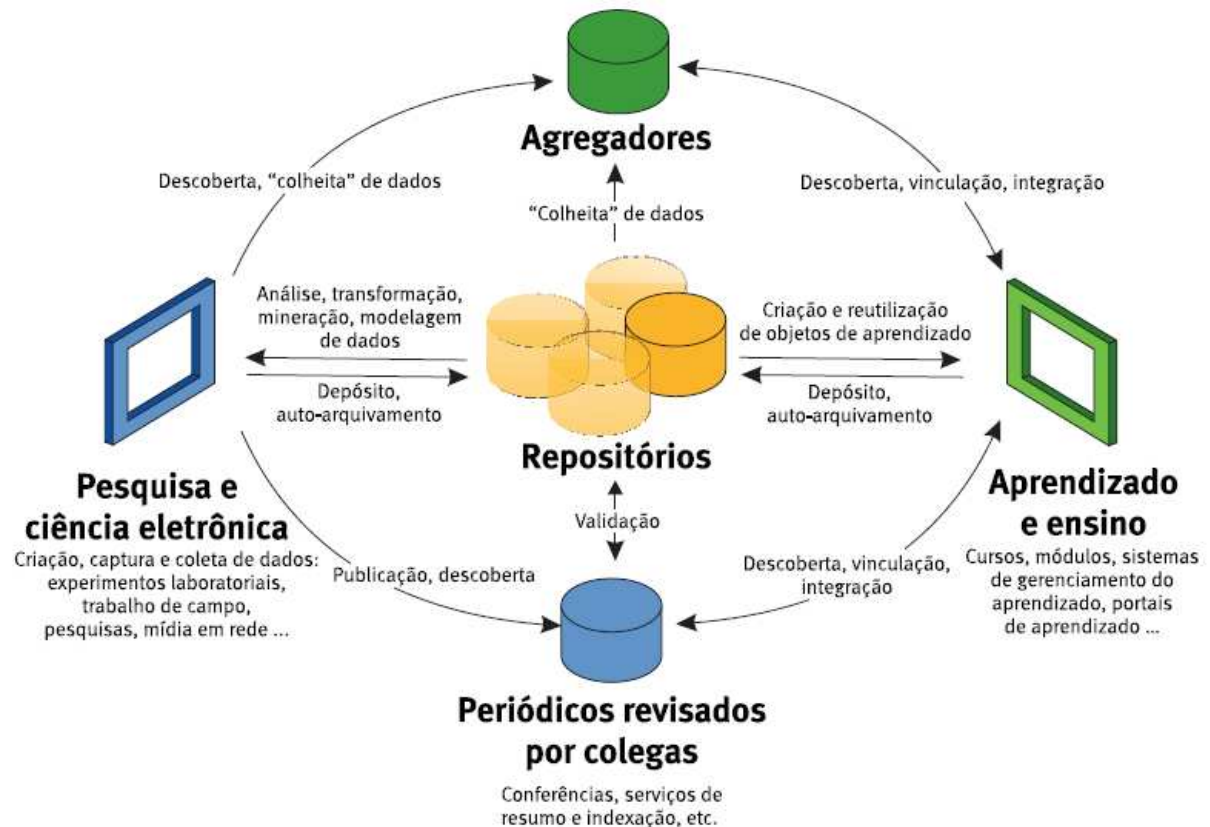
<sup>34</sup> Disponível em: <<http://content.nejm.org/>>. Acesso em: 28 maio 2007.

<sup>35</sup> Disponível em: <<http://www.thelancet.com/>>. Acesso em: 28 maio 2007.

<sup>36</sup> Disponível em: <<http://www.who.int/hinari/en/>>. Acesso em: 28 maio 2007.

<sup>37</sup> Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/>>. Acesso em: 28 maio 2007.

<sup>38</sup> Disponível em: <<http://www.gap-portal.de/>>. Acesso em: 28 maio 2007.



**Figura 1** – Modelo do Fluxo da Comunicação Científica Proposto pelo OCLC

Fonte: ONLINE COMPUTER LIBRARY CENTER. Análise do Cenário da OCLC em 2003: reconhecimento de padrões: resumo executivo do reporte: the 2003 environmental scan: pattern recognition. Dublin: OCLC, 2004. p. 12. Disponível em: <[http://www.oclc.org/reports/escan/downloads/escansummary\\_po.pdf](http://www.oclc.org/reports/escan/downloads/escansummary_po.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2007.

Percebe-se que o ponto de partida é a pesquisa que será publicada em periódicos de conteúdo avaliado pelos pares, auto-arquivada pelos autores em repositórios ou ter seus metadados colhidos por serviços agregadores comerciais ou não (esses podem incluir imagens, texto, áudio, vídeo, entre outros). Além disso, essas pesquisas podem ser utilizadas para o ensino-aprendizagem e dar origem a novos estudos em um ciclo contínuo de construção do conhecimento científico. As bibliotecas, geralmente integradas a outras bibliotecas, passam a cooperar com outros sistemas, por exemplo os repositórios eletrônicos ou os serviços agregadores.

Considera-se que ocorre uma nítida mudança na divulgação das pesquisas. O autor deixa de estar condicionado exclusivamente às revistas, aos eventos científicos e aos seus mecanismos de certificação para publicar o novo conhecimento gerado. Ele pode optar pelas tradicionais revistas/conferências ou pelos repositórios

de material avaliado ou não (arquivos institucionais ou de uma ou mais disciplinas, páginas pessoais, entre outras), ou ainda utilizar concomitantemente essas possibilidades. Dessa forma, o autor passou a ser editor e responsável direto pela visibilidade e pelo acesso de seus trabalhos.

Para o OCLC (2004), está em formação uma nova ecologia e uma nova economia para os materiais acadêmicos, pois enquanto no passado o fluxo de publicação desses produtos era formal e linear, agora surgem variadas estruturas de repositórios de dados, serviços de agregação de metadados e interconexão de conteúdo. É preciso ressaltar que não há a eliminação dos meios tradicionais de comunicação em detrimento dos novos canais, mas a permanência de ambos.

Enfim, as mudanças e inovações no complexo sistema de comunicação científica que envolve diferentes indivíduos e setores da sociedade (cientistas, leitores, bibliotecas, universidades, editoras comerciais ou não, agências de fomento, fundações, entre outros) estão em curso. Qualquer desenvolvimento tecnológico pode trazer impacto para a comunicação entre os cientistas e alterar o modelo apresentado.

## **2.2 A Produção de Revistas Científicas**

As revistas ou periódicos científicos, aqui tratados como sinônimos, estão entre os canais formais de comunicação mais utilizados pelos cientistas para a publicação inédita de teorias, conceitos, observações, resultados parciais ou finais de pesquisas, descobertas tecnológicas e outros, bem como para a atualização de seus conhecimentos. Criadas a mais de 300 anos, na Europa, as revistas têm um valor indiscutível para o progresso da ciência, pois contribuíram com a estruturação da comunicação científica. Seu número tem aumentado constantemente sendo difícil precisar a quantidade exata, mas conforme dados do ISSN *International Centre* (2007?) o ano de 2006 totalizou 1.284.413 registros, com um aumento de 57.356 títulos em relação ao ano de 2005. A partir desses dados é possível ter uma idéia do crescimento

de novos títulos no mundo, apesar dos números não se referirem apenas às revistas científicas, mas a vários tipos de publicações seriadas.

Ziman (1979) explica que até aproximadamente meados do século XVII, a comunicação de informações entre os pesquisadores dependia da correspondência particular e da publicação ocasional de livros e panfletos. A imprensa com tipos móveis (invenção do século XV) concorria com a forma manuscrita. Assim, a necessidade de formalizar a comunicação entre os cientistas e de atingir um público maior exigiu um novo veículo de comunicação mais eficaz que as cartas pessoais. A partir desses interesses, as primeiras sociedades criaram as revistas científicas (DIXON, 1976; PRICE, 1976; MEADOWS, 1999). Os veículos que precederam os periódicos, como as folhas noticiosas, os jornais e as correspondências trocadas entre os pesquisadores, serviram de modelo para o seu desenvolvimento (WALKER; HURT, 1990; MEADOWS, 1999).

O primeiro periódico científico surgiu em solo francês, mais precisamente em Paris, no dia 5 de janeiro de 1665, o *Journal des Sçavans*. Editado por Denis de Sallo (advogado e leitor de inúmeros tipos de livros), McKie (1979) aponta que o periódico pretendia cobrir vários assuntos e publicar catálogos e resumos de livros, obituários, informações de experimentos ou observações de Física, Química, Artes, Anatomia, Matemática e Meteorologia, decisões de tribunais ou universidades e eventos do mundo dos letrados. Pela sua cobertura ampla, acabou por atingir a sociedade educada da Europa, além dos membros das academias científicas. No século XIX, a grafia do título foi atualizada para *Journal des Savants* (MEADOWS, 1999).

*As Philosophical Transactions: giving some accompt of the present undertakings, studies and labours of the ingenious in many considerable parts of the world* foi a segunda revista a ser criada. A *Royal Society of London* publicou tal revista em 6 de março de 1665, apenas dois meses após o aparecimento do *Journal des Savants*. Os membros da sociedade, ao acessarem uma cópia da revista francesa e com intuito de publicar um trabalho similar, decidiram por uma publicação mais científica (STUMPF, 1996). Com objetivos voltados para os estudos científicos, o periódico editado mensalmente por Henry Oldenburg (secretário da *Royal Society*) é considerado por Meadows (1999) o precursor da revista científica.



O estabelecimento dessas revistas, apesar das suas diferenças em relação aos seus objetivos, inaugurou uma nova rede de comunicação científica propiciando maior integração entre os cientistas e intercâmbio de informações. Em pouco tempo, as revistas francesa e inglesa foram copiadas em outros países europeus. O italiano *Giornale de Litterati d'Italia* (1668-1679) foi o primeiro a copiar o *Journal des Savants*, sendo que, mais tarde surgem na Alemanha os periódicos *Miscellanea Naturae Curiosorum* e *Acta Eruditorum* (1682), e na Holanda o *Nouvelles de la Republique des Lettres* (1684) (WALKER; HURT, 1990). Em relação ao Brasil, a primeira revista científica digna de nota é a Memórias do Instituto Osvaldo Cruz<sup>39</sup> (OHIRA; SOMBRIO; PRADO, 2000). Fundada em 1909, ela é uma publicação corrente.

Seguindo a linha do tempo, no século XVIII surgiram os periódicos especializados, abrangendo campos como Física, Química, Biologia, Agricultura e Medicina, apesar do domínio ainda ser dos periódicos não-especializados (STUMPF, 1996). Nos séculos XIX e XX as revistas científicas acompanharam o progresso da ciência e da tecnologia. As melhorias nas técnicas de impressão e, mais tarde, o desenvolvimento das microformas, do computador, do *compact disc* (CD), da Internet, enfim, das TICs, beneficiaram a sua produção e o aumento de títulos.

A nomenclatura desse veículo de comunicação científica pode, às vezes, causar dúvidas principalmente quando são empregados outros vocábulos, além de revista e periódico, como publicação seriada, *journal* ou *magazine*. Meadows (1999) esclarece que a palavra *journal* significava algo parecido com o jornal, sendo utilizado na segunda metade do século XVII para publicações periódicas de uma série de artigos, assim como a palavra *magazine* que também foi usada para descrever esse mesmo tipo de publicação. Ainda, conforme o autor, somente dois séculos depois, no século XIX, é que *journal* passou a ser empregado para indicar uma publicação séria e de idéias originais, enquanto *magazine* passou a significar uma publicação mais popular. O termo periódico (*periodical*) começou a ser utilizado comumente no século XVIII para publicações com intervalos determinados e com artigos de diferentes autores (MEADOWS, 1999). Quanto ao termo publicação seriada, esse é utilizado para expressar uma série de outras publicações de periodicidade regular.

---

<sup>39</sup> Disponível em: <<http://memorias.ioc.fiocruz.br>>. Acesso em: 05 jan. 2008.

Compreende periódicos, jornais, anuários, anais de sociedades científicas, entre outros (STUMPF, 1998).

Logo, as revistas científicas são um exemplo de publicações seriadas e têm como público-alvo a comunidade científica, diferente das revistas ou *magazines* que pretendem atingir o grande público não especializado. Na literatura acadêmica encontra-se uma variedade de conceituações acerca dos periódicos científicos. Destaca-se a concepção de Fachin e Hillesheim (2006, p. 28) que fazem um levantamento histórico de conceitos e concluem que os

[. . .] periódicos científicos são todas ou quaisquer tipos de publicações editadas em números ou fascículos independentes, não importando a sua forma de edição, ou seja, seu suporte físico (papel, CD-ROM, bits, eletrônico, *on-line*), mas que tenham um encadeamento seqüencial e cronológico, sendo editadas, preferencialmente, em intervalos regulares, por tempo indeterminado, atendendo às normalizações básicas de controle bibliográfico. Trazem, ainda, a contribuição de vários autores, sob a direção de uma pessoa ou mais (editor) e de preferência uma entidade responsável (maior credibilidade).

Conforme o exposto, os periódicos têm como característica a publicação dos trabalhos em fascículos ou partes e em períodos regulares. Podem cobrir uma área específica do conhecimento ou tratar de vários temas, como a revista conhecida mundialmente, *Nature*<sup>40</sup>. Vale ressaltar que, sua sustentação está na avaliação pelos pares, ou seja, o processo responsável por indicar ou não a publicação dos originais. Existem, ainda, aquelas revistas que publicam o conhecimento produzido na academia para o grande público, porém são apenas revistas de divulgação que não devem ser confundidas com as revistas científicas, como por exemplo a *Ciência Hoje*<sup>41</sup>.

A primeira função dos periódicos científicos é legitimar o conhecimento produzido pelos cientistas, para mais tarde disseminá-lo, possibilitando o seu acesso, estudo e citação por toda a comunidade científica. Outras funções, mas não menos importantes, são encontradas nos trabalhos de Miranda e Pereira (1996), Cunha (1997) e Mueller (1999), reunidas a seguir:

<sup>40</sup> Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/index.html>>. Acesso em: 5 jan. 2008.

<sup>41</sup> Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/>>. Acesso em: 5 jan. 2008.

- a) estabelecimento da ciência certificada, ou seja, que passou pela avaliação dos pares;
- b) arquivo do conhecimento científico;
- c) veículo de comunicação entre os pares;
- d) definição de novas disciplinas e campos de estudo;
- e) registro da autoria da descoberta científica;
- f) promoção da integração entre os membros da academia.

Além dessas funções, as revistas científicas também podem oferecer “[. . .] perspectivas para se compreender a história da construção intelectual de áreas específicas, possibilitando a reflexão sobre conteúdos, categorias, linhas, enfoques e métodos utilizados nas pesquisas.” (BUFREM, 2006, p. 194). Percebe-se que, pelas funções desempenhadas, os periódicos científicos tornaram-se veículos indispensáveis para a comunicação da ciência, além de auxiliar a pesquisa e o ensino, seja nas universidades, nos institutos de pesquisa ou nas indústrias. De acordo com Meadows (1999), os artigos de periódicos sujeitos a avaliação, juntamente com os livros científicos, são consideradas publicações definitivas dos resultados de pesquisa e preferencialmente lidos e citados pelos colegas.

A produção de revistas exige uma estrutura editorial capaz de executar todas as etapas necessárias para a sua veiculação entre a comunidade acadêmica. Geralmente costumam apresentar uma estrutura composta por editor(es), comissão editorial, conselho consultivo e equipe técnica de auxiliares. Os editores são integrantes fundamentais do processo de publicação e administração das revistas e acumulam uma variedade de tarefas. Entre suas preocupações está a busca/manutenção da excelência e do prestígio do veículo administrado. Conforme Stumpf (2005, p. 107-108): “É preferível que a entidade publicadora mantenha esta função com certa estabilidade porque se a revista muda constantemente de editor, pode perder a sua uniformidade e identidade, características desejáveis para uma publicação editada periodicamente.”. Algumas revistas apresentam mais de um editor como uma forma de não sobrecarregar apenas um cientista, pois muitas vezes os editores dividem seu tempo entre os cargos administrativos, a sala de aula e o desenvolvimento de suas próprias pesquisas. Podem apresentar as denominações

editor-chefe, editor adjunto, assistente, associado, executivo, convidado, entre outros. Esse último participa, geralmente, da publicação de um fascículo temático ou não.

Os periódicos de prestígio costumam contar com editores com formação no conteúdo da revista, chegando a trabalhar em tempo integral e até recebendo pagamento pelos seus honorários, enquanto na outra ponta, aquela das revistas pequenas, os editores prestam trabalho gratuito (MEADOWS, 1999). As diferenças são claras e refletem o contexto em que esses estão inseridos, a área de concentração, a língua, os recursos financeiros disponíveis, entre outros fatores. Miranda e Pereira (1996, p. 378) salientam que: “A formação dos editores é provida pela própria prática, e o importante é o conhecimento da área de pesquisa, e não o profissional relativo à publicação, pois sua principal tarefa é o controle da alta qualidade.” Enfim, o cargo de editor exige uma série de habilidades editoriais, contudo designa prestígio, além da possibilidade de estar em contato com um grande número de pesquisadores e instituições, fazendo aumentar consideravelmente a sua rede de relações profissionais.

A comissão editorial assessora o editor, contribuindo em diversas atividades como: elaboração da política editorial e instruções para os autores, escolha dos avaliadores, indicação de critérios de avaliação de originais, administração e distribuição da revista, impressão, *marketing*, entre outras. Alguns dos membros podem colaborar também com a avaliação de artigos, uma que vez é formada por pesquisadores e especialistas. Geralmente, os integrantes da comissão são da mesma instituição que publica a revista, pois a proximidade com o editor facilita as tomadas de decisão e a gestão do periódico, mas vale ressaltar que isso não é uma regra.

O conselho consultivo é formado por um grupo de especialistas responsáveis exclusivamente pela avaliação dos originais. As revistas científicas procuram constituir um conselho representativo na sua área do conhecimento, podendo variar no número, na procedência (nacional ou estrangeira) e no tempo de permanência como membro. Outras revistas preferem contar apenas com avaliadores *ad hoc* ou externos, ou ainda, utilizar uma combinação dessas duas formas (membros do conselho consultivo mais avaliadores *ad hoc*). As revistas podem mesclar os cientistas mais jovens e em início de carreira com aqueles mais experientes.

Por fim, os auxiliares técnicos desenvolvem atividades variadas, entre elas: revisão de língua, normatização, tradução, impressão, produção gráfica e auxílio à gestão. Essa estrutura permite às revistas, quando bem organizada e estável, adquirir visibilidade entre os cientistas, alcançar os padrões científicos e manter a regularidade da publicação.

Além dessa estrutura editorial, a produção de uma revista deve levar em conta o público-alvo, os temas que pretende cobrir, as normas para sua padronização, a periodicidade, as formas de acesso, a indexação em bases de dados, os recursos humanos, financeiros, tecnológicos, os idiomas em que aceitará os artigos, entre outros aspectos. Desse modo, somente um planejamento adequado pode evitar a mortalidade precoce desse tipo de publicação, pois todo título que não possui qualidade e ampla divulgação entre o meio acadêmico prejudica a sua recuperação para leitura e citação.

A avaliação dos periódicos quanto à forma (critérios extrínsecos) e ao conteúdo publicado (critérios intrínsecos) é um modo de analisar a sua qualidade e, se necessário, implementar melhorias para o alcance dos padrões científicos. Os periódicos são também objetos de pesquisa quando a intenção é medir a produção científica de um ou mais países. Os estudos bibliométricos possibilitam verificar a produção intelectual de um pesquisador ou de um grupo deles e, conseqüentemente, das instituições a que estão vinculados.

Os periódicos científicos são geralmente editados por universidades, instituições de pesquisa, organizações não governamentais, associações de profissionais e editoras comerciais (*Elsevier, Sage Publications*, entre outras). Estas últimas, conhecidas por *publishers*, não são comuns no Brasil, porém no exterior são responsáveis pela impressão e distribuição de inúmeros títulos.

Ainda, para produção de periódicos é preciso considerar os formatos disponíveis (impresso e eletrônico). Atualmente, muitos editores optam por apresentá-las exclusivamente no formato eletrônico como uma alternativa ao modelo tradicional impresso. A utilização desse meio deve-se a fatores relacionados, principalmente, à necessidade de uma comunicação científica mais eficaz e rápida que acompanhe a expectativa dos cientistas e o desenvolvimento tecnológico.

Segundo Mueller (2000), os principais problemas do modelo tradicional de periódico científico são a demora na publicação de artigos, os altos custos de aquisição e a manutenção das coleções, a rigidez do formato em papel e as dificuldades no trabalho dos pesquisadores (excesso no número de periódicos, mecanismos de identificação ou busca pouco eficientes e inacessibilidade de artigos novos, pois a biblioteca não assina a revista ou não consegue cópias).

A soma desses fatores acaba por prejudicar a evolução da ciência, sendo que para os países em desenvolvimento a situação é agravada pela falta de recursos financeiros e/ou tecnológicos. Assim, em vista das limitações do formato impresso em papel, que há algum tempo não acompanha o crescimento da capacidade de produção científica em todos os países, o meio eletrônico tornou-se uma alternativa viável para a preparação e o gerenciamento do periódico científico, amenizando ou até eliminando alguns dos problemas supracitados. Muitas revistas impressas em papel, ao visualizar esse novo cenário, migraram para o meio eletrônico desistindo do formato impresso ou mantendo as duas versões.

Os periódicos eletrônicos (*electronic journals* ou *e-journals*) são aqueles disponíveis em disquete, em CD ou na Internet, sendo que atualmente essa última é o meio preferido para publicação devido à rapidez no acesso. De acordo com Lancaster (1995), o periódico eletrônico é aquele criado para o meio eletrônico e disponível somente neste meio. Essa é a mesma concepção de Kling e McKim (1999) que definem o *e-journal* como um pacote ou conjunto editado de artigos distribuído e acessado primeiramente na forma eletrônica, sendo correspondente ao periódico convencional que emprega a avaliação pelos pares (por exemplo, *MISQ Discovery*, *Journal of the Association for Information Science*).

Ainda, Kling e McKim (1999) diferenciam o periódico eletrônico daqueles híbridos: o *hybrid paper-electronic journal* ou *p-e journal* que corresponde a artigos revisados disponíveis através do formato eletrônico, mas distribuídos pela primeira vez em papel (*Science Online*, *Cell*, *Nature*), e o *hybrid electronic-paper journal* ou *e-p journal* que é antes distribuído em meio eletrônico, mas possui uma limitada distribuição em papel (*Electronic Transactions on Artificial Intelligence*). Percebe-se uma

variedade de formatos de revistas eletrônicas, entretanto apenas aquelas de acesso exclusivo no formato eletrônico (*online* ou *offline*) são aqui consideradas eletrônicas.

Segundo Lancaster (1995), a publicação eletrônica de revistas iniciou ainda na década de 1960 com o uso do computador e desenvolveu-se gradualmente em quatro etapas, a saber:

- a) uso de computadores para geração de publicações convencionais impressas em papel conforme a demanda;
- b) distribuição do texto na forma eletrônica, sendo que essa versão é equivalente àquela em papel e pode ter sido usada para gerar a mesma;
- c) distribuição somente na forma eletrônica, porém com características além da versão impressa exibida eletronicamente, como pesquisa e manipulação de dados;
- d) geração de publicações completamente novas que exploram as capacidades da eletrônica.

Cada etapa que se sucedeu não excluiu a etapa anterior. As adaptações e as reestruturações das revistas são processos sempre constantes, pois acompanham o desenvolvimento das TICs para facilitar a sua produção. Convém destacar a década de 1990, quando as revistas eletrônicas passaram por uma rápida evolução tecnológica, conforme explicam Fachin e Hillesheim (2006): no início da década eram disponibilizadas em arquivos *American Standard Code for Information Interchange* (ASCII) e acessados na sua maioria por instituições acadêmicas, através de listas de assinaturas, correio eletrônico a partir da rede *BITNET* e o navegador *Mosaic*; logo depois, a transferência de arquivos foi facilitada e seu uso expandido com a criação dos protocolos *Gopher* e *File Transfer Protocol* (FTP); em 1993 a explosão da *World Wide Web* possibilitou que os arquivos eletrônicos permanecessem *online*; e por fim, o aperfeiçoamento dos navegadores e os avanços tecnológicos em *hardware* e *software* possibilitaram aos editores empregar as novas linguagens e os protocolos criados, como o *HyperText Markup Language* (HTML) e o *HyperText Transfer Protocol* (HTTP).

Os produtores de periódicos valem-se das inovações tecnológicas do século XX para aperfeiçoar suas publicações e adquirir maior visibilidade entre os pares através da Internet. Entretanto, é preciso destacar que a publicação eletrônica, assim

como o modelo tradicional impresso, oferece simultaneamente vantagens e desvantagens. Eloísa Oliveira (1996) destaca que as principais vantagens são a velocidade de disseminação e os custos relativamente baixos de produção e distribuição. Outras vantagens podem ser apontadas, como possibilidade de impressão ou arquivamento no computador pessoal, emprego de sistemas interativos e de recursos de hipertexto, som e imagem, acesso de qualquer computador conectado à rede, utilização simultânea de um artigo, envio de artigos para os colegas, entre outras. Quanto às desvantagens, pode-se indicar a dependência do computador para leitura (caso o artigo não seja impresso), incompatibilidade de *software*, baixa qualidade daquelas revistas que são digitalizadas a partir do formato impresso, requisição de senha ou cadastro para o acesso e outras.

O progresso das revistas eletrônicas depende da identificação de nichos, aponta Meadows (1999). Para o autor, já estão ocupados dois nichos, aquele que produz a versão eletrônica do periódico impresso e aquele das áreas especializadas que produzem seus periódicos em pequena escala. Dessa forma, os editores têm a função de verificar se esse meio está de acordo com as características e os desejos dos pesquisadores da sua área, pois somente assim poderão obter vantagens do uso do ciberespaço para veiculação das revistas. Por enquanto, os formatos impresso e eletrônico convivem, não sendo possível afirmar até quando. Parece que a permanência de ambos é a tendência, visto que podem atender às necessidades particulares dos leitores, dos cientistas e das bibliotecas.

Independente do formato que as revistas sejam publicadas, elas devem observar as normas necessárias para sua padronização, acompanhar a evolução tecnológica e, principalmente, preocupar-se com a qualidade do conteúdo. Cada artigo, ou seja, o conhecimento novo publicado formalmente, é fonte de informação para os cientistas em seus estudos e reflexões. Por fim, as revistas científicas, desde seus primórdios, tornaram-se fundamentais para o estabelecimento da autoridade científica e a transmissão do conhecimento, interligando os acadêmicos dos diversos países e possibilitando os comentários, as argumentações e as críticas dos colegas. Portanto, elas são o espaço para o diálogo e o debate científico.



### 2.3 O Processo de Avaliação pelos Pares nas Revistas Científicas

O desenvolvimento da avaliação pelo pares está relacionado com as primeiras sociedades científicas, do século XVI e XVII, e suas revistas. Ela não surge como uma parte integrante da ciência, mas desenvolve-se devido aos problemas encontrados na investigação científica e também como um subproduto da organização social dos próprios cientistas (ZUCKERMAN; MERTON, 1979). Assim, a necessidade de revisar os assuntos dos trabalhos que poderiam ser publicados é uma preocupação antiga que nasce entre os cientistas reunidos em grupos ordenados e dispostos a desempenhar tal tarefa.

Kronick (1990) ressalta que a introdução do conceito de avaliação de manuscritos é frequentemente atribuída à *Royal Society of London*, quando em 1752 tomou para si a responsabilidade fiscal da produção das *Philosophical Transactions* (até então ficava a cargo dos secretários da sociedade) e instituiu o “*Committee on Papers*”, ou seja, um comitê de revisores de artigos. Entretanto, ainda conforme o autor, a prática de revisão existia antes dessa decisão estipulada pela sociedade científica britânica e cita como exemplo a *Royal Society of Edinburgh*, na Escócia, que no primeiro volume do seu periódico *Medical Essays and Observations*, publicado em 1731, estabeleceu uma política editorial de avaliação de todos os trabalhos recebidos.

Mais uma vez, as sociedades científicas desempenharam papel de destaque para a produção e o desenvolvimento da ciência, na medida em que formaram a base da avaliação pelos pares ainda hoje empregada por revistas científicas de todas as áreas do conhecimento. Somente a partir da metade do século XX a avaliação foi bastante difundida e razoavelmente padronizada, sendo que dois fatores levaram à disseminação do processo: o primeiro refere-se ao aumento de submissões às revistas e, a partir disso, os editores precisaram tornar-se mais seletivos quanto aos originais (num passado recente eles esforçavam-se para encontrar originais para publicar) e o segundo fator diz respeito ao aumento da especialização e sofisticação das áreas, impossibilitando que os editores fossem *experts* em todos os temas necessitando, então, do conselho de outros (HAMES, 2007).

Segundo Meadows (1979), a primeira razão para a imposição da prática de avaliação pelos pares na produção dos periódicos foi a necessidade de garantir um padrão aceitável para a pesquisa publicada. Desde a sua criação, os procedimentos realizados pouco mudaram. Assim, a seguir, são abordadas as etapas desse processo, os atores envolvidos, os tipos existentes de avaliação e algumas das novas propostas, além das críticas à avaliação.

### 2.3.1 Conceitos, Atores e Etapas da Avaliação pelos Pares

O processo de avaliação pelos pares consiste na apreciação minuciosa de originais por especialistas em uma temática para indicar a sua aceitação ou a sua recusa para publicação. Portanto, todo artigo publicado por uma revista “[. . .] leva também o selo da autenticidade científica através do *imprimatur* dado pelo editor e os examinadores que ele possa ter consultado.” (ZIMAN, 1979, p. 124). Idealmente, tal processo deve ter equidade no julgamento e estar livre de preconceito e viés por parte dos pares. Esses pares são os colegas daqueles que estão em julgamento e considerados capazes de fornecer opinião informada e confiável, pela sua formação e experiência (DAVYT GARCÍA; VELHO, 2000).

Entende-se que a avaliação pelos pares é uma prática social, assim como é a pesquisa científica, a leitura, a escrita, a conversa através do computador, entre outros exemplos. Para Wagner (1996, p. 30), as práticas sociais são

[. . .] atividades empreendidas pelas pessoas e, especialmente, os vínculos efetivos com os outros que tais atividades proporcionam – pelo fato de compartilharem uma mesma área residencial e se encontrarem com frequência, por trocarem mercadorias e bens, ou por se comunicarem e trocarem informações.

Ainda, conforme o autor citado acima, elas podem ser realizadas indiretamente, através de cadeias de interação, ou face a face. Sendo assim, está implícita, no termo práticas sociais, a presença de sujeitos de forma grupal ou individual com intenções específicas na execução de uma atividade planejada ou não.

Toda prática é ação, seja ela positiva (agir) ou passiva (não agir) (GUARESCHI, 1997). No que se refere à avaliação pelos pares, essa é uma prática de grupo ou que exige uma coletividade.

Como um mecanismo de controle da qualidade e certificação (HARNARD, 2000; HAMES, 2007), a avaliação pelos pares é realizada por meio de critérios estipulados pelos membros da estrutura editorial das revistas, geralmente editores e comissão editorial. Pode-se destacar entre os critérios ou requisitos de avaliação mais comuns: originalidade, correção, importância para a área, veracidade, consistência, atualidade, adequação ao tema e aos objetivos da revista, forma do texto, base teórica, clareza na linguagem, descrição dos métodos empregados, análise dos dados, tratamento estatístico e conclusões apresentadas. Os três primeiros são considerados por Meadows (1999) os pontos básicos que, na maioria das vezes, os editores solicitam aos avaliadores.

Conforme expressam Davyt García e Velho (2000)<sup>42</sup>:

A arbitragem é, assim, o ponto de encontro de duas transformações: o processo de negociação para atingir consensos na atividade científica, no qual as 'múltiplas' realidades transformam-se na 'verdade'; e o processo pelo qual interpretações subjetivas de resultados são colocadas num texto manuscrito seguindo determinadas regras, transformando-se num artigo científico, e logo, numa entidade quantificável.

Dessa maneira, pode-se compreender a *peer review* como um processo em que os editores e os avaliadores buscam entrar em consonância a respeito do conteúdo e forma de um manuscrito, a fim de que esse possa ou não ser incluído como parte da literatura científica, ou seja, a reunião de todo conhecimento científico produzido.

Neste estudo, considera-se que o processo de avaliação pelos pares envolve a leitura de determinado artigo e redação crítica de um parecer por especialistas convidados, ou seja, aquela avaliação comumente aceita e praticada pela ciência. Ainda, abrange etapas anteriores ou posteriores a essas, como: redação das normas para submissão de trabalhos científicos e de outras políticas editoriais a respeito da avaliação pelos pares; identificação, seleção e convite de avaliadores; submissão pelo autor; organização e controle dos trabalhos recebidos e avaliados, bem como seu

---

<sup>42</sup> Documento eletrônico não paginado.

destino; estabelecimento e atualização de critérios de avaliação de originais; contato com o autor e outras. Stumpf (2006, p. 3) sintetiza: “É um sistema complexo que reúne pessoas e atividades, diferenciadas mas complementares, para atingir um objetivo comum: julgar os originais submetidos para publicação.”.

A revisão de originais tem funções importantes no processo de comunicação científica, como manter a literatura no mais alto nível de qualidade e prover a liberdade de expressão de novas idéias (KRONICK, 1990). Stumpf (2005) compartilha da mesma perspectiva afirmando que, para manter a qualidade e a confiabilidade, as revistas científicas devem possuir um bom e criterioso sistema de avaliação de originais. Gérvas e Pérez Fernández (2001) acrescentam outras funções, como selecionar o material, elegendo o mais inovador e realizado com o máximo de rigor científico, melhorar a apresentação dos trabalhos quanto à clareza, lingüística, lógica interna, referências ou trabalhos citados entre outros aspectos, diminuir a chance de publicar artigos fraudulentos ou publicados anteriormente e, por fim, gerar um ambiente de qualidade, neutralidade e credibilidade científica.

Um ponto-chave lembrado pelos autores citados é a qualificação que a revisão pelos pares pode acrescentar à literatura científica. Assim, a existência da prática de avaliação em revistas científicas é um indicador do comprometimento de tais veículos com a divulgação do conhecimento e com a evolução da própria ciência.

Quanto ao processo de avaliação propriamente dito, estão envolvidos essencialmente os editores, membros da comissão editorial, avaliadores e autores, cada um com papéis distintos. A seleção dos originais só inicia após a submissão de trabalhos pelos autores a uma revista científica previamente selecionada por esses, a fim de que sejam avaliados. A escolha da revista está relacionada a vários aspectos, entre eles o conhecimento de quem é o editor, das práticas editoriais, do conselho consultivo, do prestígio, da cobertura temática, da circulação e periodicidade, ou ainda, ter um convite do editor, ser assinante da publicação ou ter previamente publicado na revista (WELLER, 1995). Portanto, não basta submeter artigos para determinado periódico sem antes considerar tais itens, pois os autores, mais do que publicarem seus artigos com os quais foram empregadas várias horas de trabalho,

pretendem que os mesmos sejam lidos e citados pelos colegas e concorrentes, ou seja, reconhecidos.

Os autores têm o anseio de que os seus originais sejam aprovados e que a sua publicação não tarde. Afinal, ter as próprias idéias aceitas significa passar do microcosmo individual e sempre ameaçado pela subjetividade, para o macrocosmo do conhecimento científico da comunidade de cientistas (GÉRVAS; PÉREZ FERNÁNDEZ, 2001). Entretanto, submeter seus escritos à avaliação pelos pares requer o cumprimento de certas regras determinadas pelas revistas, as chamadas instruções aos autores ou normas para submissão de trabalhos, além de escrever corretamente e estar de acordo com o vocabulário especializado de sua área de pesquisa. A maioria dos autores sabe que o não cumprimento dos requisitos exigidos implica, provavelmente, na recusa do trabalho (em todo ou em parte).

Somente a partir da submissão pelos autores, os editores dos periódicos científicos podem iniciar suas tarefas de avaliação dos originais. São esses que realizam, em primeira instância, o controle do conteúdo dos trabalhos científicos (MEADOWS, 1999). Assim, na maioria das vezes eles pré-selecionam os manuscritos, verificando se possuem potencial para serem publicados e se estão de acordo com a cobertura temática do periódico. Nessa etapa, os editores podem encaminhá-los ao conselho consultivo, descartá-los de imediato ou, ainda, recomendar para o autor uma outra revista científica. A escolha dos avaliadores apropriados para cada manuscrito requer atenção e cuidados por parte do editor.

Geralmente, são requisitados no mínimo dois avaliadores para cada trabalho para auxiliar nessa tarefa, sendo que quando ocorrem discrepâncias entre os pareceres outros avaliadores podem ser convocados pelo editor. Weller (1995) faz uma importante observação ao ressaltar que os editores trabalham com as recomendações dos avaliadores, porém são somente esses que retêm a autoridade para dar a decisão final a respeito de cada manuscrito. Hames (2007) corrobora com Weller, indicando que os avaliadores aconselham e os editores tomam decisões, porém em alguns periódicos a responsabilidade pode ser dividida com um comitê.

Além disso, durante o transcorrer do processo de avaliação, os editores podem atuar como comunicadores (informam o recebimento do artigo, seu

encaminhamento para os avaliadores e sua recusa/aceitação) e como educadores (repassam as correções sugeridas pelos pareceristas, além de instruções aos autores para aperfeiçoar a escrita e a transmissão de suas idéias de forma objetiva). A função de porta-voz da revista exige do editor a capacidade de comunicação, além de equilíbrio no momento de indicar a rejeição dos artigos para os autores que podem ficar aborrecidos e sentirem-se contrariados. Dessa forma, o editor não é um mero distribuidor de originais para crítica dos árbitros, mas o responsável também por contatar e convidar potenciais avaliadores. Os membros da comissão editorial também podem participar ativamente nessas tarefas. Em muitos periódicos, especialmente os grandes, aponta Hames (2007), isso é realizado por um escritório editorial auxiliar. A automação de determinadas tarefas, inclusive nas pequenas revistas, facilitou o trabalho de todos integrantes da estrutura editorial quanto à gestão da *peer review*.

Em relação aos avaliadores, esses ficam à espera de uma solicitação do editor, a fim de que julguem um manuscrito conforme os critérios estipulados anteriormente pela revista. Algumas publicações fornecem um formulário para que os avaliadores preencham e incluam os seus comentários, enquanto outras revistas dão liberdade ao avaliador para escrever seu parecer de acordo com sua vontade e costumes. Yankauer (1990), ao verificar o tempo médio gasto pelos avaliadores do *American Journal of Public Health* no processo de revisão, detectou que esses utilizavam de 45 minutos até 8 horas, mas o tempo médio foi de 2,7 horas para cada manuscrito. Resultado similar foi encontrado por McNnut et al. (1990) com o *Journal of General Internal Medicine* (média de 3 horas de revisão).

Ziman (1979) considera que o árbitro é o eixo em torno do qual gira tudo o que se refere à ciência. O autor citado atribui ao avaliador um papel de grande destaque no meio científico, visto que a maior parte dos textos publicados formalmente passou antes pelas suas mãos. Mãos essas que Harnard (2000) intitula invisíveis, porém capazes de manter o controle da qualidade. Na maioria das vezes, os avaliadores têm titulação acadêmica máxima e domínio de determinados temas de sua área.

O convite da revista para participar do processo de revisão geralmente leva em consideração essas características e outras como: histórico profissional, filiação institucional, pesquisas desenvolvidas e produção científica publicada em canais de comunicação reconhecidos, tanto nacionais quanto internacionais. Ainda, entre as áreas do conhecimento ocorrem diferenças de critérios, pois enquanto nas Ciências os editores desejam avaliadores competentes, atualizados e reconhecidos na sua especialidade, nas Ciências Sociais e Humanas eles querem avaliadores capazes de elaborar pareceres equilibrados, compreensivos quanto às diferentes metodologias e teorias (MEADOWS, 1999).

Espera-se que os avaliadores sejam altamente qualificados para indicar a publicação de um manuscrito para a ciência. A educação ou treinamento têm por objetivo qualificá-los, além de buscar um aperfeiçoamento no processo de avaliação pelos pares. Entre os estudos que se dedicaram a verificar os efeitos desse treinamento, cita-se: Schroter et al. (2004) e Callaham e Tercier (2007).

O primeiro grupo de pesquisadores investigou os efeitos do treinamento na qualidade da avaliação em uma revista médica através de três grupos (oferecido treinamento face a face para um grupo, material de auto-ensino para outro e o terceiro era um grupo de controle). Foram encaminhados para esses grupos três artigos anteriormente publicados e com erros introduzidos. O número de erros identificados foi similar entre os grupos, mas aqueles com treinamento identificaram mais erros que o grupo de controle. Os autores concluíram que o curto treinamento teve somente um pequeno impacto na qualidade das revisões e detecção dos erros.

Callaham e Tercier (2007) verificaram as relações do treinamento prévio e da experiência como avaliador com a qualidade de seus pareceres. Os pesquisadores trabalharam com 306 avaliadores que responderam a um questionário sobre suas experiências e treinamentos passados, enquanto os editores da revista *Annals of Internal Medicine* classificaram a qualidade de 2.856 revisões. O estudo sugere que não é fácil identificar os tipos de treinamento ou experiência que predigam o desempenho dos avaliadores, pois a análise multivariável mostrou que a maioria delas (*ranking* acadêmico, treinamento formal, status como investigador) falhou em

indicar a alta qualidade das revisões. Ainda, os autores apontam que é essencial nas pequenas revistas monitorar a qualidade das revisões.

É preciso pensar nas formas de oferecer treinamento para os avaliadores e a sua eficácia, embora muitos não acreditem que um pacote educacional possa formar bons avaliadores. Nas revistas científicas os principais responsáveis por pensar na melhoria da qualidade das revisões certamente devem ser os editores.

Atualmente, alguns periódicos permitem ao autor sugerir avaliadores para seu manuscrito. Schroter et al. (2006) estudaram as diferenças na qualidade das revisões e recomendação para publicação entre os avaliadores sugeridos pelos autores e editores em dez revistas das Ciências da Saúde. Descobriram que a qualidade das revisões não diferiu significativamente entre os dois grupos, mas os avaliadores sugeridos pelos autores foram mais favoráveis à recomendação do manuscrito. Os pesquisadores explicam que os avaliadores sugeridos pelos autores podem ser mais favoráveis pois conhecem os autores, mas uma razão mais plausível é que os autores sugerem avaliadores do seu campo de pesquisa e que reconhecem a importância do manuscrito. Assim, a indicação de pareceristas pelos autores pode ajudar o editor em suas tarefas, porém precisa estar atento às recomendações para publicação.

Os periódicos podem manter em sigilo a identidade de um avaliador para os co-avaliadores de um mesmo artigo (*masking*) ou revelar as identidades entre si (*unmasking*), porém o mais comum é não revelar. Stumpf (2005, p. 109-110) aponta que ao aceitar o convite para atuar no processo de avaliação

[. . .] os pesquisadores sabem que estão assumindo mais tarefas e responsabilidades, mas fazem isto em benefício da ciência. Entre seus deveres, os mais importantes são de realizar comentários justos que apontem o valor e a contribuição do trabalho submetido, de indicar as possíveis falhas para serem modificadas e de auxiliar os autores a melhorar os seus escritos.

Os comentários então tecidos são entregues ao editor no término da sua avaliação. A partir desses pareceres, é tomada a decisão sobre o aceite total ou parcial do manuscrito ou a recusa. Para os trabalhos aceitos, mas que necessitam de alterações, os autores recebem da revista um prazo para submeter novamente o seu

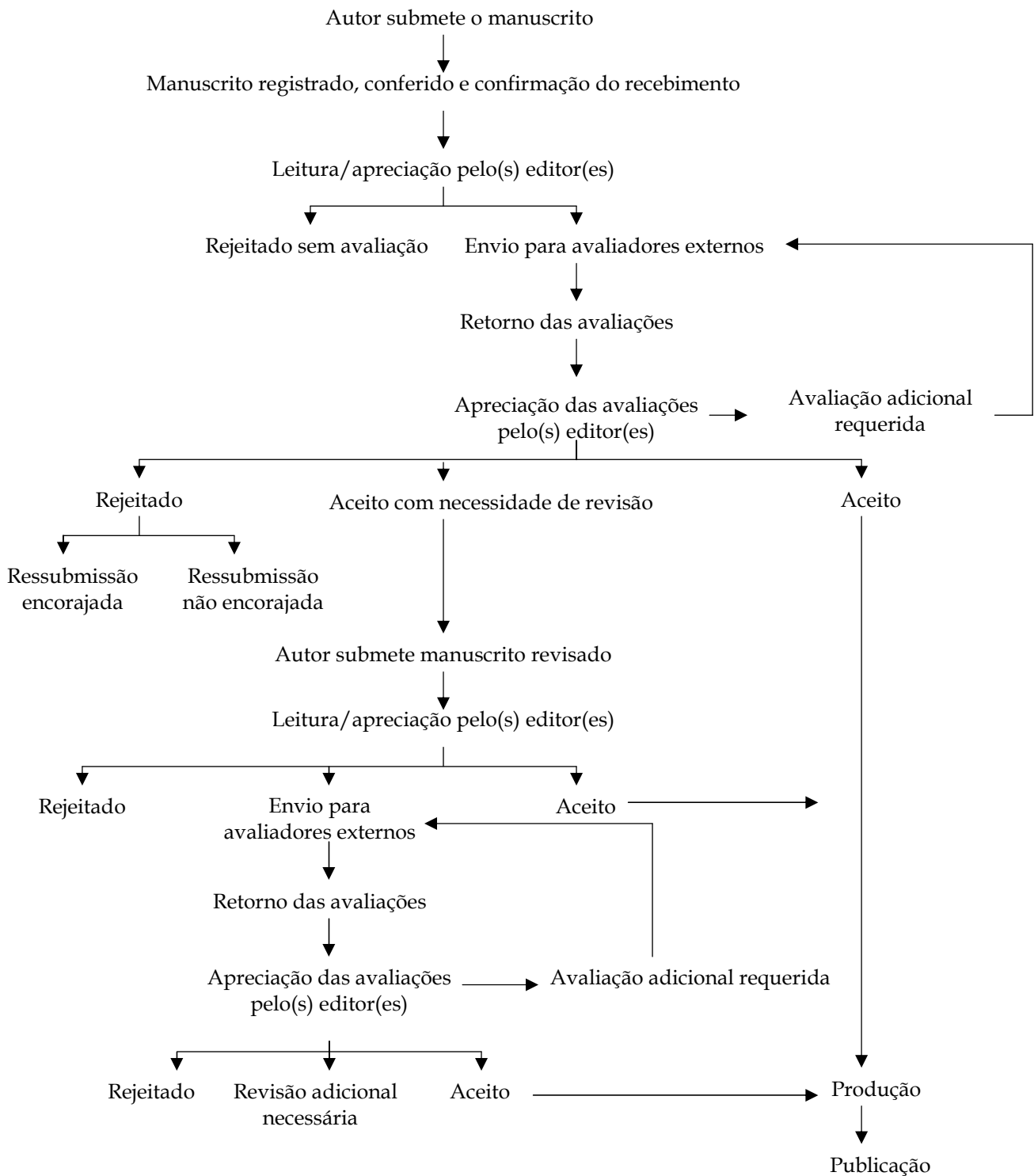


trabalho à análise, acolhendo as suas sugestões. Caso o autor não considere tais recomendações, muito provavelmente terá seu artigo rejeitado para publicação na segunda análise. Também, os autores ao serem informados sobre essa decisão, podem receber um parecer elaborado pelos editores ou os pareceres integrais ou resumidos dos avaliadores.

Os autores quando não concordam com a revisão podem argumentar, formulando uma carta ou uma mensagem eletrônica com sua opinião e defesa das suas idéias ou do estudo. Weber et al. (2002) verificaram a percepção dos autores, de uma revista médica, quanto à avaliação pelos pares e a associação entre a qualidade da revisão e a sua satisfação. Os pesquisadores consideraram que eles estavam modestamente satisfeitos com o processo de avaliação, sendo que os autores de artigos rejeitados estavam significativamente menos satisfeitos com o tempo de decisão e comunicação do editor. Ainda, a sua satisfação não estava associada com a qualidade da revisão, mas com a aceitação do artigo.

Geralmente, a decisão final sobre a recusa ou aprovação do manuscrito e a comunicação para o autor, após a submissão ou resubmissão do trabalho, são as últimas etapas da avaliação pelos pares. Essa deliberação varia entre as revistas, podendo ser do editor, de vários editores ou de um comitê editorial (HAMES, 2007).

A Figura 2, a seguir, possibilita visualizar as etapas básicas do processo de avaliação, mas é importante ressaltar que cada título, seja impresso ou eletrônico, adota os procedimentos que melhor lhe convém, podendo divergir daqueles indicados. De acordo com Meadows (1999, p. 186): “A maioria dos artigos publicados sofre modificações, que vão desde alterações insignificantes até mudanças de grande vulto.” Os autores, ao submeterem seus trabalhos à avaliação, sabem dos riscos que correm. Empenhar-se totalmente no desenvolvimento da pesquisa e na redação do artigo é fundamental para diminuir as chances de reprovação, pois essa está relacionada ao conteúdo do artigo, mas também ao espaço de publicação da revista e ao número de submissões que recebe. Enquanto algumas revistas costumam receber artigos em abundância (mais do que podem publicar em seus fascículos anuais), outras necessitam alertar o seu público-alvo para submeter artigos.



**Figura 2** – Processo Básico de Avaliação pelos Pares

Fonte: HAMES, Irene. **Peer Review and Manuscript Management in Scientific Journals: guidelines for good practice**. Oxford: Blackwell, 2007. p. 10. Tradução nossa.

É claro que a recusa de um artigo não impede o autor de submeter esse mesmo trabalho a outro veículo, pois os critérios de avaliação variam entre as

revistas de um mesmo campo. Pesquisas mostram que muitos artigos rejeitados são publicados posteriormente. Ray, Berkwits e Davidoff (2000) selecionaram 350 artigos entre os 3.180 rejeitados em um periódico de medicina geral e verificaram que o destino da maioria (240) foi a sua publicação em revistas especializadas, porém com menor fator de impacto e índice de imediatez. Resultados semelhantes ao do estudo anterior foram encontrados por Liesegang, Shaikh e Crook (2007). Dos 1.444 artigos recusados ou retirados pelos autores do *American Journal of Ophthalmology*, 50% foi publicado em um dos periódicos listados pela PubMed (alguns até um ano após a rejeição, mas a maioria com um atraso considerado). Ainda, a grande parte (89%) foi publicada em revistas com menor fator de impacto.

Através desses estudos é possível verificar o comportamento de autores que tiveram seus artigos rejeitados, ou seja, eles não excluem a possibilidade de publicação desses trabalhos em outra revista científica, mesmo que seja de menor fator de impacto ou de escopo diferente. Além disso, muitos autores podem aperfeiçoar seus artigos a partir dos pareceres recebidos na primeira recusa, favorecendo a sua aprovação em uma nova submissão.

Em suma, pode-se afirmar que os avaliadores juntamente com os editores são os chamados *gatekeepers* da ciência, ou seja, guardiões que controlam o que deve e o que não deve ser publicado e disseminado pelas revistas científicas. Sabe-se que, na maior parte das revistas, esses cargos não são remunerados, porém ao mesmo tempo em que dedicam parte de seu tempo para a produção de revistas científicas, adquirem determinadas vantagens, como: status, reconhecimento dos colegas, experiência editorial e outras.

### 2.3.2 Tipos de Avaliação pelos Pares e Críticas ao Processo

O julgamento de artigos científicos para publicação é uma preocupação de todos os campos do saber e vários têm dedicado-se a estudar essa prática social. Na área biomédica é assunto de congressos especializados, como o *International Congress on Peer Review and Biomedical Publications* (a primeira edição foi realizada em 1989).

Campanario (2002) destaca entre os primeiros estudos sobre esse tema aqueles realizados por Diana Crane; Harriet Zuckerman e Robert K. Merton; e Douglas P. Peters e Stephen J. Ceci.

Crane (1967) estudou alguns dos fatores que podem afetar a seleção de artigos em três revistas científicas (anonimato, filiação institucional, idade média profissional, prestígio da instituição em que recebeu a titulação de doutor, entre outros) através do exame das características dos autores e editores. Entre as conclusões, a pesquisadora apontou uma similaridade dessas características entre as revistas, sendo que a avaliação anônima não alterou essa relação. Zuckerman e Merton (1979) investigaram os níveis de rejeição de artigos em revistas de quinze disciplinas científicas. Esses comprovaram que os periódicos das áreas humanas têm um nível maior de rejeição, enquanto a Física, a Química e as Ciências Biológicas possuem níveis menores. Na faixa central concentraram-se as Ciências Sociais e Comportamentais, a Matemática e a Estatística. Para os pesquisadores, essas variações refletem principalmente as diferenças entre as disciplinas (número e tamanho dos artigos recebidos para avaliação em cada revista, o espaço disponível para publicação e outras). Nesse mesmo trabalho, apresentaram a análise dos padrões e das decisões de editores e avaliadores no processo de avaliação da revista *The Physical Review*.

O polêmico estudo realizado por Peters e Ceci (1982) gerou discussões sobre o processo de avaliação entre as comunidades científicas. Os pesquisadores submeteram doze artigos publicados anteriormente em revistas norte-americanas de Psicologia para uma nova avaliação nesses mesmos periódicos, sendo alterados partes do texto, bem como os nomes das instituições e dos autores (mas não o sexo) para outros fictícios e sem status. A seleção desses trabalhos levou em consideração o prestígio e a alta produtividade de seus autores. Dos 38 editores e avaliadores, apenas três deles detectaram a reapresentação dos artigos, apesar de terem sido publicados há 18 até 32 meses. Entre os 18 avaliadores, 16 rejeitaram para publicação, sendo que os editores concordaram. Os comentários feitos pelos avaliadores indicavam falhas na metodologia e no tratamento estatístico. Os pesquisadores

apresentam algumas possíveis interpretações, entre elas o preconceito dos avaliadores contra autores e instituições sem prestígio.

Esses estudos certamente fomentaram outros e os vários aspectos e valores que envolvem a avaliação pelos pares passaram a ser discutidos pelos cientistas. Knoll (1990) lembra um fato importante àqueles que estudam a revisão pelos pares, afirmando que é um processo social e não técnico, que difere de tempo em tempo e de lugar para lugar. Dessa forma, a avaliação pelos pares, assim como a ciência, é reflexo da ação dos indivíduos que a constituem. Para a eficácia do sistema de avaliação é preciso que haja transparência nos procedimentos executados pelos atores envolvidos e sua uniformização.

Cada periódico opera com um tipo de avaliação. Hames (2007) aponta que a avaliação pode ser fechada ou aberta. Tipicamente o autor não conhece a identidade dos avaliadores, porém os revisores sabem quem é o autor do artigo (ROWLAND, 2002). Essa forma é denominada avaliação às cegas ou fechada para o autor (*single blind peer review*). De acordo com Madden (2000), a introdução do anonimato para os avaliadores na revisão é um mistério, pois parece não ter registro de quando foi adotado pela primeira vez. Ainda, conforme o autor, uma das justificativas para o uso do anonimato é que esse encoraja os avaliadores a opinarem sem constrangimento ao mesmo tempo em que evita trocas rancorosas entre autores e avaliadores. Contudo, o anonimato possibilita pouco ou nenhum reconhecimento ao consultor pelo trabalho executado (ROVNER, 2006).

Críticas ao processo de avaliação podem ser encontradas na literatura de todas as disciplinas. Entre as principais fragilidades estão: tempo de atraso para a publicação, dificuldade de detectar fraudes e erros estatísticos, rejeição de novas idéias, possibilidade de plágio, dupla submissão de originais, alto custo, subjetividade, conservadorismo, favorecimento às redes elitistas (MEADOWS, 1979; WELLER, 1995; DAVYT GARCÍA; VELHO, 2000; WILLIAMSON, 2003; STUMPF, 2005). As falhas fazem parte da essência humana, logo o julgamento pelos pares também é passível de enganos. Williamson (2003) aposta no treinamento dos avaliadores e na padronização dos procedimentos através do uso de *checklists* para minimizar o preconceito e a subjetividade. Ressalta-se que os preconceitos dos

editores e avaliadores podem estar relacionados não só com seus colegas, mas com as teorias, as idéias, as linhas de investigação, a metodologia utilizada, entre outros aspectos.

Os conflitos de interesse (*conflicts of interest* ou *competing interest*) também podem interferir no processo de avaliação e publicação de um artigo. O conflito é um conjunto de condições em que o julgamento de um profissional relativo a um interesse primário (validação de determinada pesquisa, por exemplo) pode ser indevidamente influenciado por interesses secundários, como um ganho financeiro (THOMPSON, 1993). Para Hames (2007), o conflito de interesse é basicamente um conflito entre interesses pessoais e responsabilidades oficiais e o fator-chave para não ocorrer julgamentos com potencial para influências é revelar esses conflitos.

Os atores do processo de avaliação e publicação podem estar conscientes ou não dos conflitos de interesses, que podem ser de ordem social, pessoal, intelectual, econômica, religiosa, de gênero, entre outros. Muitas revistas possuem políticas específicas para evitar essas influências e solicitam aos autores e, muitas vezes também aos avaliadores, uma declaração de que há ou não algum tipo de conflito ou se recebeu fundos para a pesquisa. Atualmente, é possível verificar que determinados periódicos publicam essas revelações aos leitores, como *PLoS Medicine*.

Alguns estudos já evidenciaram que os editores e avaliadores podem falhar na detecção de erros e fraudes ou na recusa daqueles trabalhos que deveriam ser publicados. Garfunkel et al. (1990) selecionaram 25 artigos anteriormente publicados no *Journal of Pediatrics*, com a concordância dos autores, para revisão de dois novos árbitros e encontraram deficiências nessa nova revisão. Os avaliadores recomendaram 18 artigos para publicação, rejeitaram um por unanimidade e os outros seis possuíam recomendações variadas. Em outro estudo, para verificar os efeitos de vendar os avaliadores para a identidade dos autores, além de solicitar que assinassem seus pareceres, os pesquisadores inseriram oito fraquezas em um artigo aceito para publicação, pelo *British Medical Journal*, e não encontraram efeitos na qualidade das revisões, porém o número médio de fraquezas identificadas foi dois. Somente 10% dos avaliadores identificaram quatro ou mais e 16% falharam em identificar qualquer uma fraqueza (GODLEE; GALE; MARTYN, 1998).

Hames (2007) aponta dois recentes casos de fabricação de resultados. O primeiro do físico Jan Hendrik Schön, que teve vários artigos publicados em revistas de alto impacto e foi considerado culpado por fabricar dados em 16 dos 24 artigos investigados. O segundo caso é do pesquisador de células-tronco, Woo Suk Hwang, que publicou dois artigos afirmando ter clonado embriões humanos, porém dúvidas foram levantadas e também foi considerado culpado por fraude e transgressão ética. Para Hames, os dois casos foram descobertos relativamente rápido demonstrando a natureza auto-corretiva da ciência. Em oposição a esses casos, existem aqueles trabalhos recusados que mereciam ser publicados. Horrobin (1990) listou vários casos importantes que representavam uma inovação em suas áreas, mas foram inicialmente rejeitados pelas revistas, como o conhecido trabalho de Hans A. Krebs sobre o ciclo do ácido cítrico (conhecido como Ciclo de Krebs).

As imperfeições encontradas no processo de julgamento fizeram surgir outros tipos de avaliação que foram propostos pela própria comunidade científica. Um deles é aquele que omite os nomes dos autores e dos avaliadores, bem como de suas instituições. Esse é conhecido como avaliação às cegas ou fechada duplamente (*double blind peer review*). A introdução do anonimato para avaliadores e autores é considerada por Campanario (2002) como a única reforma importante no processo de avaliação. A adoção da *double blind peer review* pelas revistas proporciona aos pareceristas maior tranquilidade na construção de seus comentários e permite que os autores não sejam avaliados pelo prestígio de seus nomes ou instituições em que atuam e pelo seu perfil acadêmico. Entretanto, pode ocorrer, em muitas áreas especializadas ou pequenas, a identificação dos autores com certa facilidade. Os estudos de Blank (1991), Godlee, Gale e Martyn (1998) e van Rooyen et al. (1998) mostraram que os avaliadores foram capazes de identificar os autores no processo em que esses permaneceram em sigilo, embora não na sua totalidade.

Os argumentos a favor da *double blind peer review* são que essa minimiza a revisão tendenciosa (consultores não discriminariam mulheres e autores menos conhecidos ou de instituições com uma posição baixa no *ranking*), enquanto aqueles a favor da *single blind peer review* são que os avaliadores quase sempre podem identificar o autor, assim a *double blind* raramente é eficaz; também que as

informações sobre o autor são úteis para os avaliadores, podendo indicar que o artigo necessite de uma dupla checagem e, por fim, os editores costumam reclamar dos custos administrativos para manter a *double blind peer review* (BLANK, 1991).

Algumas pesquisas foram realizadas para verificar os efeitos da *single* ou *double blind peer review*, tomando como objeto as revistas científicas, principalmente da área biomédica. McNutt et al. (1990) enviaram cada manuscrito recebido pelo *Journal of General Internal Medicine*, em determinado período, para dois avaliadores externos e esses foram encorajados a assinar seus pareceres (um deles recebeu a cópia com as informações autorais/institucionais e o outro não). O editor foi o responsável por indicar a qualidade das avaliações através de uma escala de cinco pontos, elaborada pelos próprios pesquisadores. Não foram encontradas diferenças na qualidade dos pareceres entre os avaliadores que assinaram e aqueles que não assinaram. O estudo sugere, conforme a perspectiva do editor, que ocultar os nomes dos autores melhorou a qualidade das avaliações. Os resultados de outra pesquisa, desenvolvida com o *Journal of Developmental and Behavioral Pediatrics*, também sugerem que avaliadores que não conhecem os autores podem oferecer pareceres menos tendenciosos (FISHER; FRIEDMAN; STRAUSS, 1994).

Na investigação conduzida por van Rooyen e colaboradores (1998), para estudar os efeitos na qualidade das revisões ao ocultar os nomes dos autores para os avaliadores e revelar a identidade de um avaliador para o outro (*unmasking*) com o *British Medical Journal*, não foi encontrada diferença significativa na qualidade dos pareceres, recomendação ou tempo gasto entre os grupos de avaliadores.

Blank (1991) verificou os efeitos da *double blind* versus *single blind peer review*, no periódico *The American Economic Review*, e entre algumas de suas descobertas estão: os pareceristas são mais críticos e a taxa de aceitação é menor na *double blind peer review*; diferenças na taxa de aceitação ocorreram através das categorias institucionais entre os dois sistemas de avaliação; há alguma indicação que as mulheres tiveram uma ligeira melhora nas taxas de aceitação na *double blind peer review*, mas os efeitos são pequenos e estatisticamente insignificantes não podendo afirmar que a mudança para esse sistema aumente a taxa de aceitação de mulheres; as taxas dos avaliadores são, de forma geral, altamente correlacionadas com as



decisões de aceitação dos editores; e quase a metade dos avaliadores de artigos que não possuíam os nomes dos autores puderam identificá-los.

Não é possível generalizar os resultados dessas pesquisas para outras revistas de todas as áreas do conhecimento, uma vez que a avaliação pelos pares está relacionada com o contexto em que ocorre, mas permitem observar aspectos importantes do anonimato. Parece ocorrer menos tendenciosidade na avaliação em que os nomes dos autores e de suas instituições permanecem em sigilo, porém ao mesmo tempo muitos dos autores podem ser reconhecidos pelos consultores.

O outro tipo de avaliação proposto é a avaliação aberta (*open peer review*). Aqui, os autores conhecem as identidades dos avaliadores (ROWLAND, 2002). As opiniões a respeito desse modelo são adversas e não poderia ser diferente. Godlee (2002) compõe quatro argumentos a favor da avaliação aberta: apresenta superioridade ética em relação à avaliação anônima e aumenta a responsabilidade do avaliador; falta de efeitos contrários à utilidade dos comentários; tem viabilidade prática; e os avaliadores podem ter crédito pelo trabalho executado. Os argumentos contra a adoção desse modelo são que ele pode conduzir a animosidades, retaliações e prejudicar relacionamentos, além de pesquisadores iniciantes elaborarem comentários menos críticos para seus colegas seniores (HAMES, 2007). Outro aspecto refere-se ao aumento do declínio de avaliadores em participar do processo.

Para Campanario (2002), é pouco provável que a avaliação aberta ou a assinatura dos pareceres sejam implementadas em grande escala, pois muitos revisores teriam de expor-se a possíveis represálias com autores descontentes. Godlee (2002) comenta que não é surpresa que poucas revistas tenham adotado a avaliação aberta, justificando pela natureza conservadora dos periódicos e das comunidades, além da exposição necessária já apontada por Campanario.

Um exemplo de periódico que adotou a avaliação aberta é o *British Medical Journal*<sup>43</sup>, editado pela *British Medical Association*. Os editores requerem dos avaliadores a assinatura de seus pareceres e uma declaração de qualquer tipo de conflito. Em estudo sobre os efeitos da avaliação aberta na qualidade das revisões e recomendações dos avaliadores com esse periódico, van Rooyen et al. (1999) não

---

<sup>43</sup> Disponível em: <<http://www.bmj.com/>>. Acesso em: 3 mar. 2007.

encontraram diferenças significantes na qualidade das revisões entre os avaliadores anônimos e os identificados. Também verificaram que o tempo gasto pelos dois grupos foi similar, assim como as recomendações quanto à publicação (porém avaliadores identificados recomendaram mais a publicação e declinaram da revisão mais que os outros). Os autores dos artigos também participaram da pesquisa e 55% deles estavam a favor de que os avaliadores sejam identificados, 26% indicaram estar contra e o restante não tinha resposta ou preferência. Percebe-se, através desse estudo, que não ocorreram diferenças na qualidade, sustentando um dos argumentos apontados por Godlee (2002) anteriormente.

Embora a maioria das investigações, aqui citada, tenha sido realizada no campo das Ciências da Saúde, elas podem indicar caminhos possíveis para as revistas de outras áreas do conhecimento. A preocupação com esse assunto parece ter maior ênfase nesse campo, visto que os membros de tal comunidade lidam com questões de vida do ser humano.

Outras formas alternativas à tradicional avaliação pelos pares ou variações da avaliação aberta foram propostas e estão em uso pelas revistas, muitas graças ao uso das TICs para a sua produção. A seguir, destacam-se algumas dessas alternativas com a contribuição de Rovner (2006) e Hames (2007). A primeira é aquela em que a avaliação antecede a submissão formal para uma revista e tem como exemplo o repositório arXiv citado anteriormente (veja 3.1.2 A Comunicação Científica).

Outra alternativa são os comentários ou a avaliação pós-publicação. Pode-se destacar o periódico *Psychology*<sup>44</sup>, sob responsabilidade da *American Psychological Association* (APA), pois adota o modelo de comentários abertos (*open peer commentary*). Os artigos são rigorosamente avaliados e somente quando passam pelo desafio da avaliação pelos pares são encaminhados para o *open peer commentary* (HARNARD, 2000). O autor, um promotor do acesso livre ao conhecimento, defende que os comentários abertos são um suplemento importante da avaliação pelos pares tradicional e não a substitui. Os comentários são postados pelos leitores e os autores podem responder a esses assim que desejarem, expondo suas argumentações.

---

<sup>44</sup> Disponível em: <<http://psycprints.ecs.soton.ac.uk/>>. Acesso em: 9 fev. 2007.

Harnard (1996) chama essa forma de uma publicação interativa que oferece novas possibilidades comunicativas na Internet para a comunidade científica (“*scholarly skywriting*”, significa, em outras palavras, escrever no firmamento através de sinais de fumaça). Para Machado (1996, p. 76), esse mecanismo promove a “[. . .] qualidade através da crítica permanente (e não como uma simples autoridade seletiva) – os próprios autores pensarão duas vezes antes de submeterem à revista um trabalho vulnerável, ainda imaturo e pouco fundamentado.” Assim, esse é um sistema que combina a avaliação convencional mais os comentários abertos, aproveitando o meio eletrônico para o debate de idéias entre o leitor e o autor.

O *British Medical Journal* e determinadas revistas publicadas pela *BioMed Central* possuem espaço para comentários dos leitores. Geralmente, esses comentários são de leitores registrados e, também, são moderados para evitar postagens ofensivas ou que não contribuem com as discussões. Para Rowland (2002), o *open peer commentary* depois da publicação tem certos obstáculos, como os pesquisadores mais bem qualificados estarem muito ocupados para fazer.

Os artigos submetidos à revista de acesso aberto *Atmospheric Chemistry and Physics*<sup>45</sup> da *European Geosciences Union*, ao passar por um breve exame, são postados em seu *site* de discussão (*Atmospheric Chemistry and Physics Discussions website*), sendo designados avaliadores (podem permanecer anônimos se desejarem), mas também está aberto para leitores interessados em comentar. Depois de oito semanas, o editor decide se aceita, rejeita ou devolve o artigo para revisão do autor. Os trabalhos aceitos são publicados no *site* principal da revista (com *links* para a versão preliminar e para as discussões), enquanto os originais rejeitados permanecem arquivados no *site* de discussão.

As *Electronic Transactions on Artificial Intelligence*<sup>46</sup> possui duas etapas de avaliação. Na primeira os artigos postados em seu *site* são discutidos em uma revisão não anônima entre os autores e a comunidade. Os autores podem corrigir seus artigos e só depois ocorre a segunda etapa, em que os avaliadores permanecem anônimos e decidem se o artigo será publicado ou não.

---

<sup>45</sup> Disponível em: <<http://www.atmospheric-chemistry-and-physics.net/index.html>>. Acesso em: 3 mar. 2008.

<sup>46</sup> Disponível em: <<http://www.etaj.org/>>. Acesso em: 5 jan. 2008.

A *Biology Direct*<sup>47</sup>, uma das várias revistas de acesso livre da *BioMed Central*, publica a versão final do artigo com os comentários dos avaliadores e seus nomes. Aqui, os autores recrutam os avaliadores do conselho consultivo para seus artigos, sendo que esses podem aceitar ou não o convite. Ainda, os autores têm o livre-arbítrio para decidir se querem publicar seu artigo e realizar as mudanças indicadas pelos avaliadores. Essa alternativa pode ser considerada uma forma de avaliação aberta e possui uma inovação em relação à prática da avaliação, uma vez que permite aos próprios autores selecionar revisores para seu trabalho.

O periódico de acesso livre *Journal Interactive Media in Education*<sup>48</sup> utiliza a avaliação pelos pares aberta. Na primeira fase ocorre uma revisão aberta e de modo privado com avaliadores selecionados, responsáveis por postar seus comentários em um *site* não exposto (os autores podem responder às sugestões) ou também podem repassar comentários específicos somente para o editor, através do correio eletrônico. Sem exigir, os avaliadores são encorajados a revelar suas identidades. Na segunda fase o editor decide sobre aceitação do manuscrito. As submissões recusadas são arquivadas com os comentários em um *site* privado. Caso aceite a submissão, essa é publicada em um *site* para debate entre leitores, avaliadores e autores, na forma de avaliação aberta e pública, em oposição à primeira etapa. A fase encerra após um mês e o editor adiciona seus comentários à discussão, sendo que comentários privados podem ser enviados diretamente ao correio eletrônico do autor. Na terceira fase o autor revisa seu trabalho e o editor publica-o com os comentários mais interessantes. Os leitores ainda podem adicionar comentários e os autores outros *links*, após a publicação. Percebe-se que é uma avaliação aberta em termos, pois permite aos avaliadores, durante a primeira fase, permanecer anônimos se desejarem.

O periódico *PLoS ONE*<sup>49</sup>, publicado pela *Public Library of Science (PLoS)*, utiliza a avaliação antes e depois da publicação. Na pré-publicação os membros do conselho editorial ou avaliadores externos revisam as submissões e seus comentários ficam disponíveis com o artigo publicado. Na avaliação pós-publicação os leitores

---

<sup>47</sup> Disponível em: <<http://www.biology-direct.com/>>. Acesso em: 25 fev. 2007.

<sup>48</sup> Disponível em: <<http://www.jime.open.ac.uk/>>. Acesso em: 5 jan. 2008.

<sup>49</sup> Disponível em: <<http://www.plosone.org/home.action>>. Acesso em: 5 jan. 2008.

podem postar vários tipos de comentários, correções, *links* e outros, desde que se identifiquem.

Além desses casos apresentados, pode ser citada a experiência da *Nature*. Esta implantou de junho a setembro de 2006 um modelo de *open peer review* que permitia ao autor escolher se queria postar seu artigo em um servidor de *preprints* para que comentários abertos do público fossem postados e assinados, enquanto em paralelo ocorria o processo tradicional de avaliação pelos pares. Dos 1.369 artigos enviados para revisão nesse período, apenas autores de 71 (ou 5%) desses artigos aceitaram participar e receber comentários abertos, sendo que 33 artigos não receberam comentários e os outros 38 receberam 92 comentários técnicos (DESPITE..., 2006). A maioria dos autores encontrou algum valor nas observações, porém para o editor nenhum comentário contribuiu significativamente para suas decisões. De acordo com os responsáveis pelo experimento, os pesquisadores/leitores são relutantes em disponibilizar/publicar comentários (DESPITE..., 2006). Essa relutância, como mencionado anteriormente, pode estar relacionada ao desejo de não ficar em total exposição perante seus colegas.

Percebe-se que alguns desses modelos facultam o anonimato aos avaliadores em alguma das etapas do processo e, por isso, não se enquadram no conceito de avaliação aberta (*open peer review*) anteriormente citado. Esse tipo de avaliação expõe os nomes dos avaliadores, autores e leitores (para aquelas revistas que permitem a avaliação do público leitor).

Campanario (2002) destaca duas outras alternativas à tradicional revisão pelos pares que foram propostas pela comunidade científica. A primeira é o pagamento de uma compensação econômica aos revisores. Para o autor, o pagamento visa aumentar a seriedade da revisão pelos pares, entretanto cria outro problema que se refere a quem poderia pagar os avaliadores (autores ou instituições). A segunda alternativa sugere a eliminação dos avaliadores, sendo a mais radical entre todas as que surgiram. Os artigos seriam publicados e a responsabilidade pela avaliação dos originais é automaticamente transferida do grupo restrito de avaliadores para os leitores, ou seja, toda comunidade científica. Hames (2007) aponta também a idéia de Alon Korngreen, publicada em 2005 pela *Nature*. Esse

sugere que os autores poderiam fornecer aos avaliadores um *feedback* sobre as revisões, permanecendo anônimos se desejassem. Hames considerou uma boa sugestão, mas poderia ser desagradável para os avaliadores nos casos de artigos rejeitados.

A partir do exposto, pode-se categorizar a avaliação pelos pares em fechada ou às cegas (dividi-se em *single blind peer review* e *double blind peer review*), aberta e mista com base na adoção ou não do anonimato. Essa pode ser considerada a característica principal que distingue as formas de julgamento. A avaliação mista, diferente das outras descritas anteriormente, combina os tipos fechado e aberto, ou seja, apresenta o anonimato em alguma das fases da avaliação. Como exemplo, pode-se citar o periódico *Electronic Transactions on Artificial Intelligence*.

Antes da adoção ou mudança no processo de avaliação pelos pares, os responsáveis pelas revistas, principalmente os editores, devem considerar o desejo e as diferentes necessidades da comunidade a qual se destina. Pode-se observar que são variadas as formas de avaliação que podem ser implementadas antes ou depois da publicação dos originais.

Independente do tipo de avaliação empregado, conhecer e possuir bons avaliadores compondo a estrutura editorial significa ter decisões editoriais mais acertadas quanto à publicação de um artigo ou à sua recusa. Uma forma de conhecê-los é avaliar a sua performance, porém são poucas as revistas que classificam ou avaliam os pareceres recebidos. Alguns estudos foram realizados, inclusive com o desenvolvimento de instrumentos para analisar os pareceres e descobrir os melhores avaliadores, enquanto outros testaram os efeitos de alguma forma de treinamento.

Com o objetivo de identificar as características dos avaliadores que produzem boas revisões para o *Journal of General Internal Medicine*, através da análise do currículo e do julgamento dos pareceres pelo editor (sem conhecimento de suas identidades e utilizando uma escala de cinco pontos), Evans et al. (1993) concluíram que os melhores avaliadores eram jovens, com treino em métodos de pesquisa, filiados a instituições acadêmicas de prestígio (recebem a maioria das doações federais), gastavam mais tempo na revisão e não conheciam a identidade dos autores. Os pesquisadores revelam que o estudo foi conduzido com uma revista

pequena e os resultados não podem ser aplicados a outros tipos de revistas, mas ressaltam que o processo de avaliação pelos pares pode ser aperfeiçoado por meio da melhoria na seleção dos avaliadores.

Baxt et al. (1998) questionaram se o uso de um manuscrito fictício poderia ser um instrumento viável de avaliação do desempenho dos revisores. Depois de enviar o trabalho, com erros metodológicos irremediáveis e erros menores que poderiam ser corrigidos, para todos avaliadores dos *Annals of Emergency Medicine* (203 respondentes – 15 recomendaram o aceite, 117 a rejeição, 67 a revisão e quatro não indicaram a decisão. Dois terços dos erros mais graves não foram identificados), concluíram que o uso desse tipo de instrumento pode ser viável, mas lembram que para outras especialidades seriam necessários mais estudos para validar um manuscrito.

Tomados por preocupação semelhante, van Rooyen, Black e Godlee (1999), ao verificar a pouca informação publicada sobre a aceitabilidade de um instrumento frequentemente utilizado (estudo de McNutt et al. (1990) citado anteriormente), perceberam a carência de um instrumento para medir a qualidade das revisões e para possibilitar mais estudos sobre a própria *peer review*. Assim, desenvolveram o denominado *Review Quality Instrument (RQI)*, com oito questões sobre diferentes aspectos que deveriam ser observados pelos avaliadores ou sobre a própria redação do parecer (importância da pesquisa, originalidade do artigo, pontos fracos e fortes do método, comentários específicos sobre escrita, organização, tabelas e figuras, comentários construtivos, substancialidade dos comentários, interpretação dos resultados pelo autor e nível da qualidade do parecer geral). Cada questão possui um escore de um a cinco (escala de Likert). O instrumento foi recomendado pelos pesquisadores para o estudo da avaliação pelos pares, mas destacam que o mesmo pode ser aperfeiçoado.

Como uma alternativa ao RQI, Landkroon e co-autores (2006) testaram a adequação e a confiabilidade de uma escala de cinco pontos usada por um periódico médico especializado, através de editores do próprio periódico e de outras três revistas mais os autores de artigos submetidos. Cada ponto da escala (inaceitável, nível inferior, bom, muito bom, excepcional) esclarece o nível da qualidade do

parecer. Tal ferramenta foi considerada mais simples, rápida e confiável para avaliar a qualidade de um parecer que o RQI.

Distintas alternativas para avaliação dos pareceristas foram desenvolvidas e podem ser aprimoradas. Os editores, ao adotar alguma forma de avaliação do rendimento desses atores, podem excluir aqueles que pouco contribuem de forma consistente e substancial com o julgamento dos artigos ou que atrasam na entrega de seus comentários. Ainda, podem implementar mudanças nos critérios de seleção de avaliadores, tornando o procedimento mais objetivo.

Em suma, as diferentes opiniões encontradas a respeito da avaliação pelos pares e seus sistemas demonstra o quão complexo é o processo. Embora apresente fragilidades, os cientistas o vêem como crucial para o efetivo desenvolvimento da ciência e da sua qualidade (ZUCKERMAN; MERTON, 1979; STUMPF, 2005). Conforme Machado (1996), a ausência da avaliação seria catastrófica para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Certamente a sua falta pode acarretar baixa qualidade para a literatura científica e pôr em dúvida o caráter de determinados trabalhos divulgados.

Novas perspectivas para a avaliação do conhecimento científico podem surgir, principalmente no ciberespaço, aproveitando as suas características de agilidade, interatividade e compartilhamento de informações. Williamson (2003) afirma que as inovações propostas ainda mantêm algum elemento da avaliação pelos pares e deseja vida longa a esse processo até que seja encontrado algo melhor. Os cientistas devem estar atentos às alternativas e proposições. Buscar um equilíbrio entre a inovação e a qualidade pode contribuir com o progresso científico, expressam Gérvas e Pérez Fernández (2001). Assim, a reflexão e o estudo pelas comunidades científicas sobre a continuidade ou eliminação da avaliação pelos pares são válidos.



### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é do tipo descritiva que analisa as práticas de avaliação pelos pares, tendo cunho quantitativo e qualitativo. Para o alcance dos seus objetivos, descreve-se nesta seção as delimitações de *corpus*, de sujeitos e da amostra de pesquisa, a definição do instrumento de coleta de dados e as operações executadas para o seu desenvolvimento.

#### 3.1 *Corpus*

O *corpus* da pesquisa foi constituído por seis revistas brasileiras de Ciência da Informação (área de classificação: Ciências Sociais Aplicadas I, conceito: A, circulação: nacional, ano-base: 2005) que constam no Qualis 2006 da CAPES. Vale ressaltar que essa é uma amostra intencional, sendo que foram consideradas apenas as revistas correntes no em 2006, ou seja, sua publicação deveria ser regular. Cada título é destacado abaixo e seguido de algumas informações relativas a sua publicação, extraídas do formato impresso ou de seus *sites* na Internet. Ao final, são indicados os fascículos utilizados neste estudo, selecionados a partir de um corte temporal (ano de 2006):

a) **Ciência da Informação**

**Entidade publicadora** - IBICT

**Local** - Brasília, Distrito Federal

**Início da publicação** - 1972

**ISSN** - 0100-1965

**Periodicidade** - quadrimestral

**Idiomas** - português, inglês ou espanhol

**Seções** - artigos, revisão, entrevistas, comunicações, relatos de experiências, revisão de literatura, artigos de revisão, *in memoriam*, ponto de vista, programas e projetos nacionais e internacionais e acesso livre à informação: aspectos socioculturais.

**Formato** - impresso e eletrônico (texto integral disponível a partir do Volume 24, Número 1, 1995)

**Nota** - nos anos de 1972 a 1975 foi editada pelo IBBD

**Indexação** - *Directory of Open Access Journals (DOAJ)*; *EDUCACION: Noticias de Educación, Ciencia y Cultura Iberoamericanas*; *Information Science and Technology Abstracts (ISTA)*; *Latindex - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*; *Library and Information Science Abstracts (LISA)*; *Library and Literature*; *Páginas de Contenido: Ciencias de la Información*; *PAIS Foreign Language Index*; *Paschal Thema: Science de L'Information, Documentation*; *Referationyi Zhurnal: Informatika e Scientific Electronic Library Online (SciELO)*.

**Fascículos analisados** - Volume 35, Número 1 e 3, 2006 (versão impressa e eletrônica)

b) **DataGramZero**: revista de Ciência da Informação

**Entidade publicadora** - IASI

**Local** - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

**Início da publicação** - 1999

**ISSN** - 1517-3801

**Periodicidade** - bimestral

**Idiomas** - português e espanhol

**Seções** - artigos, comunicações e revisões

**Formato** - eletrônico

**Indexação** - *DOAJ*; *Latindex - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*

**Fascículos analisados** - Volume 7, Número 01-06, 2006

c) **Encontros Bibli:** revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação

**Entidade publicadora** - Departamento de Ciência da Informação e Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSC

**Local** - Florianópolis, Santa Catarina

**Início da publicação** - 1996

**ISSN** - 1518-1924

**Periodicidade** - semestral

**Idiomas** - português e espanhol

**Seções** - artigos e resenhas de livros

**Formato** - eletrônico

**Indexação** - DOAJ; Latindex - *Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal* e *Red de Revistas Científicas de America Latina, el Caribe, España y Portugal (Redalyc)*

**Fascículos analisados** - Número 21 - 1º semestre e Número 22 - 2º semestre, 2006

d) **Informação & Sociedade:** estudos

**Entidade publicadora** - Departamento de Biblioteconomia e Documentação da UFPB

**Local** - João Pessoa, Paraíba

**Início da publicação** - 1991

**ISSN** - 0104-0146

**Periodicidade** - quadrimestral

**Idiomas** - português e espanhol e excepcionalmente, em inglês e francês

**Seções** - artigos de revisão, relatos de pesquisa, memórias científicas originais, pontos de vista/notas/comentários, relatos de experiências, relatos de pesquisa, comunicações de trabalhos/pesquisas em andamento, entrevistas, resenhas e resumos de dissertações

**Formato** - impresso e eletrônico (texto integral disponível desde seu início)

**Indexação** - CLASE - *Citas Latinoamericanas em Ciencia Sociales y Humanidades*; DOAJ; INFOBILA - *Base de Datos de Información y Bibliotecología Latinoamericana*; Latindex - *Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal* e LISA;

**Fascículos analisados** - Volume 16, Número 1 e 2, 2006 (versão eletrônica)

e) **Perspectivas em Ciência da Informação**

**Entidade publicadora** - Escola de Ciência da Informação da UFMG

**Local** - Belo Horizonte, Minas Gerais

**Início da publicação** - 1996

**ISSN** - 1413-9936

**Periodicidade** - quadrimestral

**Idiomas** - português, espanhol, inglês e francês

**Seções** - artigos originais, revisões de literatura, comunicações, depoimentos, notas de livros, relatos de pesquisa, estudos teóricos, textos didáticos, relatos de experiências, traduções e resenhas

**Formato** - eletrônico (texto integral disponível a partir do volume 1, número 1, 1996)

**Nota** - continuação da Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG (ISSN 0100-0829), criada em 1972.

**Indexação** - DOAJ; INFOBILA - *Base de Datos de Información y Bibliotecología Latinoamericana*; INSPEC; *International Bibliographie of Book Reviews of Scholarly Literature*; *Internationale Bibliographie der Rezensionen Wissenschaftlicher Literatur*; ISTA; Latindex - *Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*; LISA; *Library Literature & Information Science*; LICCI - *Literatura de Ciência da Informação*; PASCAL e SciELO.

**Fascículos analisados** – Volume 11, Número 1-3, 2006 (versão impressa e eletrônica)

f) **Transinformação**

**Entidade publicadora** – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da PUC-Campinas

**Local** – Campinas, São Paulo

**Início da publicação** – 1989

**ISSN** – 0103-3786

**Periodicidade** – quadrimestral

**Idiomas** – português, espanhol, inglês e francês

**Seções** – artigos, revisões, ensaios, debates, comunicações e informações sobre pesquisas em andamento

**Formato** – impresso e eletrônico (texto integral disponível a partir do v. 14, n. 2, 2002)

**Indexação** – Latindex - *Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal* e CLASE - *Citas Latinoamericanas em Ciencia Sociales y Humanidades*

**Fascículos analisados** – Volume 18, Número 1-3, 2006 (versão impressa e eletrônica)

No decorrer do texto, as revistas são tratadas sempre pelo seu título excluindo-se os subtítulos, a fim de facilitar a leitura. Salienta-se que os fascículos temáticos ou especiais publicados em 2006 foram excluídos da amostra, a saber: Ciência da Informação (Volume 35, Número 2 – Acesso Livre à Informação) e Encontros Bibli (Primeiro Número especial – 1º semestre e Segundo Número Especial – 2º semestre).

A edição das revistas selecionadas é na maioria de responsabilidade de departamentos ou programas de pós-graduação de universidades federais ou privadas, ou seja, quatro títulos (Encontros Bibli, Informação & Sociedade, Perspectivas em Ciência da Informação e Transinformação), enquanto os outros dois

títulos são editados por uma instituição vinculada ao Governo Federal (Ciência da Informação) e uma organização não-governamental (DataGramaZero).

Quanto ao formato em que são veiculadas, ressalta-se que as revistas DataGramaZero e Encontros Bibli foram criadas exclusivamente para o meio eletrônico, enquanto as outras iniciaram sua publicação em formato impresso e posteriormente desenvolveram versões eletrônicas. As revistas Ciência da Informação, Informação & Sociedade e Transinformação continuam a ser publicadas, até o presente momento, nos dois formatos. O periódico Perspectivas em Ciência da Informação, a partir do Volume 12, Número 1, de 2007, passou a publicar apenas a versão eletrônica, suprimindo a impressa.

Sendo assim, todas estão disponíveis na Internet, embora apenas quatro revistas, por enquanto, disponibilizem todo texto na íntegra desde seu primeiro fascículo publicado, a saber: DataGramaZero, Encontros Bibli, Informação & Sociedade e Perspectivas em Ciência da Informação. Destaca-se que, até abril de 2008, cinco periódicos utilizam o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas<sup>50</sup> (SEER) (Ciência da Informação, Encontros Bibli, Informação & Sociedade, Perspectivas em Ciência da Informação e Transinformação).

Todas as revistas selecionadas são objetos de serviços de indexação nacionais, regionais ou internacionais, embora algumas mais que outras. Esse aspecto demonstra a qualidade das publicações, uma vez que para serem indexadas elas devem atender critérios específicos e estipulados pelos próprios serviços. A indexação confere maior visibilidade aos títulos, além de possibilitar a recuperação e o uso dos trabalhos científicos por eles divulgados.

### 3.2 Sujeitos e Amostra da Pesquisa

Os sujeitos extraídos do *corpus* foram divididos em quatro categorias:

---

<sup>50</sup> *Software* para o gerenciamento de publicações periódicas adaptado pelo IBICT, mas desenvolvido pelo *Public Knowledge Project* da *University of British Columbia* e *Simon Fraser University*. Disponível em: <<http://www.ibict.br/secao.php?cat=seer>>. Acesso em: 15 abr. 2007.

- a) editores científicos ou principais (excluiu-se os editores adjuntos, associados, assistentes ou convidados);
- b) membros das comissões editoriais;
- c) avaliadores (membros dos conselhos consultivos ou avaliadores *ad hoc*, do Brasil e do exterior);
- d) autores (somente da seção de artigos, do Brasil e do exterior).

Para compor a amostra da pesquisa, foi preciso considerar que alguns dos sujeitos desempenham mais de um papel nas revistas aqui reunidas. Entre as várias possibilidades tem-se, por exemplo, um sujeito ser avaliador de originais em determinada revista e integrar a comissão editorial de outra. Em vista desse fato e, também, por utilizar um questionário para a coleta de dados (descrito na subseção 3.3 Instrumentos de Coleta de Dados), optou-se para que todos os sujeitos recebessem apenas um instrumento de coleta com o fim de incentivar a sua participação e evitar que esses não devolvessem preenchido um dos questionários enviados.

A seleção dos nomes dos sujeitos seguiu uma ordem. Em primeiro lugar foram selecionados os editores, em segundo os membros das comissões editoriais, depois os avaliadores e, por fim, os autores, sempre em ordem alfabética de cada revista. Como exemplo, um avaliador da revista *Ciência da Informação* que ao mesmo tempo é parecerista da *Transinformação* e autor de um artigo publicado na *Informação & Sociedade* respondeu apenas como avaliador da *Ciência da Informação*.

Especificamente em relação aos artigos escritos em co-autoria, preferiu-se selecionar todos os autores (com exceção daqueles previamente selecionados para responder em outra categoria de sujeitos), já que não é possível identificar quem tratou da submissão do trabalho ao periódico. Ainda, considerou-se o próprio comportamento da comunidade de *Ciência da Informação* em relação à indicação de autoria, pois aquele de maior titulação acadêmica ou líder da pesquisa pode ser o primeiro ou o último autor da lista. Além do exposto, os autores de um mesmo artigo podem ter diferentes opiniões sobre o processo de avaliação pelos pares da revista

em que tiveram seu artigo publicado. Ressalta-se que o número de artigos publicados nos fascículos utilizados neste estudo totalizou 138.

A Tabela abaixo revela a amostra convidada a colaborar com a pesquisa, por categoria de sujeitos e por periódico.

**Tabela 1** – Amostra da Pesquisa e sua Distribuição entre as Revistas Estudadas

Sujeitos	Total	Revistas					
		Ciência da Informação	DataGramZero	Encontros Bibli	Informação & Sociedade	Perspectivas em Ciência da Informação	Transinformação
Editores	6	1	1	1	1	1	1
Membros das comissões editoriais	29	7	- <sup>(1)</sup>	6	5	4	7
Avaliadores	169	72	3	40	15	19	20
Autores	169	36	29	24	12	44	24

Fonte: Dados da pesquisa.

Notas: Sinal convencional utilizado: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

<sup>(1)</sup> Os membros do Conselho Editorial e Científico da revista foram considerados na categoria avaliadores.

Quanto à revista DataGramZero, por possuir uma estrutura editorial diferenciada das demais, optou-se que a categoria membros das comissões editoriais fosse nula e os integrantes do seu Conselho Editorial e Científico respondessem como avaliadores.

### 3.3 Instrumentos de Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada através de questionários, sendo que para cada sujeito da pesquisa foram elaboradas perguntas diferenciadas (vide APÊNDICE A, B, C e D). Os questionários para os membros das comissões editoriais e para os autores possuem apenas questões abertas, enquanto que os questionários para os editores e avaliadores combinam questões abertas (em sua maioria) e de múltipla escolha. Também, a fim de analisar algumas das particularidades dos periódicos quanto à estrutura editorial, foram criadas questões específicas para cinco editores (APÊNDICE E).



Ressalta-se que para cada questionário foram mantidas as denominações atribuídas pelas próprias revistas no que se refere a sua estrutura editorial, como por exemplo comissão ou comitê editorial, para assim não gerar dúvidas quanto ao significado dos termos entre os sujeitos da pesquisa. Para os estrangeiros foram enviados questionários traduzidos para a língua inglesa.

A escolha desse tipo de instrumento justifica-se pelo fato dos sujeitos estarem dispersos em vários Estados do território nacional e em outros países, impossibilitando a aplicação de um formulário ou a realização de uma entrevista pessoal com os mesmos. Além disso, a seleção de qualquer técnica de coleta de dados que exigisse presença física da pesquisadora seria por demais onerosa para o desenvolvimento do estudo em nível de Mestrado.

Os questionários foram pré-testados antes de sua utilização pelos sujeitos, a fim de verificar a sua validade, fidedignidade e, se necessário, reformular as questões. Para o pré-teste foram convidados dois representantes de cada categoria de sujeitos (dois autores, dois avaliadores, e assim por diante) da revista *InTexto*<sup>51</sup>. Essa é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS e possui conceito A (nacional) conferido pelo Qualis. Sua escolha levou em consideração dois aspectos: as características semelhantes às revistas selecionadas para este estudo e a proximidade da pesquisadora com os participantes do pré-teste, uma vez que foram escolhidos apenas aqueles que pertencem à UFRGS. Responderam ao convite um sujeito de cada categoria e mudanças a ser implementadas nas questões não foram observadas.

Além do pré-teste, os questionários foram analisados por uma professora doutora da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, em vista de aprimorar ainda mais o instrumento de coleta de dados. Como resultado dessa análise, foram implementadas alterações nas questões de múltipla escolha. Destaca-se que juntamente com esses testes foram incluídos esclarecimentos sobre a pesquisa e seus objetivos.

---

<sup>51</sup> Disponível em: <<http://www.intexto.ufrgs.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2007.

### 3.4 Procedimentos de Coleta de Dados e Respondentes da Pesquisa

A coleta de dados foi realizada em três etapas. Na primeira etapa foram reunidas fotocópias de partes textuais dos fascículos de 2006 (apontados na subseção 3.1 *Corpus*) que indicam: a equipe editorial, a lista de avaliadores de cada número, as normas para submissão de trabalhos científicos, as políticas editoriais e as seções específicas que tratam da avaliação pelos pares. Salienta-se que as informações disponíveis somente no *site* das revistas, na Internet, foram coletadas/impressas entre os dias 26 e 29 de março de 2007, pois alterações de informações podem ocorrer a todo instante. Essa etapa foi necessária para descrever a estrutura editorial e complementar o estudo dos procedimentos empregados por cada uma das publicações analisadas, verificando as informações disponíveis para os leitores e autores sobre a avaliação pelos pares.

A elaboração de uma lista, a partir dos fascículos selecionados, para controle dos possíveis sujeitos a colaborar com o estudo foi a segunda etapa realizada. Nessa relação foram incluídos os seus nomes, a filiação institucional e os endereços do correio eletrônico para envio dos questionários. Como algumas revistas não costumam indicar se utilizaram avaliadores *ad hoc*, considerou-se necessário indagar a três delas sobre o emprego desses avaliadores nos fascículos de 2006, a fim de possibilitar que todos pareceristas, além dos membros permanentes, participassem da pesquisa. Após o contato efetuado através do correio eletrônico, a lista foi complementada com novos nomes provenientes de duas publicações. Uma preferiu não informar se utilizou avaliadores *ad hoc*, além do seu conselho editorial.

Ainda, para os fascículos que não informaram a filiação e/ou os endereços eletrônicos, foram acessados a Plataforma Lattes<sup>52</sup> (especificamente consultada à seção Dados Pessoais, Endereço Profissional) e/ou o mecanismo de busca Google para encontrar as páginas pessoais ou institucionais dos sujeitos na Internet.

Na terceira etapa foram enviados os questionários para a amostra da pesquisa, pelo correio eletrônico, juntamente com uma carta de apresentação com

---

<sup>52</sup> Base de dados pública de currículos e instituições da área de ciência e tecnologia no Brasil, mantida pelo CNPq. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/index.jsp>>. Acesso em: 5 jun. 2007.

informações sobre a natureza deste estudo (veja APÊNDICE F). Para os questionários não devolvidos no prazo de tempo esperado, um novo encaminhamento foi efetuado, utilizando novamente o correio eletrônico. Essa etapa foi realizada no segundo semestre de 2007.

Com o objetivo de cumprir os prazos do curso de Mestrado e não prejudicar a coleta de dados deu-se início a mesma sem o IBICT ter lançado o último número da revista *Ciência da Informação*, de 2006, pois essa estava com atraso de publicação. Assim, 21 avaliadores *ad hoc* de tal publicação acabaram por responder, em sua maioria, como avaliadores que contribuiriam com outras revistas (16) e como autores (5). Acredita-se que esse fato não prejudicou a pesquisa, afinal todos foram selecionados para responder, não importando o seu papel no processo de avaliação pelos pares.

Ressalta-se que do total de 385 sujeitos presentes na lista confeccionada não foi possível enviar o questionário para três avaliadores brasileiros e nove autores (seis brasileiros e três estrangeiros), devido à falta dos endereços eletrônicos para dez deles e à falha de entrega da mensagem eletrônica para outros dois. Esses não foram incluídos na Tabela 1.

O número de questionários enviados e devolvidos, por categoria de sujeitos, pode ser observado na Tabela 2. Um questionário foi invalidado pelo não preenchimento da maior parte das perguntas e, por isso, não foi contabilizado. Embora o número total de respostas tenha sido próximo a 50%, considerou-se suficiente para os objetivos da pesquisa, após o segundo encaminhamento dos questionários.

**Tabela 2** – Percentual de Questionários Devolvidos pelos Sujeitos

Sujeitos	Questionários enviados		Questionários devolvidos	
	Nº	Nº	Nº	%
Editores	6	6	6	100
Membros das comissões editoriais	29	13	13	44,8
Avaliadores	169	97	97	57,4
Autores	169	69	69	40,8
<b>Total</b>	<b>373</b>	<b>185</b>	<b>185</b>	<b>49,6</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Os questionários recebidos foram alfabetados para indicar um dos títulos (a - f) e numerados para diferenciar os colaboradores de uma categoria de sujeitos (1 -  $\infty$ ), sempre por ordem de chegada. Em relação à categoria de editores somente foi preciso distinguir os títulos. Para as transcrições das respostas dos participantes desta pesquisa, estabeleceu-se a seguinte convenção: editores científicos ou principais (ED), membros das comissões editoriais (CO), avaliadores (AV) e autores (AU). Quando ocorreram erros ortográficos, esses foram corrigidos.

Convém destacar que a pesquisa apresentou algumas dificuldades na coleta de dados. A primeira deve-se à não devolução de questionários da categoria de sujeitos comissão editorial de uma revista, prejudicando em parte a análise dos dados. O fato de algumas questões sobre a avaliação pelos pares terem sido analisadas através das respostas de cinco ao invés de seis editores pode ser considerada a segunda dificuldade, pois os dados coletados permitiram elaborar conclusões para a maioria das revistas de Ciência da Informação com conceito máximo conferido pelo Qualis e não para a sua totalidade. Compreende-se que os editores não desejem tornar públicas determinadas informações, mas ao mesmo tempo fica a impressão de que algo importante do processo está sendo ocultado. Além disso, causam entraves na realização de pesquisas mais completas prejudicando, dessa forma, a própria comunidade científica na qual estão inseridos.

Por fim, a terceira dificuldade está relacionada às dificuldades operacionais, como: falta dos endereços eletrônicos de avaliadores e autores dos artigos publicados, pesquisadores brasileiros sem registro na Plataforma Lattes do CNPq e falha de entrega da mensagem eletrônica com o questionário para a amostra da pesquisa (provavelmente pela alteração do endereço realizada pelo próprio indivíduo, ao qual a pesquisadora não teve acesso).

### **3.5 Tratamento e Análise dos Dados Coletados**

A primeira etapa de tratamento e análise desenvolvida foi a leitura das partes textuais específicas das revistas para a descrição de sua estrutura editorial e

verificação de alguns procedimentos de avaliação (número de avaliadores, tipo de avaliação pelos pares, pré-avaliação dos artigos, critérios de avaliação dos artigos). Na segunda etapa foi apreciado o conteúdo dos questionários, sendo que as questões de múltipla escolha foram representadas por meio de tabelas. Quanto às outras questões, essas foram analisadas com o auxílio do *software* NVivo 7 que permitiu organizar as respostas por temas, facilitando a interpretação dos dados.

Destaca-se que para duas categorias de sujeitos (avaliadores e autores), os dados foram tratados em percentual (arredondamento do dado numérico com uma casa decimal).

## 4 DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Esta seção está disposta em três subseções que tratam da composição editorial das revistas estudadas, do processo de avaliação pelos pares adotado por elas e, por fim, das percepções dos sujeitos sobre a avaliação de modo geral. Ressalta-se que os dados apresentados referem-se à análise dos fascículos de 2006 e das respostas aos questionários pelos colaboradores da pesquisa.

### 4.1 Estrutura Editorial das Revistas Estudadas

A análise da estrutura editorial do *corpus* selecionado obedece a ordem alfabética de cada título, sendo que foram verificadas primeiramente a publicação impressa e depois a eletrônica, para aquelas disponíveis em ambos os formatos. Foram analisados os editores, as comissões editoriais, os conselhos consultivos e/ou avaliadores *ad hoc*, além de cargos técnicos. Considera-se que essa composição humana antecede a avaliação de originais sendo, portanto, um requisito para que tal processo seja executado.

A descrição da estrutura editorial das revistas, a seguir, foi redigida no tempo verbal presente, contudo é preciso lembrar que a filiação institucional, a quantidade e as funções de seus membros podem ter sofrido alterações após a coleta de dados, bem como outras informações disponibilizadas em seus fascículos.

A revista **Ciência da Informação**, primeiro título analisado, apresenta um Editor Científico (possui o conhecimento técnico da área e administra vários procedimentos da avaliação pelos pares, além de convidar autores e designar e convocar o Comitê Editorial) e mais um Editor (tem a função de assegurar a edição da publicação). O primeiro está vinculado ao IBICT/UnB e o segundo ao IBICT. O Comitê Editorial é composto por sete membros filiados a várias instituições do país,

sendo dois do IBICT e o restante da UFBA, Universidade Federal do Paraná (UFPR), UFRGS, Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e UnB. Há a indicação de um período de vigência de dois anos para os membros do Comitê.

A revista faz uso de avaliadores *ad hoc* e, dessa forma, não possui um conselho consultivo permanente. Ela costuma publicar uma lista com seus nomes a cada fascículo, mas sem a filiação institucional. Foram empregados 39 avaliadores no Número 1 e 93 no Número 3, de 2006. Quatro membros do Comitê Editorial também participaram como avaliadores dos dois fascículos analisados e, por isso, são contabilizados na Tabela a seguir, que mostra a filiação institucional dos avaliadores.

**Tabela 3** – Número de Avaliadores por Instituição – Ciência da Informação  
(Volume 35, Número 1 e 3, 2006)

Instituição	Número de Avaliadores
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia	10
Universidade de São Paulo	7
Universidade Federal de Minas Gerais	7
Universidade de Brasília	6
Universidade Federal da Bahia	6
Universidade Federal de Santa Catarina	6
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	4
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	4
Universidade Federal do Paraná	4
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	4
Universidade Estadual de Londrina	3
Universidade Federal Fluminense	3
Universidade Federal da Paraíba	3
Universidade Federal de São Carlos	3
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	3
Fundação Universidade Regional de Blumenau	2
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	2
Universidade Católica de Brasília	2
Universidade Estadual de Campinas	2
Universidade Federal do Ceará	2
Universidade Federal do Rio de Janeiro	2
Não determinada	3

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Os avaliadores utilizados nos dois fascículos foram computados uma vez (total de 22).

Estabeleceu-se um ponto de corte na ocorrência de dois avaliadores por instituição. Através da Tabela acima, observa-se 21 instituições diferentes, sendo que a grande parte dos avaliadores atua na própria entidade responsável pela publicação

do periódico, enquanto os outros são filiados a universidades. A filiação de três avaliadores não pôde ser determinada. Entre as instituições com ocorrência de um avaliador cada (total de 20), a maioria é de ensino superior. Destaca-se que dois avaliadores são autônomos. Em relação a avaliadores filiados a instituições estrangeiras, o periódico empregou um da *Universidad de Murcia* (UMU), da Espanha.

Os auxiliares técnicos indicados são responsáveis pelo copidesque e revisão, projeto gráfico, capa da revista, normalização de referências e secretaria das edições (totalizam nove indivíduos em cada fascículo). Convém ressaltar que não é informada a filiação institucional daqueles que compõem a estrutura editorial.

Todo o descrito refere-se à versão impressa da revista. O texto sobre a estrutura editorial, disponível no formato eletrônico (seção denominada: Sobre a revista, Equipe Editorial), difere da versão em papel. O Comitê Editorial passa a ser denominado Conselho Editorial e a indicação dos seus integrantes está incompleta, faltando os nomes de cinco membros. Os avaliadores *ad hoc* não são informados, bem como os responsáveis pelo projeto gráfico, pela capa e normalização de referências. A filiação institucional agora é expressa.

O segundo periódico analisado foi **DataGramZero**, que conta com um Editor, vinculado ao IASI, e um Conselho Editorial e Científico (possui a função de avaliação de artigos e/ou de assessoria nos procedimentos editoriais). O Conselho é formado por três membros. O primeiro é filiado ao IBICT/UFF, o segundo à UnB e o terceiro à UFRJ, não apresentando consultores de instituições estrangeiras. Ressalta-se que a revista publica a filiação dos integrantes da sua estrutura editorial, mas não costuma informar os avaliadores de cada número. Em relação aos cargos técnicos, consta um responsável pela página na Internet.

**Encontros Bibli**, a terceira revista estudada, apresenta uma estrutura editorial formada por uma Comissão Editorial e um Conselho Editorial. A primeira é constituída por sete membros, dentre os quais estão incluídos o Editor Coordenador (gerencia todo o processo de publicação da revista) e a Subcoordenadora (responsável pela gestão e execução das etapas do processamento de artigos para edição final). Todos os integrantes são filiados à UFSC. O segundo também é composto por sete membros vinculados a instituições brasileiras e estrangeiras



(Argentina, França e Uruguai). Dois são da UNESP e os outros são da Universidade Federal do Ceará (UFC), UFPB, *Universidad de Buenos Aires* (UBA), UdelaR e *Université Paul Sabatier* (UPS) - *Toulouse III*.

Uma característica a ser destacada é que a revista publica a nominata dos avaliadores responsáveis pela revisão dos artigos veiculados em seus fascículos (26 avaliadores no Número 21 - 1º semestre e 44 no Número 22 - 2º semestre). A Tabela 4 mostra a filiação institucional desses avaliadores. Convém destacar que todos os membros da Comissão Editorial contribuíram como avaliadores em pelo menos um dos dois fascículos analisados (quatro nos dois fascículos e três em apenas um fascículo), enquanto dois integrantes do Conselho Editorial participaram do processo de revisão. Lembra-se que tanto os membros da Comissão quanto aqueles do Conselho foram contabilizados na Tabela.

**Tabela 4** – Número de Avaliadores por Instituição – Encontros Bibli

(Número 21 - 1º semestre e Número 22 - 2º semestre, 2006)

Instituição	Número de Avaliadores
Universidade Federal de Santa Catarina	18
Universidade Federal do Ceará	4
Universidade Estadual de Londrina	3
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia	2
Universidade do Estado de Santa Catarina	2
Universidade Federal da Paraíba	2
Universidade Federal de Minas Gerais	2
Universidade Federal de São Carlos	2
Universidade Federal do Paraná	2
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2
Universidade Federal Fluminense	2

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Os avaliadores que colaboraram nos dois fascículos foram computados uma vez (total de 19).

Assim como na Tabela 3, estabeleceu-se um ponto de corte na ocorrência de dois avaliadores por instituição. A maioria dos avaliadores é filiada à UFSC, esta com mais que o quádruplo da segunda colocada. Entre as 11 instituições relacionadas, apenas uma não é universitária. Ressalta-se que nenhum avaliador de instituição

estrangeira colaborou com a revisão de artigos nos dois fascículos analisados. Em relação às instituições com um avaliador cada (total de dez), todas são universidades.

A equipe de trabalho conta com dois colaboradores que são, ao mesmo tempo, membros da Comissão Editorial. Destaca-se que a filiação de todos integrantes da estrutura editorial da revista é citada.

A quarta revista analisada foi **Informação & Sociedade**. Em sua versão eletrônica, apresenta duas Editoras, ambas vinculadas à UFPB, uma Comissão Editorial e um Conselho Consultivo. A Comissão é constituída de cinco membros filiados à universidade publicadora do periódico. O Conselho Consultivo é formado por 20 membros do Brasil e do exterior (Espanha, Estados Unidos da América e Portugal). A UFPB está representada por quatro membros, a UEL, UNESP e USP possuem dois cada e os outros membros são do IBICT, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), UFMG, Universidade Federal do Piauí (UFPI), UFPR, UFRGS, UnB, *Universidad Carlos III de Madrid* (UC3M), Universidade do Porto (U.Porto) e *University of California, Los Angeles* (UCLA).

Dois avaliadores *ad hoc*, filiados à UFF e UFRN, participaram da avaliação de artigos do segundo número de 2006<sup>53</sup> (seus nomes não foram publicados na versão eletrônica). Ressalta-se que a filiação institucional acompanha os nomes dos membros da estrutura editorial. Quanto à equipe auxiliar, a revista conta com um responsável pelo sistema de publicação da versão eletrônica, além de um artista responsável pela capa de cada fascículo.

A **Perspectivas em Ciência da Informação**, quinta revista analisada, constitui-se de um Conselho Editorial e um Conselho Consultivo. O primeiro conta com seis membros, dentre eles encontram-se o Editor (responsável pelo gerenciamento total da revista) e o Editor Adjunto (auxilia em várias tarefas, como correção dos originais, revisão das normas, ordem dos artigos e outros). Todos os membros são vinculados à UFMG. O Conselho Consultivo apresenta um número variado de membros a cada fascículo publicado em 2006 (13 membros no primeiro, 15 no segundo e 14 no terceiro). São filiados a diferentes instituições, a saber: PUC-Campinas, UFBA, UFF, UFPB, UFRGS, UFSC, UnB, USP, *Catholic University of*

---

<sup>53</sup> Informação revelada pela Editora, através do correio eletrônico, em maio de 2007.

*America* (CUA), *City University London*, *Hochschule für Technik Stuttgart* (HfT), *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM), *Universidad Nacional de Mar del Plata* (UNMdP), U.Porto, UPS. Os países estrangeiros representados são: Alemanha, Argentina, Estados Unidos da América, França, Inglaterra, México e Portugal.

A revista tem o cuidado de publicar os nomes dos consultores *ad hoc*, sendo utilizados do primeiro ao terceiro fascículo: cinco, três e oito, respectivamente. Sete são vinculados à UFMG, dois à UFF e os outros à Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), UnB e *Universidad de Puerto Rico* (UPR). Ressalta-se que a filiação é indicada apenas para os membros do Conselho Consultivo. Em relação à equipe técnica, são informados os responsáveis pelo projeto gráfico e capa do periódico (totalizam cinco).

Toda a descrição acima foi baseada na versão impressa da revista, que deixou de ser publicada a partir de 2007. Na versão disponível na Internet são indicados o Editor e o Conselho Editorial (composto por quatro membros, sendo dois do Conselho Editorial e dois do Conselho Consultivo, conforme a versão impressa). Todos têm a filiação institucional indicada. Os avaliadores *ad hoc* e membros da equipe técnica ou auxiliar não são informados.

Por fim, a revista **Transinformação** apresenta um Editor, uma Editora Adjunta, um Editor Associado e uma Editora Assistente, todos da PUC-Campinas. O primeiro fiscaliza e finaliza todo o processo editorial, o segundo contribui com o processo fornecendo argumentos conclusivos, o terceiro auxilia no fechamento das edições e o quarto acompanha o processo quando os outros editores não podem participar devido às atividades de aula ou outros compromissos. O seu Comitê Editorial é formado por sete componentes, sendo seis da PUC-Campinas e um da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE).

O Conselho Editorial é constituído de dez membros com representantes de países como Espanha e França, além do Brasil. São filiados às seguintes instituições: Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), IBICT, PUC-Campinas, UFMG, UNESP, USP, *Conservatoire National des Arts et Métiers* (CNAM), *Universidad de Granada* (UGR), *Universidad de Sevilla* (US) e *Université de Poitiers*. A revista contou,

ainda, com 26 avaliadores externos para revisão dos artigos publicados em 2006<sup>54</sup>. A USP foi representada com seis avaliadores, a UnB com quatro, a UFMG, UFSCar e UNESP com dois cada, e as instituições como o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), IBICT, UCB, UEL, UFC, UFF, UFMA, Universidade Federal do Pará (UFPA), UFPB, UFPI com um cada. Convém destacar que a revista não publica a filiação institucional de seus integrantes.

A equipe técnica é composta pelos responsáveis pela normalização e apoio administrativo, além disso são indicados bolsistas de Mestrado que colaboraram com a publicação da revista (totalizam cinco). Quanto à versão eletrônica, é indicado apenas o nome de um Editor (seção denominada: Sobre a revista, Equipe Editorial).

Lembra-se que as funções indicadas acima, para alguns dos componentes da estrutura editorial das revistas, são provenientes das respostas dos editores a questões específicas (APÊNDICE F).

Pode-se concluir, após o exame, que todos os periódicos estudados apresentaram uma estrutura editorial estabelecida, mas com composições distintas. Quatro deles (Encontros Bibli, Informação & Sociedade, Perspectivas em Ciência da Informação e Transinformação) contaram, claramente, com uma estrutura editorial formada por editor (um ou mais), comissão editorial e conselho consultivo. DataGramaZero adotou, além do editor, um Conselho Editorial e Científico. A revista Ciência da Informação optou por trabalhar somente com especialistas *ad hoc*, que variam a cada fascículo, editores e Comitê Editorial. Todos os periódicos apresentaram pelo menos um auxiliar ou cargo técnico.

Vale ressaltar que, além da revista Ciência da Informação, as outras também podem convidar avaliadores *ad hoc* quando necessário, porém não são todas que informaram seus nomes para o leitor. Aquelas que publicaram a nominata de avaliadores externos são: Encontros Bibli, Ciência da Informação, Informação & Sociedade e Perspectivas em Ciência da Informação, as três últimas apenas no formato impresso<sup>55</sup>. Ainda, as revistas que costumam publicar todos os avaliadores

---

<sup>54</sup> Informação fornecida pelo Editor, através do correio eletrônico, em maio de 2007.

<sup>55</sup> Em relação à revista Informação & Sociedade, esse dado foi indicado pela Editora, através do correio eletrônico, já que a versão impressa não foi analisada (na fase de coleta de dados, a revista encontrava-se na editora para impressão).

que contribuíram com determinado número, sejam eles membros permanentes ou *ad hoc*, são Ciência da Informação e Encontros Bibli. Essa é uma prática que possibilita ao leitor saber quem participou como revisor de originais para o fascículo.

Outras características que diferenciaram as revistas foram: o número de integrantes da estrutura editorial e a filiação institucional dos mesmos. O arranjo editorial de cada periódico é dependente do seu escopo, de suas necessidades, da quantidade de submissões recebidas, da periodicidade de publicação, entre outros aspectos. O número de editores variou de um a quatro, de membros das comissões editoriais de cinco a sete (não considerado o periódico DataGramaZero), dos integrantes dos conselhos consultivos de três a 20 (não considerado o periódico Ciência da Informação) e de auxiliares de um a nove. Pode significar que para as revistas com menor número de integrantes alguns colaboradores acumulam mais tarefas.

A utilização de cientistas vinculados a instituições estrangeiras como avaliadores permanentes ou *ad hoc* pelas revistas é um ponto que merece destaque. Foram contabilizadas 16 instituições de diversos países, a saber: Alemanha, Inglaterra, México, Portugal e Uruguai com um cada, Argentina e Estados Unidos da América com dois cada, França com três e Espanha com quatro. Todos os periódicos, com exceção de DataGramaZero, apresentaram avaliadores de instituições de outros países, sendo a Perspectivas em Ciência da Informação aquela com maior número em seu Conselho Consultivo (total de sete).

A análise da filiação dos editores, dos membros das comissões editoriais e dos avaliadores demonstrou que esses são, majoritariamente, vinculados a instituições de ensino superior, do Brasil ou do exterior.

Para as revistas analisadas através de seus dois formatos de publicação (Ciência da Informação, Perspectivas em Ciência da Informação e Transinformação), foi possível verificar que parte dos dados disponíveis na versão impressa sobre a estrutura editorial não foram publicados na versão eletrônica, como por exemplo a indicação de seus membros, inclusive dos avaliadores *ad hoc*. Também ocorreram diferenças nas denominações de suas comissões editoriais ou de seus conselhos em um desses títulos. Os dados sobre a estrutura editorial das versões eletrônicas não

estavam vinculados a cada número publicado (pelo menos até o momento de análise), mas a um menu geral para todos os números, ou seja, eram os dados atuais da estrutura editorial. Os números anteriormente publicados costumam perder os dados sobre seu corpo editorial a cada alteração de membros prejudicando o leitor, os seus colaboradores e, principalmente, a preservação da memória da revista. É preciso recordar que esses títulos utilizam o SEER e podem estar em fase de implementação, aprimorando as suas versões eletrônicas.

Tal *software*, em processo de evolução, ainda não possibilita que os dados sobre a equipe editorial sejam vinculados, através de um *menu* específico, a cada número publicado. A equipe responsável pelo SEER, do IBICT, esclareceu que, enquanto o sistema é aperfeiçoado, há outras formas de fornecer esses dados e os responsáveis pelas revistas devem usar sua criatividade. Como exemplo, os dados poderiam ser divulgados no mesmo espaço onde os artigos são publicados (como se fossem um *link* que remete para o arquivo, assim como ocorre com os artigos), vinculando-os, portanto, a cada número<sup>56</sup>.

## 4.2 Procedimentos de Avaliação pelos Pares Adotados pelas Revistas

Os dados desta subseção são apresentados de modo a reunir um tema específico e as respostas de cada categoria de sujeitos, para o caso de um tema repetir-se em mais de um questionário. Vale fazer uma nota para as questões que também foram analisadas através das partes textuais das revistas (por exemplo, tipo de avaliação utilizado, critérios de avaliação de artigos e outros), pois as informações disponibilizadas podem ter sido modificadas depois da coleta dos dados.

Antes de analisar os procedimentos das revistas destaca-se que o número aproximado de artigos científicos recebidos para avaliação, no ano de 2006, oscilou entre os periódicos. Um dos editores indicou ser essa uma: “Informação privilegiada e não disponível para divulgação.” (EDa), assim entre as outras cinco revistas, o

---

<sup>56</sup> Explicações obtidas através de contato estabelecido com a Equipe do SEER/IBICT, pelo correio eletrônico, em outubro de 2007.

menor número indicado de artigos recebidos foi 40, enquanto o maior número foi 250. Excluindo-se a revista que recebeu essa quantidade expressiva de artigos, se comparada com as outras publicações estudadas, o número ficou entre 40 e 58. Observa-se, através desses números, uma preferência dos autores/pesquisadores por uma revista em especial, embora todas sejam classificadas pelo Qualis com conceito A (nacional).

Quanto aos artigos aprovados, apenas uma minoria não necessitou de correções. Percebe-se aqui uma confirmação dos apontamentos de Meadows (1999) relativos à publicação de artigos, ou seja, que a grande parte requer pequenas ou significativas alterações. Para uma das revistas, a maioria (cerca de 70%) dos textos foi reprovada, para duas foi a minoria e para outras duas ocorreu um equilíbrio entre artigos aprovados e recusados. Lembra-se que são números aproximados de 2006, os quais poderão ou não repetir-se nos anos subsequentes.

O estabelecimento dos procedimentos e dos critérios de avaliação ocorreu de forma coletiva na maioria das revistas, ou seja, uma atividade que reuniu esforços dos editores e seus colaboradores, geralmente da comissão editorial. Em relação a sua atualização, um editor não se manifestou, enquanto os outros indicaram que são feitas atualizações “periódicas”, “quando necessárias” ou “constantemente”, de acordo com suas palavras. Vale ressaltar que, outro editor informou: “É feito o acompanhamento de sua eficácia!” (EDc). Tal fato demonstra preocupação e controle dos procedimentos e critérios utilizados.

O tipo de avaliação utilizado pela maioria das revistas, conforme responderam os editores, é aquele em que os nomes do avaliador e autor permanecem em sigilo (Tabela 5). Para uma revista, o avaliador é identificado enquanto o autor fica anônimo.

Sobre a questão do anonimato, dois editores manifestaram-se. O primeiro indicou: “Por questão ética, a revista mantém no anonimato o autor e avaliador, durante o processo de avaliação, visando a obtenção de pareceres isentos.” (EDf). O segundo editor destacou: “Adota-se, em qualquer circunstância, o sistema de *blind review* ou avaliação pelos pares “às cegas”. Desta forma, a autoria do artigo e o avaliador são conhecidos apenas do Editor.” (EDd).

**Tabela 5** – Tipo de Avaliação pelos Pares Utilizado pelas Revistas em Relação ao Nome do Avaliador e do Autor

<b>Tipo</b>	<b>Número de Revistas</b>
Avaliador e autor anônimos	5
Avaliador e autor identificados	-
Avaliador identificado, autor anônimo	1
Avaliador anônimo, autor identificado	-
<b>Total</b>	<b>6</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Sinal convencional utilizado: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

A análise dos fascículos mostrou que apenas dois periódicos informam nas normas para submissão de trabalhos a adoção do sigilo de avaliador e autor, ou seja, *double blind peer review*. Ressalta-se que um desses periódicos apresenta diferenças entre as versões impressa e eletrônica. No formato impresso indica o sigilo de autores e árbitros e, em seguida, informa que os pareceristas revisam “[. . .] sem o conhecimento de sua autoria (*blind review*).”. Na versão eletrônica apenas é indicada essa última informação. Confrontando com a resposta obtida através do questionário, a revista na verdade adota a *double blind peer review*.

Três revistas indicaram que não há identificação da autoria, porém não mencionam se o avaliador permanece anônimo. Outra não especificou o tipo de avaliação adotado, embora possua uma seção específica sobre o julgamento pelos pares. Para o periódico que assinalou no questionário a opção avaliador identificado e autor anônimo, encontrou-se apenas, nas normas para submissão, que o autor não é identificado. Ressalta-se que os esclarecimentos sobre o tipo de avaliação adotado podem definir a seleção ou não do periódico pelos autores para a submissão de originais.

Os resultados deste estudo são semelhantes aos apresentados por Mueller (1997) no que tange às Ciências Sociais Aplicadas, uma das nove áreas investigadas. Oito editores afirmaram adotar o anonimato de autor e avaliador dentre os nove questionários recebidos pela pesquisadora.

Quanto aos membros das comissões editoriais, foram 13 que responderam ao questionário entre os 29 convidados a colaborar. Essa foi a única categoria de sujeitos da qual não se obteve resposta de uma das revistas, portanto foram analisados os



questionários de colaboradores ligados a quatro periódicos. É preciso lembrar que para DataGramZero tal categoria é nula.

Quando indagados sobre suas funções ou atividades como membro de uma comissão editorial, todos os seis respondentes de duas revistas afirmaram ser avaliadores de artigos, não indicando outro tipo de atividade. Em relação aos outros dois periódicos, a maioria dos respondentes também afirmou atuar como avaliadores, mas destacaram outras atividades, a saber: participação em reuniões para tomada de decisão sobre a revista (conteúdo, corpo de avaliadores, números especiais, publicação e outros aspectos), apresentação de sugestões ou modificações, correção e padronização dos fascículos, migração de dados para nova plataforma na Internet e conversão de arquivos. Percebe-se que a maioria dos membros atua como avaliador de originais, não se limitando apenas às demais tarefas para a produção da revista.

Sobre as formas de auxílio, especificamente quanto ao processo de avaliação de artigos, os membros das comissões editoriais apontaram, de forma geral, que contribuem com o estabelecimento de critérios de avaliação de originais (item que confirma a resposta dos editores sobre a construção conjunta dos critérios), a revisão ou atualização das normas editoriais, a decisão sobre a ordem de publicação dos artigos aprovados e sobre números especiais, o gerenciamento de alguns procedimentos da avaliação e a observância dos requisitos de normalização. Novamente, alguns lembraram suas tarefas de avaliação de artigos.

A apreciação dos originais é facilitada quando são estipulados critérios para guiar e padronizar a tarefa de avaliação pelos membros da estrutura editorial, principalmente aquela dos pareceristas que contribuem com os periódicos. Todos os editores informaram os critérios utilizados e cada revista possui suas particularidades e prioridades quanto à publicação de originais, porém, de modo geral, os critérios abarcam os aspectos formais (aplicação das normas para submissão, correção gramatical, coerência de linguagem, correção de citações e referências, entre outros) e de conteúdo (originalidade, contribuição para a Ciência da Informação, atualidade, revisão bibliográfica e metodologia adequadas,

pertinência com os objetivos da revista e outros). Alguns títulos foram minuciosos na formulação e no detalhamento de seus critérios, enquanto outros foram mais gerais.

Percebe-se que todos os periódicos apresentaram critérios de avaliação estabelecidos e reconhecidos pelas comunidades científicas, entre os quais encontram-se aqueles indicados como básicos por Meadows (1999), ou seja, relacionados à originalidade, correção e importância da pesquisa para a área.

A análise de partes textuais específicas das revistas mostrou que todas indicam os aspectos formais que os autores devem seguir para a submissão de trabalhos. Quanto aos critérios de conteúdo, todas apontam que os trabalhos devem ser inéditos ou originais e estar relacionados com a Ciência da Informação ou ciências correlatas, entretanto somente duas revistas listaram claramente outros critérios de conteúdo, além desses.

Os procedimentos e critérios de avaliação de artigos empregados pelas revistas foram considerados satisfatórios por nove membros das comissões editoriais, porém dois desses fizeram ressalvas e estão destacadas a seguir:

Quanto aos itens de conteúdo (relativos à temática) não são oferecidas orientações unívocas sobre o “que” avaliar especificamente (originalidade, atualidade, por exemplo). Porém, não diria que é insatisfatório, uma vez que o corpo editorial é (ou deveria ser) composto por especialistas (estes sim) com conhecimento “satisfatório” quanto às exigências de qualidade para um material que advoga ser “científico”, apontando detalhadamente os pontos falhos/de melhoria. Neste sentido, tal subjetividade extrapola qualquer lista de itens/critérios. (COF1).

Como todo procedimento genérico, os da revista em questão se mostram às vezes limitados como roteiro [para] casos de exceção mas, ao mesmo tempo, a revista oferece plena liberdade (aos avaliadores) de, nestas circunstâncias, afastar-se do roteiro comum e criar uma avaliação especial. (COF2).

Percebe-se que as diretrizes de avaliação podem apresentar deficiências quanto a algum item, mas os respondentes lembram, também, que o avaliador pode extrapolar ou expandir os critérios utilizados por deter, teoricamente, conhecimento para tal ação.

Três membros não esclareceram em suas respostas a questão da satisfação, porém indicaram que os procedimentos e critérios estavam sendo aprimorados ou

que a revista procurava ser criteriosa e seguir o comumente empregado pela Ciência da Informação. Por fim, outro respondente apontou a impossibilidade de alcançar um nível satisfatório quanto aos procedimentos e critérios em determinados campos do conhecimento:

Penso que nenhuma revista das áreas de Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas consegue estabelecer procedimentos e critérios satisfatórios. São decisões que guardam um componente forte de subjetividade. Isso devido à natureza das áreas, como na Ciência da Informação que não conta com unanimidade em torno de suas preocupações de pesquisa, conceituações etc. Como consequência envolvem uma comunidade pouco amadurecida e muitas vezes conflitante quanto às orientações a serem seguidas na área. (COe2).

Pode-se notar no trecho acima, embora único entre os membros das comissões editoriais, a questão relacionada à subjetividade e a uma das características da Ciência da Informação, como destacado na seção inicial deste documento. Essa disciplina, por estar em processo de construção, ainda não possui definições teóricas ou metodológicas consolidadas.

Da mesma forma que a comissão editorial, 81 avaliadores (83,5%), do total de 97 respondentes, consideraram satisfatórios os procedimentos e critérios de avaliação, tendo alguns apontado adjetivos como: “adequados”, “bons”, “flexíveis”, “objetivos”, “pertinentes”, “conforme padrão” ou “conforme outras revistas”. Aqueles dez avaliadores (10,3%) que se demonstraram descontentes fizeram emendas, principalmente, quanto aos critérios utilizados, salientando a necessidade de serem mais “claros”, “detalhados”, “padronizados” e “incluir escala de avaliação”, enfim, aperfeiçoados. Vale notar que, esses dez consultores referiram-se a três revistas estudadas. Outros seis (6,2%) não responderam a essa questão.

Apesar de algumas reservas, percebe-se, nessa questão, que a maioria dos membros das comissões editoriais e dos avaliadores apresentou-se satisfeita com os procedimentos executados e critérios utilizados pelas revistas para as quais colaboram.

Entre o total de 69 respondentes da categoria de sujeitos autores, 57 (82,6%) apontaram que os procedimentos e os critérios de avaliação de artigos foram expressos pelas revistas de forma clara. Alguns qualificaram como: “satisfatórios”,

“adequados”, “coerentes”, “conforme padrão”, “objetivos”, “pertinentes”, “bons” ou “muito bons”. O restante dos 12 autores (17,4%) manifestou descontentamento total ou parcial com cinco revistas, quanto à clareza dos procedimentos ou critérios. A maioria desses destacou que as revistas deveriam ser mais explícitas e específicas, principalmente, quanto aos critérios de avaliação e ao número de avaliadores por artigo. Uma única revista recebeu cinco dos 12 comentários descontentes, outra recebeu três, uma recebeu dois e duas revistas receberam um comentário cada.

Embora em torno de 80% dos autores aprovem os procedimentos de avaliação e os considerem divulgados com clareza pelas revistas é preciso levar em conta que uma minoria apontou insatisfação. Tornar o tratamento dado para os artigos mais visível aos olhos dos autores, desde a submissão até a recusa ou publicação, pode evitar dúvidas e obstáculos durante a *peer review*.

Todas as revistas contam com *experts* para a avaliação dos artigos (como pôde ser observado na descrição da estrutura editorial dos periódicos, na subseção anterior), porém o número necessário para revisão de cada um dos trabalhos é diferente entre as publicações. Em três revistas o mínimo de avaliadores são dois (podendo ser designado um terceiro ou mais) e para outras três revistas são utilizados três avaliadores. Ainda que um editor tenha considerado: “Informação privilegiada e não disponível para divulgação.” (EDa), foi possível encontrar no texto analisado das revistas a indicação do número de avaliadores para os quais são enviados os originais.

A pesquisa conduzida pela *Association of Learned and Professional Society Publishers* (ALPSP) em conjunto com a *European Association of Science Editors* (EASE) (2000), para estudar as práticas correntes da *peer review* em periódicos de variadas disciplinas, verificou que 73% dos respondentes usavam dois avaliadores por artigo, 18% usavam três, 6% utilizavam apenas um e outros 3% empregavam mais de três. Stumpf (2005) destaca que o mais comum é adotar dois avaliadores e quando há discordância entre os pareceres um terceiro pode ser requisitado.

Portanto, ao comparar com a literatura, constata-se que as revistas de Ciência da Informação analisadas estão conforme o procedimento empregado pela grande parte dos periódicos científicos.

A seleção dos avaliadores, sejam eles permanentes ou *ad hoc*, requer atenção dos editores e conhecimento de pesquisadores, do Brasil ou do exterior, e seus temas de trabalho. O estabelecimento de critérios pode ajudar o editor na seleção desses especialistas. Quando questionados sobre os critérios utilizados, um editor considerou: “Informação privilegiada e não disponível para divulgação.” (EDa). Assim, entre as outras cinco revistas, todas levam em conta o avaliador que tem domínio de um tema ou mais, conforme pode ser observado na Tabela 6. A titulação e senioridade acadêmica foram consideradas por quatro revistas, o envolvimento com atividades de pesquisa por três e a produção científica por duas. Apenas uma revista considerou todos os critérios. Lembra-se que, nesta questão, os editores poderiam indicar mais de um critério.

**Tabela 6 – Critérios Utilizados pelas Revistas para a Seleção de Avaliadores**

<b>Critérios de Seleção de Avaliadores <sup>(1)</sup></b>	<b>Revistas</b>
Domínio de um tema ou mais	5
Senioridade acadêmica	4
Titulação	4
Envolvimento em atividades de pesquisa	3
Produção científica	2
Não respondeu	1
Outros Critérios	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Notas: Sinal convencional utilizado: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

<sup>(1)</sup> Os editores podiam assinalar mais de um critério.

Nenhum editor indicou outros critérios além dos sugeridos na pergunta, porém em outro ponto do questionário um deles expressou que a instituição responsável pela publicação da revista, através de um comitê específico, determinou que somente poderiam participar como avaliadores aqueles “[. . .] especialistas com a titulação ‘PhD’, com mais de 2 anos e, em casos especiais, profissionais considerados com *notório saber*.” (EDf). Pode-se perceber que os periódicos utilizam alguns critérios em comum para compor o seu grupo de avaliadores e correntemente aceitos pela comunidade científica.

Os avaliadores que contribuem com a revisão de originais são recompensados de formas variadas entre as revistas. De acordo as respostas dos editores, três revistas publicam os nomes dos avaliadores nos fascículos, além disso, uma dessas emite uma declaração de participação e outra encaminha um exemplar juntamente com um documento que afirma ser revisor da revista. Para um periódico, o editor informou enviar os exemplares publicados e uma declaração de pertencimento do grupo de avaliadores. Outro editor considerou: "Informação privilegiada e não disponível para divulgação." (EDa). Vale ressaltar que em uma revista os avaliadores eram recompensados com um exemplar quando a mesma era impressa, porém o editor não indicou a existência de novas formas de recompensa. Nenhum indicou pagamento de honorários.

Tradicionalmente os consultores não são pagos ou recompensados pelos textos analisados, aponta Hames (2007). Em oposição a isso, a maioria das revistas aqui estudadas gratifica os avaliadores, demonstrando seu reconhecimento pela tarefa desempenhada. O mesmo pode ser verificado na investigação da ALPSP/EASE (2000), que apresentou o reconhecimento dos avaliadores na revista como a prática assinalada por mais de 40% dos respondentes, enquanto para cerca de 28%, os avaliadores não recebem nenhuma recompensa. Outras formas também foram indicadas, como assinatura grátis e pagamento aos consultores (com menor número percentual daquelas acima).

Quando questionados sobre o tempo médio que um artigo leva para ser avaliado (desde a submissão pelo autor até a decisão final pela sua publicação ou recusa), quatro editores indicaram um período de até três meses e outro informou um período que pode levar mais de quatro meses, pois o mesmo depende da demanda de submissões e do aceite dos consultores para participar do processo de avaliação (Tabela 7). Por fim, outro editor não assinalou nenhuma das opções da questão, mas revelou que por ser uma revista eletrônica tem seu tempo relacionado com tal interface.

Lembra-se que esse é o tempo médio, pois alguns artigos podem ser aprovados na primeira avaliação pelos pareceristas sem necessidade de correções,

enquanto outros precisam ser devolvidos aos autores para atender às recomendações ou exigências de modificações por parte dos avaliadores/editores.

**Tabela 7 – Tempo Médio de Avaliação de um Artigo**

<b>Período de Tempo</b>	<b>Número de Revistas</b>
Até um mês	-
Até dois meses	-
Até três meses	-
Até quatro meses	4
Mais de quatro meses	1
Não respondeu	1
<b>Total</b>	<b>6</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Sinal convencional utilizado: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Castro, Negrão e Zaher (1996), ao estudarem os procedimentos empregados por revistas da área da saúde, publicadas na América Latina e no Caribe, encontraram tempo médio semelhante ao das revistas de Ciência da Informação. O tempo entre a avaliação inicial do trabalho, a avaliação pelos consultores e a sua aprovação/rejeição foi em torno de quatro meses. Nas revistas brasileiras de Comunicação, 41% dos autores disseram que leva até três meses e 48% de quatro a seis meses, conforme o estudo de Stumpf (2006).

Ao receber os artigos para avaliação, quatro editores afirmaram realizar uma pré-avaliação antes da sua remessa para os pareceristas podendo recusá-los de imediato, enquanto outro apontou que não são pré-avaliados. Conforme os editores, os motivos para essa recusa podem estar relacionados à falta de adequação à revista, seja pela linha ou perfil editorial, pelo não cumprimento das normas e, até mesmo, pelo assunto do original ou área do conhecimento. Um editor não respondeu se os originais são previamente analisados.

O responsável pela primeira avaliação é o editor em duas revistas. Para outro título são o editor e o coordenador editorial, enquanto em outro o editor-chefe, o editor adjunto ou os editores associados. O emprego desse procedimento também pode ser encontrado entre os periódicos de Comunicação (STUMPF, 2006).

Em relação à análise das partes textuais das revistas, apenas um periódico indicou a realização dessa etapa pelo editor. Assim, percebe-se que maioria dos periódicos adota a pré-seleção dos originais, apesar de nem todos especificarem esse procedimento em seus fascículos.

De acordo com todos os editores, os avaliadores são sempre contatados para verificar a possibilidade de leitura e revisão de determinado artigo antes do envio do mesmo (Tabela 8).

**Tabela 8** – Contato Prévio com os Avaliadores sobre a Disponibilidade de Tempo

<b>Frequência</b>	<b>Número de Revistas</b>
Sempre	6
Às vezes	-
Raramente	-
Nunca	-
<b>Total</b>	<b>6</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Sinal convencional utilizado: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

A adoção desse procedimento auxilia a execução da avaliação pelos pares e talvez colabore para diminuir o tempo entre a submissão e avaliação dos artigos, pois assim os editores evitam a remessa de textos que não seriam avaliados por consultores impossibilitados de realizar o julgamento, além da revista mostrar-se atenciosa com os colaboradores.

O número aproximado de artigos analisados pelos avaliadores, tomando como incidente crítico o ano de 2006, variou de um a 11, sendo que a média de artigos por revisor foi de 2,7 (para os respondentes que informaram um intervalo aproximado de artigos analisados, optou-se por contar o maior número). Glogoff (1988) descobriu resultado parecido com revistas de Biblioteconomia, em que a maior parte dos revisores havia apreciado de um a três manuscritos no período de um ano.

Foram excluídos da análise da questão seis avaliadores, pois as respostas estavam incompletas (alguns justificaram a falta de lembrança dos dados). Devido à exclusão, os dados dizem respeito aos avaliadores de cinco revistas. A maior parte dos artigos foi aprovada com necessidade de alterações pelo autor, ocorrendo um



equilíbrio entre os artigos aprovados sem a necessidade de modificações e aqueles rejeitados.

Com relação ao tempo estipulado pelas revistas para os avaliadores entregarem seus pareceres conclusivos, quatro editores indicaram o período de até um mês, sendo que dois destacaram que o prazo pode ser revisto e ampliado (Tabela 9). O restante costuma oferecer aos avaliadores o prazo de até duas semanas.

**Tabela 9** – Tempo Oferecido para a Entrega de Pareceres  
Segundo os Editores

<b>Período de Tempo</b>	<b>Número de Revistas</b>
Até duas semanas	2
Até um mês	4
Até dois meses	-
Até três meses	-
Mais de três meses	-
Não oferece prazo final	-
<b>Total</b>	<b>6</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Sinal convencional utilizado: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Aqui, verifica-se uma similaridade com as revistas de Comunicação, cujo prazo mais comum também é de um mês (STUMPF, 2006), e com a pesquisa da ALPSP/EASE (2000) sendo que o período usualmente dado aos avaliadores é de três a quatro semanas.

Os avaliadores também foram questionados sobre o tempo oferecido pelas revistas. Os dados podem ser observados através da Tabela 10, a seguir. Até um mês para realizar a avaliação foi o prazo que a maioria dos pareceristas (40,2%) afirmou ter recebido, enquanto aquele de até duas semanas ficou próximo a esse percentual, com a segunda maior parte dos pareceristas (36,1%). Destaca-se que três (3,1%) avaliadores indicaram não ter recebido uma data limite. Os oito avaliadores (8,2%) que não assinalaram nenhuma das alternativas propostas responderam de forma variada à questão: três não lembravam do prazo, dois indicaram que era variável e os demais indicaram algum período de tempo, conforme suas palavras “quatro a cinco dias”, “até três semanas” e “geralmente um mês e meio”.

**Tabela 10** – Tempo Oferecido para a Entrega de Pareceres  
Segundo os Avaliadores

Período de Tempo	Avaliadores	
	Nº	%
Até duas semanas	35	36,1
Até um mês	39	40,2
Até dois meses	9	9,3
Até três meses	3	3,1
Mais de três meses	-	-
Não oferece prazo final	3	3,1
Não responderam	8	8,2
<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Sinal convencional utilizado: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Percebe-se que as respostas dos editores e avaliadores estão em consonância, embora alguns poucos avaliadores tenham apontado outros prazos para a entrega dos pareceres ou a ausência dos mesmos. Esse aspecto pode estar relacionado, possivelmente, à falta de lembrança de dados mais específicos quando do preenchimento do formulário.

O cumprimento do prazo estipulado pelos editores não é uma constante entre as revistas. Apenas um editor afirmou que o prazo é sempre cumprido pelos avaliadores. Outro respondeu: “Informação privilegiada e não disponível para divulgação.” (EDa). Os resultados estão na Tabela 11.

**Tabela 11** – Cumprimento do Prazo de Entrega de  
Pareceres pelos Avaliadores

Freqüência	Número de Revistas
Sempre	1
Às vezes	3
Raramente	1
Nunca	-
Não respondeu	1
<b>Total</b>	<b>6</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Sinal convencional utilizado: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Para aquelas revistas em que o prazo não é sempre cumprido, os editores declararam que são feitas cobranças cordiais para o envio dos pareceres e, em alguns casos, os prazos podem ser renegociados. Um dos editores destacou uma de suas ações que pretende lembrar aos avaliadores sobre o término do período indicado: “Para evitar e/ou tentar sanar essa barreira adotamos a prática de comunicar quando o prazo se aproxima e quando expira, desta vez cobrando e dando um prazo urgente para o envio do parecer.” (EDd). A não observância dos prazos de entrega pode atrasar a publicação de um artigo específico ou prejudicar a periodicidade regular dos fascículos.

No estudo de Mueller (1997), com revistas brasileiras de várias áreas do conhecimento, é possível verificar que a maioria dos editores indicou que alguns avaliadores demoram, ocorrendo um equilíbrio entre aqueles que apontaram as alternativas: não há demora significativa e alguns avaliadores nunca respondem. Assim, parece difícil a obtenção de pareceres em sua totalidade dentro do prazo demarcado em qualquer área do conhecimento.

Ainda, sobre o prazo para entrega dos comentários, 88 avaliadores (90,7%) que participaram desta pesquisa afirmaram cumpri-lo (alguns indicando “sempre”, “rigorosamente” e outros “normalmente”, “geralmente”, “em média”, “sempre procuro” ou “tento cumprir”). A seguir, alguns comentários sobre o tema: “Costumo cumprir os prazos, pois reconheço que um atraso no processo de revisão por pares tem reflexos significativos no fluxo da comunicação científica.” (AVf22); “[. . .] a aceitação da avaliação pressupõe o cumprimento do prazo. Os editores das revistas sempre indicam o prazo antes de enviar o artigo. Se você aceita, deve cumprir.” (AVf4) e “Costumo cumprir os prazos; quando avalio a impossibilidade de dar conta dos mesmos, declino do convite.” (AVb11). Entre os 88 avaliadores que costumam executar a tarefa dentro do prazo determinado, quatro também indicaram que podem atrasar por poucos dias ou precisam ser lembrados pelo editor.

Outros quatro avaliadores (4,1%) afirmaram que, geralmente, não conseguem atender ao tempo limite. Para três avaliadores (3,1%), a questão do prazo é relativa, pois depende do texto recebido para a revisão e, também, do tempo disponível em sua agenda. Apenas dois avaliadores (2,1%) não responderam à

questão. Percebe-se que a maior parte dos respondentes declarou desempenhar suas tarefas dentro do período determinado, apesar de um só editor apontar o cumprimento dos prazos. Faz-se necessário ressaltar que essa é uma amostra de avaliadores pertencente ao quadro de colaboradores das revistas estudadas.

Quanto à suficiência do prazo para proceder à análise, 30 avaliadores (30,9%) não comentaram sobre esse tema e dois (2,1%) não responderam às perguntas da questão, como informado no parágrafo anterior. Assim, foram 65 (67%) que responderam, sendo que 44 avaliadores consideraram o prazo suficiente, 16 indicaram que é insuficiente e para cinco o prazo é relativo, porque pode estar sujeito ao período do ano em que é solicitado e das tarefas em curso, ou seja, depende do tempo disponível. Aqueles que declararam ser insuficiente o período, referiram-se a três das seis revistas analisadas.

Os pareceristas também foram indagados sobre as horas, em média, utilizadas para a apreciação de um artigo. A maior parte (42,3%) informou utilizar mais de três horas, como ilustra a Tabela abaixo. Nota-se um equilíbrio nas alternativas de uma a duas horas e de duas a três horas que, quando somadas, totalizam 51,5% e ultrapassam a alternativa mais de três horas.

**Tabela 12** – Tempo Médio Utilizado pelos Avaliadores para Apreciação dos Artigos

Período de Tempo	Avaliadores	
	Nº	%
Até uma hora	5	5,2
De uma a duas horas	23	23,7
De duas a três horas	27	27,8
Mais de três horas	41	42,3
Não respondeu	1	1
<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Nos estudos de Yankauer (1990) e de McNnut et al. (1990), com revistas de Medicina, em que o tempo médio usado pelos avaliadores foi de 2,7 e 3 horas, respectivamente, percebe-se uma similaridade com os resultados encontrados nesta pesquisa.

Quanto às instruções para os avaliadores, cinco editores afirmaram oferecê-las, a fim de melhor proceder na análise dos artigos. Na maioria das revistas essas instruções são encaminhadas para os pareceristas juntamente com o artigo, através do formulário de avaliação. Um dos editores destacou que as recomendações ficam disponíveis no SEER para consulta pelos avaliadores. Para outro editor essa é: “Informação privilegiada e não disponível para divulgação.” (EDa).

Conforme Meadows (1999), o oferecimento de instruções sobre os pontos a serem examinados é um procedimento adotado pela grande parte dos periódicos científicos. Isso demonstra que as revistas estudadas estão de acordo com a prática comumente utilizada pela ciência. Nas revistas brasileiras de Comunicação não ocorre o mesmo. Stumpf (2006) revela que o envio de formulário de avaliação é um procedimento adotado por poucos títulos.

O recebimento de algum tipo de instrução foi confirmado por 74 avaliadores (76,3%), enquanto 16 (16,5%) apontaram não ter obtido. Esses últimos referiram-se a cinco das seis revistas analisadas, sendo que alguns acrescentaram comentários. Um indicou que somente foi informada a data esperada para a devolução dos pareceres, outros três indicaram ter recebido apenas o formulário de revisão e um precisou utilizar sua experiência como avaliador. Outros sete avaliadores (7,2%) não responderam à questão (quatro afirmaram não lembrarem ter recebido diretrizes das revistas).

Pode-se perceber, através das respostas dos avaliadores, que as instruções fornecidas pelas revistas são, de forma geral, inseridas no formulário/roteiro de avaliação (como indicado pelos editores) ou são os próprios critérios de avaliação adotados por cada uma delas, uma vez que a maioria daqueles que confirmou o recebimento de instruções, referiu-se aos itens ou critérios de avaliação. Convém ressaltar que três avaliadores afirmaram receber o formulário de revisão, mas não o consideraram como instruções das revistas.

O modo de recebimento de tais diretrizes foi informado por alguns avaliadores, a saber: pessoalmente, no formato impresso pelo correio, pelo correio eletrônico ou através do *site* da revista. As duas últimas formas foram as mais lembradas.

O formato do parecer solicitado aos avaliadores variou entre os periódicos estudados. Conforme dois editores, é solicitada uma combinação de formulário ou *checklist* mais um parecer descritivo, enquanto para outros dois é necessário um parecer descritivo. Um editor informou o uso de um formulário para inserir comentários gerais e sugestões. Por fim, outro considerou: “Informação privilegiada e não disponível para divulgação.” (EDa).

Entre os avaliadores, 68 (70,1%) indicaram que o tipo de parecer utilizado é uma combinação de formulário e parecer descritivo. O parecer descritivo foi apontado por 17 avaliadores (17,5%) e o formulário ou *checklist* por oito (8,2%). Destaca-se que quatro (4,2%) não responderam à questão.

É importante fazer uma ressalva, pois verificou-se respostas diferentes entre os avaliadores de uma mesma revista quanto à forma do parecer. Tal aspecto pode estar relacionado ao entendimento distinto de qual seja o formato exigido pelo editor da revista, principalmente se as revistas fornecem aos revisores um formulário para preenchimento que possui questões fechadas ou com itens específicos a serem verificados e mais um espaço para um parecer descritivo. Outra explicação pode ser a formulação inadequada da pergunta inserida no questionário.

Todos os editores afirmaram comunicar-se com os autores sobre o andamento das etapas do processo de avaliação, desde o recebimento dos artigos até seu aceite ou recusa, com exceção de um editor que afirmou ser uma: “Informação privilegiada e não disponível para divulgação.” (EDa). O contato, lembraram alguns editores, pode ser realizado pelo correio eletrônico ou pelo próprio SEER (para aqueles periódicos que utilizam o sistema). Prática comum também encontrada nas revistas de Comunicação publicadas no Brasil (STUMPF, 2006).

Esses mesmos dados não foram constatados através das respostas dos autores sobre a questão comunicacional com as revistas ou editores. Foram 48 autores (69,6%) que informaram ter ocorrido contato, enquanto nove (13%) apontaram que não e referiram-se a cinco revistas estudadas. Outros oito (11,6%) lembraram o *software* utilizado pelas revistas em que é possível acompanhar o andamento da *peer review*. Quatro autores (5,8%) não comentaram esses aspectos, pois o contato dos editores ocorrera com os co-autores do artigo. Embora a minoria

tenha acusado a ausência de contato, pode significar que as revistas precisem adotar mais cuidados nessa etapa no decorrer da avaliação.

Entre os 48 autores que indicaram a ocorrência da comunicação, 28 consideraram satisfatória, seis de modo não satisfatório, dois de forma parcialmente satisfatória e o restante não opinou a respeito. Para os oito autores que lembraram o *software*, somente um mostrou-se satisfeito e o restante não se manifestou acerca da questão. Ressalta-se que, somente uma revista não recebeu comentários de autores insatisfeitos ou que o editor não teria comunicado sobre o andamento do processo, seja de forma total ou parcial. Também, observou-se opiniões distintas entre os autores de uma mesma revista em relação ao nível de satisfação quanto à comunicação exercida.

Os comentários tecidos pelos avaliadores são entregues aos autores, responderam cinco dos seis editores. O formato dos pareceres enviados aos autores é diferenciado entre as revistas. Um editor informou ser um parecer geral (provavelmente elaborado pelo editor), enquanto outro especificou ser um parecer do editor. Duas revistas encaminham os pareceres dos avaliadores na íntegra. Por fim, um não se manifestou sobre o formato do parecer, mas indicou que os questionamentos dos autores têm resposta, e outro editor respondeu ser uma: "Informação privilegiada e não disponível para divulgação." (EDa).

Averiguou-se com os avaliadores o costume do repasse de seus pareceres para os autores e, como resultado, obteve-se que 68 (70,1%) autorizam o encaminhamento pelos editores. De forma geral, eles responderam que é uma ação necessária para possibilitar o aperfeiçoamento do artigo ou porque é uma etapa do processo de publicação e construção da ciência. Isto pode ser observado através das transcrições a seguir: "Sim, pois parto do princípio que este tipo de procedimento é uma forma de diálogo entre pares e contribui, de alguma maneira, para o aprofundamento da discussão intelectual." (AVb11); "Sim, porque é uma devolução importante para os autores, permite-lhes corrigir, reorientar ou repensar algumas das afirmações ou metodologias que utilizam." (AVc10, tradução nossa); e "Entendo a avaliação pelos pares como parte do processo de comunicação científica, onde o

autor submete o seu trabalho à apreciação dos colegas. Por isso, considero fundamental o repasse dos pareceres aos autores.” (AVf9).

Ainda, desses 68 avaliadores que costumam autorizar a entrega dos pareceres, dois fizeram um comentário específico. O primeiro indicou: “Quando necessário, principalmente quando o artigo é voltado a assuntos fora de nossa área de atuação.” (AVb8), e o segundo respondeu: “Apenas para autores cujos artigos percebo que são derivados de dissertações e teses, pois entendo que o parecer ensina aos jovens pesquisadores como escrever um bom artigo que divulgue sua pesquisa.” (AVd7).

Entre o restante dos avaliadores, 19 (19,6%) informaram que não haviam sido questionados ou consultados a respeito pelas revistas, porém a maioria autorizaria o repasse, sete (7,2%) não costumam autorizar o repasse dos pareceres e dois (2,1%) não preencheram a questão. Destaca-se um respondente (1%) que indicou: “Não há essa opção no nível em que atuo na [revista X].” (AVa1). Alguns avaliadores do grupo que não costuma autorizar o encaminhamento do parecer, explicaram que não fariam, de modo geral, por questões éticas, para a preservação da sua identidade, para não influenciar o autor ou lesar suas tarefas.

Fica evidenciado o intuito de colaboração com os artigos revisados entre a maioria dos avaliadores e a compreensão de seu papel dentro do processo de julgamento.

O recebimento dos pareceres foi acusado por 63 autores (91,3%). Desse total, 38 consideraram, conforme suas palavras, “esclarecedor”, “enriquecedor”, “satisfatório”, “objetivo”, “construtivo”, “pertinente” ou “positivo”; 19 não indicaram se o parecer foi claro e seis avaliaram que não era satisfatório ou deixava dúvidas. Apenas quatro autores (5,8%) indicaram não ter recebido o parecer (todos referiram-se ao mesmo periódico, sendo que dois destacaram que o artigo fora aprovado sem alterações). Outros dois autores (2,9%) não responderam a essa questão, pois não lembravam ou coubera aos co-autores do artigo essa responsabilidade.

Esse resultado confirma a resposta da maioria dos editores que apontou entregar os pareceres para os autores. Tal característica deve ser exaltada, apesar de



algumas ressalvas indicadas pelos autores quanto ao recebimento ou à clareza dos pareceres, pois é a única forma dos mesmos melhorarem seus escritos.

A decisão final sobre a publicação dos artigos, depois de revisados pelos pareceristas, é tomada por diferentes atores. Para uma revista os responsáveis são os editores, para outra é o editor-chefe, enquanto em outra são a comissão editorial mais o editor. A comissão editorial é quem decide em outra revista. Diferentemente dessas, um periódico considera que os artigos aprovados serão publicados, devendo o editor distribuir entre os próximos fascículos (a comissão editorial pode ser acionada em casos especiais). Um editor considerou uma: “Informação privilegiada e não disponível para divulgação.” (EDa).

Percebe-se, nesse procedimento, aquilo revisado através dos trabalhos de Weller (1995) e Hames (2007) quanto ao aconselhamento dos avaliadores, ficando a tomada de decisão a cargo dos editores em algumas revistas e em outras nas mãos dos editores e de uma comissão.

Os autores foram questionados a respeito da ocorrência de diferenças entre os procedimentos indicados nas revistas e os que foram realizados na revisão de seu artigo. Assim, 59 autores (85,6%) afirmaram não terem ocorrido diferenças nos procedimentos de avaliação, enquanto quatro (5,8%) não tinham certeza. Destaca-se que um (1,4%) respondente desviou a resposta do tema da questão.

Somente para cinco autores (7,2%) ocorreram diferenças, sendo que referiram-se a duas das seis revistas analisadas. Os seguintes comentários evidenciam o exposto: “Em mais de uma vez foi absolutamente claro que os artigos não foram lidos com cuidado. Tive a nítida impressão que os pareceristas leram “a toque de caixa” para cumprir o prazo de revisão.” (AUe11); “Ao ler os procedimentos, tem-se a impressão que o processo não é tão lento quanto foi. Entre eu mandar o artigo e ocorrer a publicação passaram-se 14 meses... O aceite foi dado no nono/décimo mês.” (AUf13); “[. . .] um dos avaliadores pareceu desconhecer as linhas de pesquisa da Ciência da Informação no Brasil. Seus comentários contrariavam o que a revista entende, e apresenta no seu sítio na internet, por [Ciência da Informação].” (AUf9). Os demais comentários referiram-se à falta de

resposta/comunicação, ao longo tempo de permanência na lista de espera ou às exigências de um avaliador quanto ao uso de determinado item das normas técnicas.

Pode-se observar casos díspares entre si, mas é preciso ressaltar que aconteceram com a minoria dos autores demonstrando, portanto, que as revistas, geralmente, seguem os procedimentos expressos nos fascículos.

Todas as etapas do processo de avaliação são executadas eletronicamente em cinco revistas, conforme mostra a Tabela 13. Apenas um periódico possui parte das etapas eletrônicas (recebimento dos trabalhos e publicação das edições).

**Tabela 13** – Etapas da Avaliação pelos Pares Realizadas de Forma Eletrônica

<b>Etapas da Avaliação</b>	<b>Número de Revistas</b>
Todas as etapas	5
Parte das etapas	1
Nenhuma das etapas	-
<b>Total</b>	<b>6</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Sinal convencional utilizado: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Esses dados revelam que as TICs foram adotadas pelas revistas analisadas para a sua produção, demonstrando preocupação com uma divulgação mais rápida do conhecimento gerado pelos cientistas, além de facilitar a administração das mesmas.

Quando indagados sobre algum caso de plágio, fabricação de resultados, falsificação ou submissão dupla de artigos, nos últimos anos da revista, apenas um editor indicou que não ocorreram esses fatos, enquanto outro preferiu responder: “Informação privilegiada e não disponível para divulgação.” (EDa). Assim, entre quatro revistas ocorreram alguns casos relacionados ao plágio, submissão dupla de artigos e trabalho anteriormente publicado em periódico estrangeiro (todos os autores foram comunicados sobre a descoberta). A má conduta de autores/pesquisadores está presente em todas as áreas do conhecimento e não é surpresa encontrá-la entre a comunidade de Ciência da Informação. O aspecto positivo é que tais casos foram identificados pelas revistas impedindo sua

publicação, pois sabe-se que erros de revisão podem ocorrer, como mostraram os estudos de Peters e Ceci (1982), Garfunkel et al. (1990) ou Godlee; Gale e Martyn, (1998).

Com relação aos conflitos de interesse, no decorrer do processo de avaliação dos artigos entre os atores principais, dois editores apontaram não ter ocorrido qualquer conflito, enquanto outro indicou: “Informação privilegiada e não disponível para divulgação.” (EDa). Um editor informou que os impasses são sanados com outros avaliadores, integrantes da comissão editorial e com o próprio editor, além da ajuda das normas editoriais, porém não esclareceu o tipo de conflito. Com os outros dois editores ocorreram casos de não concordância em relação à avaliação ou aos pareceres: o primeiro foi entre autor (não concordou com sugestões) e pareceristas, e o segundo foram conflitos entre avaliadores (aprovação e rejeição de um artigo).

Os membros das comissões editoriais também foram questionados a respeito de possíveis conflitos de interesse. Entre os respondentes, dez indicaram que não tiveram esse tipo de conflito. Entre aqueles que apontaram algum caso, o primeiro relatou discussões sobre o fechamento de edições, o segundo indicou o fato de um artigo conter elementos que identificavam os seus autores e que, neste caso, eram colegas da mesma universidade, impossibilitando a sua avaliação pelo mesmo (os dois primeiros informaram que tudo foi resolvido com conversas), e o terceiro entrou em conflito com o editor da revista sobre a publicação de relatos de experiências, como pode ser verificado na sua resposta:

Nossas revistas precisam incentivar a publicação de resultados de pesquisas. O relato deve ser publicado mas somente quando se tratar de novidades quanto à organização, recuperação, disseminação e outras atividades de unidades de informação. (COe2).

Entre os avaliadores, 93 (95,9%) não apontaram a ocorrência de conflitos de interesse com editores, membros das comissões editoriais ou autores. Apenas três (3,1%) indicaram algum tipo de conflito. O primeiro avaliador apontou conflitos éticos com o editor devido às falhas ocorridas durante o processo de avaliação que acabou por revelar o nome do parecerista ao autor do artigo. O segundo também relatou erros na condução dos procedimentos de avaliação por determinada revista.

Por fim, o terceiro avaliador indicou conflitos ocasionados pela falta de concordância dos autores com o seu parecer. Cada um desses eram colaboradores de três revistas entre as seis estudadas. Destaca-se que um avaliador (1%) não respondeu a essa questão.

Assim como todos os outros atores do processo de avaliação, a maioria dos autores declarou não terem ocorrido conflitos de interesse (62 ou equivalente a 89,9%). Cinco (7,2%) indicaram algum conflito, sendo que quatro referiram-se a mesma revista científica. Um desses indicou conflitos relacionados às questões teórico-metodológicas, porém não esclareceu com quem aconteceu, enquanto os outros quatro indicaram conflitos com pareceristas e, de forma geral, não concordavam com as colocações, comentários ou correções exigidas. Apenas um autor afirmou que o conflito foi resolvido com o editor da revista. Dois autores (2,9%) preferiram não responder a essa questão.

Pode-se perceber que os conflitos de interesse ocorreram com a minoria dos respondentes desta pesquisa e parece que o mais freqüente foi aquele de ordem intelectual. Stumpf (2006) encontrou resultado semelhante entre a amostra de sujeitos das revistas brasileiras de Comunicação quanto à ocorrência de conflitos, em que poucos indicaram a existência dos mesmos.

Outra questão averiguada, neste estudo, foi a participação dos membros das comissões editoriais e dos avaliadores em outros periódicos científicos como pareceristas. Entre os 13 respondentes da primeira categoria de sujeitos, nove afirmaram colaborar. Desses nove membros, oito indicaram a quantidade de revistas em que participam, oscilando de um até nove (média de 3,5 revistas por membro). Sobre as diferenças nos procedimentos de avaliação em relação à revista para a qual foi convidado a responder, a maioria indicou que são semelhantes.

Quanto aos avaliadores, 77 (79,4%) também colaboram com outras revistas, enquanto 19 (19,6%) não participam como revisor para outros títulos. Apenas um respondente (1%) não indicou se colabora com outras revistas. Entre os 77 que afirmaram participar do processo de avaliação pelos pares de outros periódicos, 53 indicaram a quantidade de revistas para as quais colabora, enquanto os outros não

indicaram. O número de revistas variou de um a 13 (média de 3,2 periódicos por avaliador).

O estudo da ALPSP/EASE (2000) descobriu que a grande parte dos respondentes colaborava com apenas um periódico, em oposição ao resultado aqui encontrado entre os membros das comissões editoriais e avaliadores.

A maioria dos avaliadores apontou que os procedimentos são similares ou sem diferenças significativas, quando comparadas com as revistas analisadas neste trabalho, mas vale ressaltar um comentário que lembra a questão da utilização de programas eletrônicos para gerenciamento e publicação de revistas:

Como muitos agora adotam o mesmo software livre (Open Journal System), os procedimentos estão se homogeneizando. Particularmente não gosto desta homogeneização, mas entendo que para os editores de revistas o sistema ajude muito a organizar o trabalho! (AVd3).

As diferenças lembradas pelos avaliadores, de modo geral, estão relacionadas: aos roteiros ou formulários de avaliação que podem ser mais rigorosos, detalhados ou não, assim como os critérios de avaliação; à automação total do processo, parcial ou em nenhuma das partes; aos procedimentos que podiam ser mais formais ou menos; aos prazos de entrega dos pareceres (menor ou maior) e ao tipo de avaliação.

Esta pesquisa verificou, também, quais os critérios que os autores costumam usar para a seleção de revistas nas quais desejam publicar um artigo (poderiam indicar mais de um). Destaca-se que aqueles semelhantes foram reunidos para indicar o percentual. O critério mais citado foi o Qualis da CAPES, por 48 autores (69,6%). Em seguida foram indicados: cobertura temática ou área da revista por 16 autores (23,2%); reconhecimento, prestígio ou aceitabilidade pelos pares da área por 13 (18,8%); tipos de artigos que publica e/ou qualidade dos artigos por nove (13%); escopo, linha editorial ou perfil da revista por oito (11,6%); periódico indexado por sete (10,1%); âmbito de circulação ou alcance da revista por seis (8,7%); transparência ou clareza no processo de avaliação, periodicidade regular e rapidez na avaliação por cinco autores cada (7,2%); relevância ou importância para a comunidade e fator de impacto por quatro cada (5,8%) e membros da equipe editorial por três (4,3%).

Cada um dos critérios: credibilidade; autores que anteriormente publicaram no periódico; visibilidade; formato de publicação; leitor da revista; história e/ou tradição da revista; prazo aberto para submissão e indicação de especialistas ou professores foram lembrados por apenas dois autores (2,9%).

Por fim, os critérios: autoridade da revista na comunidade científica; facilidade de acesso dos artigos; honestidade acadêmica; periódico de conotação científica; melhor possibilidade de aceite do artigo; proposta de divulgação científica interdisciplinar; periódico considerado referência na área; periódico de acesso livre ao conteúdo e/ou que permite auto-arquivamento de uma cópia em repositório; vinculação a uma escola que oferece pós-graduação foram apontados por somente um autor (1,4%). Muitos dos itens lembrados podem ser verificados por meio do trabalho de Weller (1995), destacado anteriormente.

Percebe-se que a classificação produzida pela CAPES é o item empregado pela maioria dos respondentes desta pesquisa. Tal característica pode estar relacionada ao fato do Qualis revelar certa qualidade dos periódicos, mas também pelas exigências de tal órgão federal quanto à produção e publicação científica dos pesquisadores, uma vez que possui fins avaliativos dos programas de pós-graduação brasileiros.

Ao final de todos os instrumentos de coleta de dados, inseriu-se uma última questão para os sujeitos explicarem qualquer item da avaliação de artigos das revistas estudadas que não fora anteriormente perguntado. Os editores nada acrescentaram sobre qualquer outro aspecto da avaliação. A maioria dos membros das comissões editoriais também não incluiu nenhum acréscimo. Assim, vale ressaltar apenas um comentário geral que está relacionado não somente à avaliação pelos pares, mas à política editorial das revistas de Ciência da Informação e à falta de sua observância. Para o respondente, um tema importante

[. . .] é o projeto editorial das revistas em termos das áreas temáticas e dos tipos de materiais aceitos. O que tenho percebido – e creio que é uma característica da produção em [Biblioteconomia] e [Ciência da Informação] – é que: 1) na ausência de artigos “concorrentes entre si”, a revista muitas vezes aceita o que foi submetido – muitas vezes distorcendo seu projeto original; 2) as revistas elencam diferentes tipos de material científico que

podem ser publicados, mas de maneira geral, publicam o número privilegiando artigos e comunicações de teses e dissertações. (COF1).

Em relação aos avaliadores, 88 (90,7%) não expressaram opinião, seja sobre o julgamento pelos pares da revista especificamente para a qual contribuiu ou sobre o processo de avaliação de forma genérica. Para os nove (9,3%) comentários realizados, um merece destaque: “Sinto falta de um *feedback* avaliativo das revistas com relação ao meu parecer: qual o nível da minha contribuição e como os autores estão recebendo os pareceres dos avaliadores.” (AVc1).

A maioria dos autores também não acrescentou explicações extras (53 ou equivalente a 76,8%). Assim, entre as 16 respostas (23,2%), a seguir encontram-se aquelas específicas sobre a avaliação pelos pares executada nas revistas e que se referem à demora no processo de avaliação e recebimento da resposta sobre o aceite de seus artigos (um autor informou que o tempo entre a submissão e a publicação foi de aproximadamente dois anos), à falta de divulgação dos avaliadores que contribuíram com a revisão dos originais e à satisfação com os procedimentos executados em alguma das revistas.

Apesar dos comentários serem poucos e alguns não apresentarem relação com os títulos analisados, os mesmos revelam desejos que podem contribuir para a reflexão dos procedimentos adotados ou a falta deles. Como por exemplo, as questões referentes à política editorial dos periódicos, a uma avaliação do trabalho executado pelos pareceristas, à ausência dos nomes dos avaliadores, à lentidão do julgamento, entre outras.

### **4.3 Percepções sobre a Avaliação pelos Pares**

Como abordado na revisão da literatura científica, a avaliação pelos pares possui fragilidades, mas também pontos fortes. As percepções dos sujeitos desta pesquisa sobre tais temas estão a seguir, bem como as opiniões a respeito das tendências ou do futuro dessa prática nas revistas científicas.

Quanto aos pontos fortes e fracos, cinco editores explicitaram tais aspectos e um indicou: “Informação privilegiada e não disponível para divulgação.” (EDa). As fragilidades apontadas por três editores são: “[. . .] em alguns casos observa-se que o parecerista não fez uma avaliação em profundidade do artigo.” (EDe); “[. . .] não conseguir em sua totalidade o recebimento das avaliações na data.” (EDf) e

[. . .] o tempo que alguns avaliadores levam para emitir seus pareceres, aumentando o tempo entre o envio do artigo e a sua publicação e dificultando o cumprimento da periodicidade da revista; a superficialidade de alguns avaliadores em seus pareceres; bem como a emissão por parte de alguns avaliadores de pareceres preconceituosos. (EDd).

Assim como seus colegas, outro editor também aludiu à falta de tempo. Somente um deles não indicou pontos fracos. A questão da demora na entrega das revisões pelos pareceristas foi o ponto mais mencionado pelos editores. Talvez, tal aspecto seja vivenciado por alguns deles na publicação das revistas, conforme constatado, através de suas respostas na subseção anterior, que em apenas uma revista os prazos são sempre cumpridos pelos avaliadores na entrega de seus pareceres.

Em relação aos pontos fortes, um editor apontou que a avaliação “[. . .] contribui para que a revista inclua artigos de qualidade, os quais contribuirão para ajudar a construir a literatura brasileira da área.” (EDe), e outro indicou como vantagens “[. . .] a imparcialidade por ser *blind review*; o conhecimento e a notoriedade do avaliador com relação ao tema do artigo; a possibilidade de se ter pareceres que se complementam; e a contribuição, sobremaneira, para a melhoria da qualidade do artigo.” (EDd). Por fim, o restante salientou mais algumas questões, como a competência e rigidez na análise, a manutenção da diversidade de olhares e a credibilidade do processo.

Pode-se verificar percepções variadas, porém o aspecto da possibilidade de implementar melhorias nos artigos a partir dos pareceres de especialistas e, conseqüentemente, obter uma ciência de maior qualidade parece permear as respostas dos editores sobre os pontos fortes.



Os membros das comissões editoriais destacaram diversas fragilidades da avaliação pelos pares sendo que do total de 13 respondentes, quatro comentaram apenas deficiências. Algumas delas podem ser verificadas através das transcrições abaixo:

A fragilidade está no fato da comunidade de Ciência da Informação brasileira ser relativamente pequena, o que leva, algumas vezes a reconhecermos a autoria do artigo que estamos analisando, mesmo estando sem o nome do autor. (COc5).

1) A escolha dos avaliadores. Quando o Editor não quer publicar o artigo envia para um avaliador que não entende do assunto, ou é de uma corrente contrária. 2) Tendência de proteger os pares mais próximos, da mesma instituição em detrimento da qualidade do artigo. 3) Ou o contrário, não publicar artigos de desafetos. Houve um caso de uma submissão de artigo não aprovado. A pesquisadora traduziu para o Inglês e publicou em revista reconhecida internacionalmente. (COe2).

[. . .] a “especialização” do avaliador em certos casos; o acúmulo de material e o escasso tempo para avaliação (normalmente o editor envia todos os artigos de uma só vez); o envio de material abaixo da crítica; as dificuldades tanto dos autores como do editor chefe em categorizar o material enviado (distinção entre artigos, resenhas, relatos de experiência); desconsiderando-se a parte formal (normalização, por [exemplo]), o restante da avaliação é sempre um processo extremamente subjetivo [. . .] (COf1).

Nota-se, na primeira transcrição, a questão relacionada ao sigilo dos nomes de autores e à dimensão da Ciência da Informação no Brasil. Mesmo que o periódico adote a avaliação do tipo fechada ou às cegas, em disciplinas e especialidades cujo número de pesquisadores é pequeno pode, às vezes, levar o revisor à identificação dos autores de um artigo.

As outras fragilidades apontadas estão resumidas a seguir: desconsideração com trabalhos pelos avaliadores, porque não concordam com a teoria ou metodologia utilizada; diferença educacional e cultural dos avaliadores possibilitando, às vezes, que um mesmo trabalho seja ótimo para um e péssimo para outro; avaliações individuais, sem discussão entre os pares sobre o artigo avaliado; falta de inclusão de sugestões que poderiam ocasionar melhorias aos textos; subjetividade e demora na avaliação. Este último item foi lembrado por três sujeitos.

Com relação aos pontos fortes, quatro respondentes destacaram que a avaliação é muito importante, alguns afirmando que não conhecem outro processo

mais eficiente de garantir a qualidade, a legitimidade e a pertinência daquilo que é publicado, ou porque manter alguma forma de avaliação é melhor que não possuir nenhuma. O restante apontou como vantagens: anonimato; participação de avaliadores de várias regiões do país; robustez da avaliação; indicação de falhas pelos revisores; aceitação do processo pelos acadêmicos; competição entre pares (considerada saudável pelo respondente) e decisão pela rejeição ou publicação a cargo de mais de uma pessoa. Novamente, pode-se perceber opiniões diversas, sendo poucos os itens repetidos entre as respostas dos membros das comissões editoriais das revistas.

A maioria dos avaliadores também apontou as fragilidades e os pontos vantajosos da avaliação pelos pares. Lembra-se que 27 avaliadores (27,8%) indicaram apenas um desses aspectos e outros seis (6,2%) não responderam a esse questionamento.

As três fragilidades mais citadas referem-se à subjetividade, às diferenças teórico-metodológicas, de formação acadêmica, de juízo ou de valores e à lentidão do processo, por 14 avaliadores (14,4%), 11 (11,3%) e oito (8,2%), respectivamente. Em seguida, encontram-se alguns dos comentários que expressam tais itens: “As distintas perspectivas ou enfoques do avaliador podem resultar em viés na avaliação, o que pode ser considerado uma fragilidade.” (AVf26); “[. . .] um processo extremamente subjetivo e, portanto, sujeito a julgamentos pouco imparciais.” (AVf33); “[. . .] demora na divulgação de trabalhos científicos, as vezes por prazos superiores a um ano.” (AVe4);

Toda avaliação é, em última instância, subjetiva. Assim, todos os instrumentos que visam objetivar essa avaliação possuem problemas. Simpatia – por parte do avaliador – com o tema ou com a corrente utilizada pelo autor; bibliografia que defende pontos de vista contrários ao do avaliador; etc., terminam por influenciar a avaliação. Para amenizar o problema, o avaliador deve analisar a coerência entre o que foi proposto e os resultados alcançados [. . .] (AVc5).

[. . .] temo que alguns avaliadores não tenham o distanciamento para avaliar objetivamente artigos com os quais não concordem teoricamente. Penso que devemos avaliar sua lógica interna, se seus pressupostos “existem” no campo, mesmo que não concordemos com eles, se o artigo cumpre o que promete e em caso de relato de pesquisa, avaliar os procedimentos metodológicos etc. (AVe1).

Cada uma das outras desvantagens foram apontadas por seis (6,2%) ou menos avaliadores: desatualização ou falta de conhecimento por parte dos avaliadores do assunto a ser revisado, das metodologias e/ou da literatura citada pelo autor; ausência de rigor nas revisões; erros ou injustiças; concentração da avaliação nas mãos das mesmas pessoas; pouca valorização ou reconhecimento da atividade pela comunidade acadêmica; possibilidade de identificação dos autores (fato relacionado ao pequeno número de pesquisadores na Ciência da Informação brasileira); alguns consultores beneficiam-se do anonimato quando possuem divergências de pensamentos do autor; estabelecimento de colégios invisíveis e de políticas entre amigos que concede privilégios a poucos; incompreensão do objetivo do artigo; falta de transparência; parcialidade; má gestão do processo de avaliação; não há debate ou confronto dos pareceres de um artigo; escassez de avaliadores em áreas novas; consenso de avaliadores não significa qualidade do artigo; falta de remuneração; utilização de pesos distintos para um mesmo aspecto analisado pelos avaliadores (por exemplo, tratamento estatístico e metodologia); poder invisível do editor; conflitos de interesse e disputas entre os pares.

Aparecem no último item lembrado pelos avaliadores, mas também por membros das comissões editoriais e autores (mais adiante), as características do campo científico, termo formulado por Bourdieu (1983), que corresponde ao local de lutas para a aquisição da autoridade científica, entre outras vantagens.

Ressalta-se que 12 avaliadores (12,4%) indicaram não perceber ou encontrar fragilidades no julgamento pelos pares.

Os três pontos fortes mais lembrados foram o controle da qualidade sobre o conhecimento produzido, por 17 avaliadores (17,5%), as melhorias proporcionadas aos artigos, por 13 (13,4%), e o fato da avaliação ser realizada por *experts* nos assuntos, ou seja, indivíduos qualificados que cooperam para a execução do processo, por 11 (11,3%). As expressões abaixo demonstram tais aspectos: “Pontos fortes são a possibilidade de fortalecimento dos trabalhos pela inclusão das observações dos pares e a maior segurança da qualidade do que será publicado.” (AVf25); “[. . .] a seleção de artigos a partir de uma avaliação de profissionais de alta

qualificação e experiência, o que mantém (ou deveria manter) a qualidade dos trabalhos publicados.” (AVe4);

As fortalezas têm que ver com o “controle da qualidade” do que se publica, e a possibilidade de orientar os autores em diversos sentidos. Entre outros aspectos positivos gera uma ética da produção do conhecimento e da divulgação científica que considero básica para o correto exercício da pesquisa. (AVc10, tradução nossa).

[. . .] visão de uma terceira pessoa, porém com especialidade no assunto abordado no texto (a princípio) que pode contribuir para a melhoria do texto ou atestar a qualidade do mesmo. É um crivo para avaliação da qualidade do material. A avaliação não fica concentrada em apenas um grupo, o que poderia torná-la “viciada”. (AVf11).

Cada uma das outras vantagens são reunidas a seguir, sendo apontadas por oito (8,2%) ou menos avaliadores: utilização da avaliação às cegas; validação e certificação do conhecimento; isenção do processo; diversidade de formações e opiniões; possibilidade do avaliador aprimorar suas idéias e seu próprio currículo, além de conhecer melhor o campo do saber e o que está sendo pesquisado; permite detectar plágio, fraude, entre outros; liberdade e autonomia do avaliador em seus comentários; emprego de avaliadores externos, que podem auxiliar o editor, minimizando a sua subjetividade; seriedade dos pares e formalização dos procedimentos. Apenas um avaliador (1%) declarou não perceber pontos fortes na *peer review*.

Entre os autores, as três fragilidades mais relacionadas foram a morosidade do processo, o anonimato e a falta de imparcialidade. A primeira foi citada por 17 autores (24,6%), a segunda por seis (8,7%) e a terceira por cinco (7,2%). Os comentários a seguir confirmam o exposto: “Acredito que a maior fragilidade é o tempo de retorno do parecer que provavelmente congestionava o processo desta revista, como de todas as demais.” (AUf1); “[. . .] às vezes a revista não tem mecanismos para cobrar maior pontualidade dos avaliadores na emissão de seus pareceres. E isso gera problemas a todos.” (AUc7); “[. . .] avaliação sujeita a parcialidade, subjetividade e conflitos de interesse.” (AUe12) e

[. . .] o processo nunca é inteiramente isento, uma vez que na maior parte das vezes é possível reconhecer o autor pela bibliografia, temas, estilo, propostas. O fato de os artigos não serem assinados não significa seu anonimato. Há, conseqüentemente, espaço para o exercício de 'pequenos poderes'. (AUa5).

O quadro editorial das revistas foi outro aspecto destacado por alguns autores. Um expressou que o arranjo do corpo de pareceristas “[. . .] pode refletir posturas incoerentes com os objetivos da produção ou da disponibilização do conhecimento.” (AUd4) e para outro:

A escolha dos revisores é realmente crítica pois, para ter validade científica, é necessário que sejam escolhidos profissionais extremamente éticos e não apenas “competentes”. Isso representa uma fragilidade. Um outro ponto fraco que me preocupa é a *avaliação dos avaliadores* e a possibilidade de as revistas incorrerem em “vícios” na escolha dos revisores o que poderia resultar em polarização na seleção de abordagens. (AUd1).

Os outros itens mencionados pelos autores, e não menos importantes, foram: subjetividade; falta de ética; tendenciosidade; pareceres elaborados com linguagem informal ou sem profundidade; dúvidas quanto ao efetivo conhecimento do avaliador ou sua familiaridade com determinados temas ou com a abordagem interdisciplinar e multidisciplinar; objeção quanto ao estilo de redação do autor; dependência da disponibilidade dos avaliadores; competências, formação e paradigmas díspares entre os pares (podem produzir pareceres sem concordância quanto a um mesmo trabalho); o sistema privilegia a elite de pesquisadores e pode ser espaço de disputas e vaidades. Cada um desses pontos foram apontados por quatro autores (5,8%) ou menos.

Vale ressaltar que, apesar de uma minoria, cinco autores (7,2%) afirmaram não perceber fragilidades. Desses, apenas três justificaram essa posição, dois apontando que não há deficiências somente quando a avaliação pelos pares for adequadamente executada e para o terceiro quando adotado o anonimato para autor e avaliador e procedimentos explícitos.

Em relação aos pontos fortes da *peer review*, apareceram entre as três primeiras colocações a possibilidade de aperfeiçoar o trabalho, a partir de comentários dos especialistas, o anonimato e a credibilidade ou validação conferida

ao artigo, com 17 autores (24,6%), 11 (15,9%) e seis (8,7%), respectivamente. Tudo pode ser demonstrado pelas respostas a seguir: “[. . .] os avaliadores, quando cômicos de suas atribuições, fazem apreciações e sugestões que permitem aprimorar a qualidade dos artigos. Isso supõe conhecimento científico, isenção e ética.” (AUb2); “[. . .] a leitura crítica do trabalho, feita por terceiros, traz a possibilidade de serem realizadas melhorias no mesmo. - garante à revista a possibilidade da escolha por artigos de provável qualidade.” (AUf4); “O principal ponto forte é a avaliação blind review que, teoricamente, dá condições de igualdade a todos os membros da comunidade científica.” (AUc3) e

[. . .] destacamos principalmente a validação, ou seja, antes do artigo ser publicado ele é analisado por alguém que conhece o assunto e assim, se for o caso, pode impedir que informações, conceitos, métodos incorretos sejam disseminados. (AUb7).

A liberdade de expressar opiniões e críticas, o uso de critérios reconhecidos pelos cientistas, a automação do processo e o emprego de avaliadores de várias instituições também foram lembrados como pontos fortes da avaliação pelos pares por cinco autores (7,2%) ou menos.

Salienta-se que dois autores (2,9%) deixaram a questão sobre as fragilidades e pontos fortes sem resposta e 18 (26,1%) indicaram um ou outro desses aspectos.

Foram muitos os pontos destacados pelos respondentes da pesquisa, mas em suma percebe-se semelhanças e, ao mesmo tempo, diferenças nos comentários. A demora no processo de avaliação; a superficialidade de alguns pareceres redigidos pelos avaliadores; o preconceito; a subjetividade; a falta de atualização, por parte dos avaliadores, quanto ao conhecimento produzido no próprio campo de atuação; a seleção do consultor (porque ele não é especialista no tema do artigo, falta-lhe ética ou, ainda, porque a escolha tem o intuito de conceder privilégios a autores/avaliadores ou prejudicar autores do artigo); todos considerados deficiências, mais a possibilidade de aperfeiçoar os artigos submetidos à avaliação e a revisão ser realizada por avaliadores reconhecidos e especialistas no conteúdo, esses indicados como pontos fortes, aparecem pelo menos em duas das quatro categorias de sujeitos da pesquisa (a maioria desses pontos aparece em três categorias).

Entende-se que a subjetividade é inerente à natureza do ser humano, logo parece difícil amenizar tal aspecto nas tarefas de julgamento da produção científica.

É interessante ressaltar que alguns itens como: o anonimato; as diferenças de formação acadêmica, culturas, opiniões, paradigmas e outros aspectos relacionados aos atores; a parcialidade ou a sua falta e a avaliação estar concentrada nas mãos de apenas um grupo de indivíduos ou, pelo contrário, estar sob a responsabilidade de vários, foram considerados ora fragilidades, ora pontos fortes. Além disso, aparecem em mais de uma das categorias de sujeitos.

A amostra de sujeitos também foi interrogada sobre sua opinião a respeito do futuro ou das tendências da avaliação pelos pares nas revistas científicas. Nenhum dos editores opinou a favor de sua extinção. “Penso que se manterá como uma etapa indiscutivelmente importante da validação e legitimação do conhecimento científico.” (EDc), indicou um deles. Outros editores consideraram que: “Creio que a tendência é a de se aperfeiçoar cada vez mais. A pontualidade dependerá da quantidade de atribuições de cada parecerista.” (EDe) e

[. . .] a avaliação pelos pares nas revistas científicas continuará acontecendo, pois dá credibilidade ao artigo publicado e à revista que utiliza esse método de avaliação, considerando o reconhecimento e a notoriedade de seus avaliadores. Contudo, acreditamos que as instruções aos avaliadores serão cada vez mais exigentes no cumprimento dos prazos, na avaliação do texto e na escritura do parecer. (EDd).

Percebe-se, nos dois últimos depoimentos, a questão do cumprimento dos prazos pelos consultores, a fim de amenizar a demora na execução do processo de julgamento pelos pares. Outros dois editores lembraram o pagamento aos avaliadores: “Creio que os pares devam ser cadastrados num sistema único e remunerados por alguma entidade.” (EDb) e

É uma atividade acadêmica que requer tempo para a sua execução. Os especialistas nem sempre encontram tempo para se dedicarem a essa tarefa, além de não serem remunerados financeiramente e sim, pagamento simbólico – prestígio, reconhecimento. (EDf).

As percepções dos integrantes das comissões editoriais são semelhantes àquela dos editores, sendo que nenhum se manifestou pela sua interrupção. Embora

a *peer review* possua defeitos, foi considerado que ela é importante para as revistas científicas. Duas respostas que reforçam isso são transcritas: “Com o crescimento da ciência e a competitividade em todas as áreas cada vez mais a avaliação será importantíssima.” (COc4) e “[O processo deve] ser mantido e ficar cada vez mais rigoroso, buscando uma objetividade maior, dado ao grau de complexidade crescente das diversas áreas do conhecimento” (COd2).

Outros sujeitos indicaram possíveis alterações no processo, como: “Deverá ser agilizado o processo de publicação. Buscar reduzir os custos. Incorporar ferramentas para analisar plágio (cada vez mais freqüente devido à inflação de artigos estimulada pelo CNPq e CAPES).” (COc1); “Vai seguir padrões abertos, ampliando o corpo de pareceristas.” (COe1);

Com o auxílio da tecnologia, as revistas poderão propor – como já sugerido na literatura – um repositório com os itens avaliados e outro repositório “lado B”, para os demais materiais enviados. Os interessados fariam sua avaliação sob sua própria análise de risco. Na minha opinião, os modelos de auto-arquivamento (sem avaliação por comitês) e o modelo tradicional, poderão conviver sem grandes conflitos. A maior dificuldade, no meu ponto de vista, é que o “sistema de recompensas” confundiu-se com valores econômicos e com o mercado/indústria de informação. (COf1).

[. . .] o largo espaço de tempo entre a submissão dos artigos, a revisão pelos pares e a “publicação” destes, antes aceito sem discussão, está agora sendo questionado com freqüência. Alternativas como a da publicação como etapa inicial, tendo a avaliação dos pares como uma etapa posterior, pois a mídia digital permite a publicação dinâmica [com] a inserção posterior de textos e ou outros tipos de arquivo, estão sendo examinadas e propostas. (COf2).

Nota-se, nas três últimas transcrições, as lembranças sobre uma avaliação aberta, sobre aquelas que podem ocorrer antes ou depois da publicação do artigo ou, ainda, a respeito de repositórios com trabalhos não avaliados, mas que ficam disponíveis para o leitor.

Entre os avaliadores, a maior parte aponta para a continuação da avaliação e alguns comentam que ela ainda é a melhor alternativa. A seguir, as opiniões que confirmam o exposto: “Acredito que a avaliação pelos pares continuará a existir, mesmo que o processo seja aberto. Com o volume de artigos publicados é necessário que haja um filtro para que os leitores possam selecionar suas leituras.” (AVf22);



“Ainda não foi inventado um processo que substitua a avaliação pelos pares com vantagens. Até que isto aconteça, ela deve sobreviver.” (AVf28);

Visto que o “periódico científico” continuará operando como está, especialmente no que diz respeito à economia política que impera sobre o sistema, a avaliação pelos pares continuará com todas suas forças e deficiências. A questão principal é qual sistema alternativo de publicação pode ser o ponto de partida para obter vantagem dos arquivos abertos e ter um processo mais pluralístico e interativo em que a nova tecnologia torna as revistas mais facilmente acessíveis. Isto, desde que os objetivos dos autores sejam, principalmente, contribuir para o conhecimento público comum em vez de assegurar benefícios pessoais. (AVe7, tradução nossa).

As discussões que se travam nos tempos atuais em torno do livre acesso às informações científicas, em nível internacional, indicam a necessidade de manutenção e aprimoramento da avaliação pelos pares, a fim de qualificar os textos que circulam de forma mais aberta e livre pela Web. É necessário repensar os procedimentos de avaliação empregados até então e adaptá-los às novas formas e processos de publicações científicas. (AVf9).

Percebe-se, nas duas últimas transcrições, a importância de refletir sobre as novas possibilidades proporcionadas a partir do uso das tecnologias na produção dos periódicos científicos e, obviamente, na avaliação pelos pares.

Muitos avaliadores também indicaram que ela pode ser aperfeiçoada, seja através da introdução de mais rigor no processo, do aumento de pareceristas, do cumprimento dos prazos de entrega dos pareceres, da aquisição de maior agilidade e objetividade, da definição adequada dos critérios, apontando o peso de cada um e não permitindo que cada parecerista atribua um valor por si mesmo, entre outros aspectos.

Outras formas de implementar melhorias podem ser observadas a seguir: “Acho que o sistema poderia ser aperfeiçoado, com uma escolha mais apurada dos pareceristas e da adequação de suas especialidade/linhas de trabalho e pesquisa à natureza dos artigos avaliados.” (AVb11) e “Que haja uma avaliação dos avaliadores, para minimizar a política entre amigos.” (AVf12).

Alguns avaliadores lembraram como tendência a avaliação em linha, o uso de videoconferência para realizar as avaliações, o emprego de recursos que permitam postar comentários ao trabalho antes da publicação ou:

Com os recursos tecnológicos e a disponibilização de ambientes compartilhados para publicação de informação, a avaliação pelos pares é ainda mais necessária. Creio que em um futuro (talvez um pouco distante) com os recursos da inteligência artificial poderão surgir novas formas de avaliação. (AVc16).

Entre todos os 97 respondentes da categoria avaliadores, apenas dois (2,1%) manifestaram-se desfavoráveis à avaliação pelos pares, como ilustra os comentários em seguida: “Se fosse conduzido/realizado com imparcialidade e profissionalismo haveria vantagens. Mas este não é o caso. O sistema está falido.” (AVf3) e

O “Projeto Genoma” está aí para demonstrar que é possível ter publicação atualizada e relevante sem a avaliação pelo pares. Além disto, a facilidade de publicação de conteúdos na Internet tende a desvalorizar o “meio” das revistas acadêmicas. Atualmente é muito fácil publicar suas idéias na Internet, e a tendência é ser cada vez mais fácil. (AVc3).

Ressalta-se que não se manifestaram sobre esse tema sete avaliadores (7,2%), enquanto outros cinco (5,2%) afirmaram não possuir opinião formada.

Os autores, de forma geral, apresentaram opiniões a favor da permanência do processo de julgamento (a maioria das respostas), outros destacaram a necessidade de agilizar o processo ou apontaram possíveis mudanças ou o uso de novos procedimentos. Apenas quatro autores (5,8%) não responderam à questão e dois (2,9%) indicaram não ter opinião sobre o assunto.

Entre aqueles que escreveram sobre a permanência da *peer review* e sobre o desejo de torná-la mais rápida, ressalta-se: “O processo de avaliação pelos pares deve ser preservado e aprimorado. Ele é essencial para o avanço do conhecimento.” (AUe3); “Sem avaliação pelos pares os artigos perderiam o caráter de científicos, e, assim, independente do formato da revista, torna-se necessário manter essa forma de avaliação.” (AUe14); “Desde logo, parece-me necessário que se ganhe mais agilidade em todo o processo.” (AUc7) e

Considero importante e espero que possíveis fragilidades possam ser sanadas. Desse modo, cabe aos editores selecionar avaliadores que sejam de fato especialistas de áreas ou subáreas, capazes de identificar o valor científico dos artigos a eles submetidos, éticos e plenamente engajados no desenvolvimento do campo científico em que atuam. (AUb2).

Para os autores que apontaram novos caminhos na avaliação ou procedimentos, destaca-se: “Creio que isso deva ser feito em ambiente Web, para agilizar o processo de avaliação.” (AUb8); “Acredito que, no futuro, formas de avaliação mais aprimoradas possam ser utilizadas (por exemplo, avaliação por comitês ou pela comunidade como um todo, no formato de *open text*).” (AUf3); “Que fosse possível uma reunião colegiada dos “avaliadores” procurando a unidade de tratamento na análise crítica dos artigos.” (AUf8);

[. . .] os processos, cada dia mais automatizados, estão permitindo uma cada vez maior sofisticação no processo de avaliação pelos pares. O envio automático do artigo submetido a um avaliador, que os sistemas automatizados cada dia mais permitem uma escolha aleatória, mas nem por isto menos pertinente, deverá ajustar-se, cada vez mais, a um sistema de comparação entre as palavras-chaves ou palavras do resumo do artigo submetido e as dos perfis cadastrados no banco de avaliadores permitindo uma adequação cada vez maior do artigo submetido ao avaliador escolhido. No entanto, entendo que o papel do editor continuará sendo primordial no processo todo. (AUc2).

Ainda considero difícil a aceitação, no meio acadêmico, de publicações que não são avaliadas por pares. Mas percebo um futuro que talvez reveja essa forma de avaliação, justamente pelo imediatismo que as tecnologias nos impõem para a publicação, talvez um perfil de autores conceituados já exclua a necessidade de avaliação, com definição de critérios para se definir essa conceituação, ou mesmo a apresentação dos dados do autor, o que possibilita que o leitor proceda a sua própria avaliação ao realizar a leitura do artigo. (AUe17).

Tenho a impressão que cedo ou tarde deverá ser trilhado um caminho para a profissionalização, isto porque, com a valorização quase que exclusiva de artigos científicos em termos de avaliação de programas de pós-graduação, a produção vem crescendo muito e as publicações parecem não acompanhar esse ritmo por falta de avaliadores ad hoc. (AUf6).

Nota-se, aqui, diferentes opiniões a respeito de novas possibilidades para a avaliação pelos pares, como revisões de originais realizadas por um grupo de avaliadores ou por toda comunidade, uso de recursos tecnológicos que facilitam as tarefas dos editores até a profissionalização da *peer review*.

Além desses, outros autores lembraram em suas respostas os repositórios ou modelos de publicação, na Internet, que permitem a postagem de comentários para os artigos ou aquelas que o próprio autor é responsável pela divulgação do seu

trabalho. Alguns comentaram que a avaliação pelos pares ainda é a alternativa de maior credibilidade, enquanto outro expressou: “Sobreviveriam as propostas que fossem gradativamente validadas por públicos mais amplos.” (AUa5). Diferentemente das opiniões anteriormente destacadas, um autor apontou que a avaliação terá uma “[. . .] queda em qualidade em virtude da enorme quantidade de revistas e artigos que são submetidos. Revistas mais conceituadas possuem filas muito grandes e isso acaba prejudicando a disseminação da informação.” (AUa1).

Mediante o conjunto de respostas acima, foi possível verificar que a manutenção do julgamento pelos pares nas revistas científicas é apoiada pela grande parte dos respondentes. A adoção de outros procedimentos ou a indicação de alternativas à avaliação freqüentemente utilizada também foram destacados por muitos como tentativas para melhorar o processo ou como uma tendência. Alguns desses aspectos podem ser observados a seguir: pagamento aos consultores, maior rigor e exigência quanto à redação dos pareceres e ao cumprimento dos prazos pelos avaliadores, redefinição ou atualização dos critérios de avaliação de originais, emprego de variados recursos tecnológicos, necessidade de avaliação dos próprios consultores, revisão dos trabalhos pelo leitor, entre outros.

Por fim, ressalta-se que a questão da introdução de mais agilidade no processo de julgamento, a fim de diminuir o tempo entre a submissão e a indicação da decisão final pela recusa ou publicação dos trabalhos, foi citada por todas as categorias de sujeitos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação pelos pares, cerne da publicação dos periódicos considerados científicos, é uma prática social formal que, apesar de apresentar falhas, tem desempenhado um papel crucial para a comunicação do conhecimento científico. Pesquisas a seu respeito têm sido conduzidas, como mostra a literatura, embora em algumas áreas em maior número do que outras.

Este trabalho dedicou-se, então, a estudar tal tema nas revistas brasileiras de Ciência da Informação, a partir de um *corpus* selecionado. O objetivo principal foi analisar o processo de avaliação pelos pares empregado pelos periódicos e verificar a sua estrutura editorial. Em vista disso, utilizou-se para a coleta de dados uma combinação de questionários, por possibilitar o alcance dos sujeitos dispersos pelo Brasil e em outros países, e de análise de partes textuais das revistas.

É preciso salientar que devido ao número pequeno de periódicos estudados não é possível fazer generalizações para todos os títulos dedicados à Ciência da Informação e publicados no Brasil. Ainda, destaca-se que a pesquisa perdeu em profundidade ao analisar o processo de avaliação pelos pares em mais de uma revista concomitantemente, ou seja, de forma ampla. Acredita-se, porém, que o estudo de várias revistas, e não de um caso único, poderá interessar um grupo maior de membros da comunidade científica dessa disciplina. Por fim, pela questão ética e pelo comprometimento em não identificar as respostas dos sujeitos aos questionários, também deixou-se de apresentar as especificidades das revistas.

Após expressas as ressalvas e de posse dos resultados, considera-se que os objetivos inicialmente propostos foram alcançados visto que foi possível retratar os principais procedimentos adotados para a revisão dos originais e a estrutura editorial das revistas, aquela responsável por sustentar o processo de avaliação em si. Além disso, foram apresentadas as percepções dos respondentes sobre os procedimentos e critérios de revisão ou sobre a própria *peer review* de modo geral, permitindo

vislumbrar novos rumos que, talvez, a comunidade de Ciência da Informação possa seguir futuramente.

A maioria das revistas apresentou semelhanças entre si, seja no que tange ao aos atores ou ao processo de avaliação pelos pares. Em relação à estrutura editorial, foi possível perceber que o arranjo mais comum é aquele composto por editor, comissão editorial, conselho consultivo e auxiliares, variando no número de membros em todas essas composições. A verificação da filiação institucional dos editores e dos membros das comissões editoriais demonstrou que a grande parte possui vínculo com a entidade publicadora do periódico, enquanto entre os avaliadores a filiação é diversificada, aparecendo instituições do Brasil e do exterior (apenas uma revista não apresentou avaliadores vinculados a instituições estrangeiras). Assim, pode-se notar uma composição exógena de avaliadores na maior parte dos títulos analisados, fato que evidencia intercâmbio de conhecimentos com pesquisadores de várias instituições, além de indicar que as revistas não são produções “caseiras”, ou seja, reclusas em seu contexto acadêmico-científico, local ou regional de produção da ciência. Também ressalta-se que esses atores são vinculados majoritariamente a instituições de ensino superior.

A existência de uma estrutura editorial estabelecida confere credibilidade às revistas e indica que as tarefas podem ser divididas entre os integrantes, não sobrecarregando suas atividades de pesquisa e/ou docência. O fato da grande parte dos membros das comissões editoriais ter indicado atuar como avaliador, além de desempenhar outras tarefas próprias dessa posição, confirma o exposto.

Vale lembrar que o exame das revistas não teve o intuito de compará-las entre si, indicando qual a composição editorial mais ou menos adequada, pois entende-se que cada uma delas possui necessidades distintas para a sua produção.

Quanto à avaliação pelos pares, verificou-se que as revistas analisadas, em sua maioria, adotam procedimentos similares, como por exemplo: formulação conjunta dos procedimentos e dos critérios de avaliação pelos editores e pela comissão editorial; adoção da avaliação do tipo fechada para avaliador e autor; uso de critérios de avaliação que tratam dos aspectos formais e de conteúdo dos originais; envio dos artigos para dois ou três avaliadores (dependendo do caso,

outros podem ser requisitados); emprego de critérios em comum para a seleção dos avaliadores; realização de uma pré-avaliação dos artigos antes do seu encaminhamento para os pareceristas; verificação com os avaliadores sobre a sua disponibilidade para revisão de originais; estabelecimento de um prazo para entrega dos pareceres; oferecimento de instruções aos avaliadores; comunicação com os autores sobre o andamento da avaliação e repasse dos pareceres. As diferenças principais referem-se aos tipos de recompensa para os consultores, ao formato do parecer solicitado aos avaliadores e à decisão final sobre a publicação dos artigos.

Nota-se que tais procedimentos estão de acordo com os padrões comumente aceitos e reconhecidos pela ciência, conforme verificado na revisão de literatura. As revistas estudadas são classificadas com conceito A pelo Qualis da CAPES e, devido a essa característica, é possível inferir que elas seguem os principais padrões científicos. Portanto, não há muito mais que acrescentar sobre seus procedimentos de avaliação. Talvez, com outros periódicos de Ciência da Informação poderiam ser verificadas diferenças mais significativas. Destaca-se, também, que o maior número dos avaliadores e dos membros das comissões editoriais apresentou-se satisfeito com os procedimentos e critérios de avaliação de artigos empregados.

Vale fazer uma nota a respeito do tipo de avaliação, pois somente dois periódicos indicaram claramente a adoção da *double blind peer review* no texto analisado dos fascículos, enquanto o restante não informou o tipo de avaliação ou apontou apenas o sigilo do nome do autor, sem revelar a questão dos avaliadores. É importante que as revistas sejam suficientemente explícitas nas instruções para os autores quanto ao tipo de avaliação, ou seja, precisam informar se o anonimato é para autores, avaliadores ou para ambos. Considera-se que esclarecer a prática empregada beneficia os leitores e autores no momento da seleção de uma revista para a qual desejam submeter trabalhos para publicação, além de não permitir que ocorram ambigüidades. Assim, rever as informações disponibilizadas sobre o tipo de avaliação parece uma ação necessária para a maioria das revistas. Essa sugestão vale também para a indicação da estrutura editorial, pois foi possível observar em três periódicos de formato impresso e eletrônico a falta dos nomes dos componentes da estrutura editorial ou dados distintos entre as duas versões.

Embora constatado esse aspecto referente ao tipo de avaliação, é fato que a maior parte dos autores declarou que os procedimentos e critérios de avaliação foram expressos com clareza pelos periódicos. É preciso ressaltar que, talvez, muitos autores não tenham acrescentado respostas negativas, porque seus artigos foram aprovados e publicados pelas revistas estudadas.

Outros dois procedimentos merecem destaque. O primeiro refere-se ao repasse de instruções aos avaliadores. A maioria dos editores indicou fornecer diretrizes, mas cerca de 16,5% dos pareceristas afirmaram não ter recebido qualquer instrução das revistas. O segundo está relacionado à comunicação entre as revistas e os autores que submeteram seus artigos para revisão. Todos os editores afirmaram comunicar-se com os autores sobre o andamento do processo, porém 13% dos autores indicaram que não. Ainda que os pareceristas, no primeiro caso, e os autores, no segundo, sejam a minoria entre o total de respondentes em cada uma dessas categorias de sujeitos, pode demonstrar que alguns periódicos necessitem mais atenção com essas etapas da avaliação pelos pares.

Sendo assim, o acompanhamento mais próximo de alguns procedimentos adotados, bem como a revisão de determinadas informações divulgadas nos fascículos, poderá qualificar ainda mais o processo de avaliação pelos pares das revistas analisadas.

Quanto à ocorrência de conflitos de interesse entre os atores do processo, apenas uma minoria dos respondentes revelou algum tipo de conflito, sendo o mais citado aquele de motivo intelectual ou oposição de idéias. Ressalta-se que o julgamento pelos pares pode sofrer influências de várias ordens, porém nem sempre os cientistas são cômicos de sua existência.

Com relação às percepções sobre as fragilidades e os pontos fortes da *peer review* nas revistas científicas, o principal aspecto a ser destacado é a diversidade de opiniões possibilitando, algumas vezes, que um mesmo item apontado pelos respondentes assumira as duas facetas, ou seja, é considerado vantajoso por alguns sujeitos e desvantajoso por outros. Entre os vários exemplos, pode-se citar o anonimato e a parcialidade ou imparcialidade. Muitos deles são polêmicos e, por



isso, justificam-se classificações distintas para um mesmo ponto. Também demonstra que a ciência não é construída sempre de concordâncias entre os pares.

Ainda sobre as percepções, para a maioria dos respondentes a avaliação pelos pares deve ter continuidade nas revistas, sendo que muitos revelaram o anseio de seu aprimoramento, como pôde ser observado através das várias respostas transcritas na seção anterior sobre a análise dos dados. Além disso, parece imperativo que o processo adquira maior agilidade, visto que essa questão foi citada inúmeras vezes por todas as categorias de sujeitos desta pesquisa.

Considera-se que a avaliação pelos pares ainda é o melhor meio de garantir a confiabilidade do conhecimento científico a ser publicado pelas revistas impressas ou eletrônicas. As formas existentes para a sua execução são variadas e esse aspecto é benéfico para o desenvolvimento da ciência, pois cada comunidade científica pode optar por aquele modelo que julga ser o mais eficaz, além de ter a possibilidade de adaptá-lo de acordo com as suas necessidades e, inclusive, fazer experimentações, aproveitando as vantagens que o meio eletrônico proporciona para a comunicação científica.

Ainda, acredita-se que as revistas adotem procedimentos cada vez mais rigorosos e sofisticados, não somente para a seleção do material submetido pelos autores, mas para o controle e avaliação do próprio processo de julgamento pelos pares e da performance dos avaliadores, buscando amenizar as deficiências conhecidas.

Espera-se que esta pesquisa possa incitar o debate entre os pesquisadores do processo de avaliação pelos pares nas revistas brasileiras de Ciência da Informação, conduzindo ao seu aprimoramento. Estudos futuros com um número maior de periódicos desse campo, sejam brasileiros ou de um conjunto de outros países, poderiam verificar se os mesmos resultados repetir-se-iam ou não, além de incluir questões não observadas aqui. Ainda, como propostas de novas pesquisas, poderiam ser investigados: os autores que tiveram seus artigos recusados para publicação; os periódicos com outro conceito (B ou C) conforme o Qualis, permitindo, inclusive, a comparação de resultados; os periódicos que não estão inseridos nesta lista classificatória; ou um outro grupo de revistas que incluía brasileiras e estrangeiras.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de; TENÓRIO, Jovana Karla Gomes; FARIAS, Simarle Nóbrega de. A Produção de Conhecimento na Ciência da Informação: análise das dissertações produzidas no curso de mestrado em Ciência da Informação - CMCI/UFPB no período de 1997/2001. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, Belo Horizonte, 2003. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. 1 CD.

ARXIV. The arXiv Endorsement System. [2004?]. Disponível em: <<http://arxiv.org/help/endorsement>>. Acesso em: 31 nov. 2007.

ASSOCIATION OF LEARNED AND PROFESSIONAL SOCIETY PUBLISHERS; EUROPEAN ASSOCIATION OF SCIENCE EDITORS. Current Practices in Peer Review: results of a survey conducted during Oct/Nov 2000. [2000]. Disponível em: <[http://www.alpsp.org/ngen\\_public/article.asp?id=200&did=47&aid=354&st=&oa id=-1](http://www.alpsp.org/ngen_public/article.asp?id=200&did=47&aid=354&st=&oa id=-1)>. Acesso em: 23 out. 2007.

BAXT, William G. et al. Who Reviews the Reviewers? Feasibility of Using a Fictitious Manuscript to Evaluate Peer Reviewer Performance. **Annals of Emergency Medicine**, Lansing, v. 32, n. 3, p. 310-317, Sep. 1998.

BLANK, Rebecca M. The Effects of Double-Blind Versus Single-Blind Reviewing: experimental evidence from The American Economic Review. **The American Economic Review**, Nashville, v. 81, n. 5, p. 1041-1067, Dec. 1991.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BUFREM, Leilah Santiago. Revistas Científicas: saberes no campo de Ciência da Informação. In: POBLACION, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto (Orgs.). **Comunicação e Produção Científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006. p. 191-214.

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CALLAHAM, Michael L.; TERCIER, John. The Relationship of Previous Training and the Experience of Journal Peer Reviewers to Subsequent Review Quality. **PLoS Medicine**, São Francisco, v. 4, n. 1, p. 32-40, Jan. 2007. Disponível em: <[http://medicine.plosjournals.org/archive/1549-1676/4/1/pdf/10.1371\\_journal.pmed.0040040-L.pdf](http://medicine.plosjournals.org/archive/1549-1676/4/1/pdf/10.1371_journal.pmed.0040040-L.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2007.

CAMPANARIO, Juan Miguel. El sistema de revisión por expertos (peer review): muchos problemas y pocas soluciones. **Revista Española de Documentación Científica**, Madrid, v. 25, n. 3, p. 267-285, 2002. Disponível em: <<http://www.cindoc.csic.es/redc/253/3-02esp.html>>. Acesso em: 20 abr. 2006.

CASTRO, Regina Célia Figueiredo; NEGRÃO, May Brooking; ZAHER, Celia Ribeiro. Procedimentos Editoriais na Avaliação de Artigos para Publicação em Periódicos de Ciência da Saúde da América Latina e Caribe. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 25, n. 3, p. 352-356, set./dez. 1996. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=496&layout=abstract>>. Acesso em: 20 nov. 2006.

CHAUI, Marilena. A Filosofia. In: \_\_\_\_\_. **Convite à Filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 1999. p. 19-56.

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Contracapa. Brasília, DF: IBICT, v. 1, n. 1, 1972.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Tabelas de Áreas do Conhecimento. [2006a]. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabelaareasconhecimento.html>>. Acesso em: 25 mar. 2007.

\_\_\_\_\_. Qualis. [2006b?]. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/webqualis.html>>. Acesso em: 18 jan. 2007.

CORRÊA, Cynthia Harumy Hatanabe. **Interação Social da Comunidade Científica no Ciberespaço**: estudo da lista de discussão ABRH-Gestão. 2005. 120 f. (Dissertação) – Mestrado em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000454191&loc=2005&l=2a77b7553d8868a7>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

CÔRTEZ, Pedro Luiz. Considerações Sobre a Evolução da Ciência e da Comunicação Científica. In: POBLACION, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto (Orgs.). **Comunicação e Produção Científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. p. 33-55.

COSTA, Sely Maria de Souza. Mudanças no Processo de Comunicação Científica: o impacto do uso de novas tecnologias. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; PASSOS, Edilenice Jovelina Lima (Orgs.). **Comunicação Científica**. Brasília: UnB, 2000. p. 85-105.

CRANE, Diana. The Gatekeepers of Science: some factors affecting the selection of articles for scientific journals. **The American Sociologist**, Washington, v. 2, p. 195-201, Nov. 1967.

CRONIN, Blaise. Science as a Social System. In: \_\_\_\_\_. **The Citation Process: the role and significance of citations in scientific communication**. London: Taylor Graham, 1984. p. 16-24.

CUNHA, Léo. Publicações Científicas por Meio Eletrônico: critérios, cuidados, vantagens e desvantagens. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 77-92, jan./jun. 1997. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/viewarticle.php?id=38&layout=abstract>>. Acesso em: 20 jan. 2007.

DAVYT GARCÍA, Amílcar. **A Construção da Excelência nos Processos de Avaliação da Pesquisa: a Comisión Sectorial de Investigación Científica da Universidad de la República, Uruguai**. 1997. x, 129 f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000115013>>. Acesso em: 16 dez. 2007.

\_\_\_\_\_. **Avaliação por Pares e o Processo Decisório nas Agências de Fomento à Pesquisa. O CNPq e a FAPESP**. 2001. xiv, 214 f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000236027>>. Acesso em: 16 dez. 2007.

DAVYT GARCÍA, Amílcar; VELHO, Léa. A Avaliação da Ciência e a Revisão por Pares: passado e presente. Como será o Futuro? **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 93-116, mar./jun. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702000000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 10 jan. 2007.

DESPITE Enthusiasm for the Concept, Open Peer Review Was Not Widely Popular, Either Among Authors or by Scientists Invited to Comment. **Nature**, London, Dec. 2006. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/peerreview/debate/nature05535.html#top>>. Acesso em: 12 fev. 2007.

DIXON, Bernard. A Comunidade Científica. In: \_\_\_\_\_. **Para que Serve a Ciência?** São Paulo: Companhia Editora Nacional, Editora da USP, 1976. p. 28-47.

EPRINTS. Self-Archiving FAQ. [200?]. Disponível em: <<http://www.eprints.org/openaccess/self-faq/#What-is-Eprint>>. Acesso em: 2 dez. 2007.

EVANS, Arthur T. et al. The Characteristics of Peer Reviewers Who Produce Good-Quality Reviews. **Journal of General Internal Medicine**, Philadelphia, v. 8, n. 8, p. 422-428, Aug. 1993.

FACHIN, Gleisy Regina Bories; HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade. **Periódico Científico**: padronização e organização. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

FISHER, Martin MD; FRIEDMAN, Stanford B. MD; STRAUSS, Barbara. The Effects of Blinding on Acceptance of Research Papers by Peer Review. **JAMA: The Journal of the American Medical Association**, Chicago, v. 280, n. 2, p. 143-146. Jul. 1994.

FREIRE-MAIA, Newton. **A Ciência por Dentro**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GARFUNKEL, Joseph M. et al. Problems Identified by Secondary Review of Accepted Manuscripts. **JAMA: The Journal of the American Medical Association**, Chicago, v. 263, n. 10, p. 1369-1371, Mar. 1990.

GARVEY, William D. The Role of Scientific Communication in the Conduct of Research and the Creation of Scientific Knowledge. In: \_\_\_\_\_. **Communication: the essence of science: facilitating information exchange among librarians, scientists, engineers and students**. Oxford: Pergamon Press, 1979. p. 1-39.

GARVEY, William D.; GRIFFITH, Belver C. Scientific Communication as a Social System. In: GARVEY, William D. **Communication: the essence of science: facilitating information exchange among librarians, scientists, engineers and students**. Oxford: Pergamon Press, 1979. p. 148-164.

GÉRVAS, Juan; PÉREZ FERNÁNDEZ, Mercedes. La revisión por pares en las revistas científicas. **Atención Primaria**, Barcelona, v. 27, n. 6, p. 432-439, abr. 2001.

GLOGOFF, Stuart. Reviewing the Gatekeepers: a survey of referees of library journals. **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, v. 39, n. 6, p. 400-407, Nov. 1988.

GODLEE, Fiona; GALE, Catharine; MARTYN, Christopher. Effect on the Quality of Peer Review of Blinding Peer Reviewers and Asking them to Sign their Reports: a randomized controlled trial. **JAMA: The Journal of the American Medical Association**, Chicago, v. 280, n. 3, p. 237-240, Jul. 1998.

GODLEE, Fiona. Making Reviewers Visible: openness, accountability, and credit. **JAMA: The Journal of the American Medical Association**, Chicago, v. 287, n. 21, p. 2762-2765, Jun. 2002.

GRESHAM JUNIOR, John L. From Invisible College to Cyberspace College: computer conferencing and the transformation of information scholarly communication networks. **Interpersonal Computing and Technology: an electronic journal for the 21st century**, Washington, v. 2, n. 4, p. 37-52, Oct. 1994. Disponível em: <<http://www.helsinki.fi/science/optek/1994/n4/gresham.txt>>. Acesso em: 19 abr. 2007.

GUARESCHI, Pedrinho. Qual a Prática da Psicologia Social Abrapso? In: ZANELLA, Andréa V. et al. (Org.) **Psicologia e Práticas Sociais**. Porto Alegre: Abrapsosul, 1997. p. 11-16.

HAMES, Irene. **Peer Review and Manuscript Management in Scientific Journals: guidelines for good practice**. Malden: Blackwell, 2007.

HARNARD, Stevan. Implementing Peer Review on the Net: scientific quality control in scholarly electronic journals. In: Peek, R.; Newby, G. (Eds.) **Scholarly Publishing: the electronic frontier**. Cambridge: MIT Press. 1996. p. 103-108. Disponível em: <<http://cogprints.ecs.soton.ac.uk/archive/00001692/00/harnad96.peer.review.html>>. Acesso em: 20 dez. 2006.

\_\_\_\_\_. The Invisible Hand of Peer Review. **Exploit Interactive**, [S.l.], n. 05, Apr. 2000. Disponível em: <<http://www.exploit-lib.org/issue5/peer-review/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

HORROBIN, David F. The Philosophical Basis of Peer Review and the Suppression of Innovation. **JAMA: The Journal of the American Medical Association**, Chicago, v. 263, n. 10, p. 1438-1441, Mar. 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas. [2007?]. Disponível em: <<http://ccn.ibict.br/busca.jsf>>. Acesso em: 15 fev. 2007.

ISSN INTERNATIONAL CENTRE. Total Number of Records in the ISSN Register [2007?]. Disponível em: <[http://www.issn.org/files/active/1/TOTAL%20NUMBER%20OF%20RECORDS%20IN%20THE%20ISSN%20REGISTER\\_2006.pdf](http://www.issn.org/files/active/1/TOTAL%20NUMBER%20OF%20RECORDS%20IN%20THE%20ISSN%20REGISTER_2006.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2007.

KLING, Rob; McKIM, Geoffrey. Scholarly Communication and the Continuum of Electronic Publishing. **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, v. 50, n. 10, p. 890-906, July 1999.

KNOLL, Elizabeth. The Communities of Science and Journal Peer Review. **JAMA: Journal of the American Medical Association**, Chicago, v. 263, n. 10, p. 1330-1332, March, 1990.

KRONICK, David A. Peer Review in 18th-century Scientific Journalism. **JAMA: The Journal of the American Medical Association**, Chicago, v. 263, n. 10, p. 1321-1322, Mar. 1990.

KUHN, Thomas Samuel. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

KURAMOTO, Hélio. Informação Científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 91-102, maio/ago. 2006.

Disponível em:

<<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=930&layout=abstract>>. Acesso em: 23 maio 2007.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. The Evolution of Electronic Publishing. **Library Trends**, Urbana-Champaign, v. 43, n. 4, p. 518-527, Spring, 1995.

LANDKROON, Annemieke P. et al. Quality Assessment of Reviewers' Reports Using a Simple Instrument. **Obstetrics and Gynecology**, New York, v. 108, n. 4, p. 979-985, Oct. 2006. Disponível em: <<http://greenjournal.org/cgi/reprint/108/4/979>>. Acesso em: 3 dez. 2007.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LIESEGANG, Thomas J.; SHAIKH, Marwan; CROOK, Julia E. The Outcome of Manuscripts Submitted to the American Journal of Ophthalmology Between 2002 and 2003. **American Journal of Ophthalmology**, Chicago, v. 143, n. 4, p. 551-560, Apr. 2007.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Ciência da Informação: nem ciência social, nem humana, apenas uma ciência diferente. In: PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (Org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade**. Brasília: IBICT, 1999. p. 65-77.

MACHADO, Arlindo. Publicações Científicas: da galáxia de Gutemberg à aldeia telemática. **Informare** - cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 70-80, jan./jun. 1996.

MADDEN, A. D. When did Peer Review Become Anonymous? **Aslib Proceedings**, London, v. 52, n. 8, p. 273-276, Sept. 2000.

MCKIE, Douglas. The Scientific Periodical from 1665 to 1798. In: MEADOWS, Arthur Jack (Ed.). **The Scientific Journal**. London: Aslib, 1979. p. 7-17.

MCNUTT, Robert A. et al. The Effects of Blinding on the Quality of Peer Review. **JAMA: The Journal of the American Medical Association**, Chicago, v. 263, n. 10, p. 1371-1376, Mar. 1990.

MEADOWS, Arthur Jack. The Problem of Refereeing. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). **The Scientific Journal**. London: Aslib, 1979. p. 104-111.

\_\_\_\_\_. **A Comunicação Científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MEIS, Leopoldo de; LETA, Jacqueline. **O Perfil da Ciência Brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

MIRANDA, Dely Bezerra de; PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. O Periódico Científico como Veículo de Comunicação: uma revisão de literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 25, n. 3, p. 375-382, set./dez. 1996. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=503&layout=abstract>>. Acesso em: 11 jan. 2007.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O Impacto das Tecnologias de Informação na Geração do Artigo Científico: tópicos para estudo. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 23, n. 3, p. 309-317, set./dez. 1994.

\_\_\_\_\_. A Seleção de Artigos Científicos para Publicação em Revistas Brasileiras: um levantamento de práticas e procedimentos adotados pelas revistas científicas brasileiras financiadas pelo CNPq e FINEP 1995-1996. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 21, n. 2, p. 229-250, jul./dez. 1997.

\_\_\_\_\_. O Círculo Vicioso que Prende os Periódicos Nacionais. **DataGramZero**: revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, n. zero, p. 1-8, dez. 1999. Disponível em: <[http://www.dgzero.org/dez99/Art\\_04.htm](http://www.dgzero.org/dez99/Art_04.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2006.

\_\_\_\_\_. O Periódico Científico. In: CAMPELLO, Bernardete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. **Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 73-95.

\_\_\_\_\_. A Comunicação Científica e o Movimento de Acesso Livre ao Conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=925&layout=abstract>>. Acesso em: 15 maio 2007.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt; SOMBRIO, Márcia Luiza Lonzetti Nunes; PRADO, Noêmia Schoffen. Periódicos Brasileiros Especializados em Biblioteconomia e Ciência da Informação: evolução. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 10, out. 2000. Não paginado. Disponível em: <<http://www.encontros-bibli.ufsc.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

OLIVEIRA, Daniela. Brasil Ganha Dois Lugares no Ranking da Ciência. **Ciência Hoje On-line**, Rio de Janeiro, 10 set. 2007. Especiais: 59ª Reunião Anual da SBPC - 2007. Disponível em: <<http://ich.unito.com.br/96243>>. Acesso em: 2 jan. 2008.

OLIVEIRA, Eloísa da Conceição Príncipe de. Revistas Eletrônicas: papel ou bytes? **Informare** - cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 81-87, jan./jun. 1996.



OLIVEIRA, Érica Beatriz Pinto Moreschi de; NORONHA, Daisy Pires. A Comunicação Científica e o Meio Digital. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 75-92, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/53/1523>>. Acesso em: 07 jun. 2006.

OMOTE, Sadao. Revisão por Pares na Revista Brasileira de Educação Especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 11, n. 3, p. 323-334, set./dez. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382005000300002&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382005000300002&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 12 set. 2006.

ONLINE COMPUTER LIBRARY CENTER. Análise do Cenário da OCLC em 2003: reconhecimento de padrões: resumo executivo do reporte: the 2003 environmental scan: pattern recognition. Dublin: OCLC, 2004. Disponível em: <[http://www.oclc.org/reports/escan/downloads/escansummary\\_po.pdf](http://www.oclc.org/reports/escan/downloads/escansummary_po.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2007.

PETERS, Douglas P.; CECI, Stephen J. Peer-review Practices of Psychological Journal: the fate of published articles, submitted again. **The Behavioral and Brain Sciences**, New York, v. 5, n. 2, p. 187-255, 1982.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus; CELESTINO, Paola Martins. Comunicación científica de investigadores brasileños em salas virtuales ("chats"): debate científico em red electrónica. **Infodiversidad (Buenos Aires)**, Buenos Aires, v. 8, p. 77-95, 2005.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Evolução da Comunicação Científica até as Redes Eletrônicas e o Periódico como Instrumento Central deste Processo. CONFERÊNCIA IBEROAMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, 1., 2006. **Anais...** Brasília, DF: Ed. da UNIDERP, 2006. Disponível em: <<http://portal.cid.unb.br/CIPECCbr/viewpaper.php?id=48>>. Acesso em: 10 fev. 2007.

PRICE, Derek J. de Solla. **O Desenvolvimento da Ciência**: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO/UFF/IBICT. Histórico do PPGCI. [2007?]. Disponível em: <[http://www.uff.br/ppgci/ppgci\\_hist\\_ori.htm](http://www.uff.br/ppgci/ppgci_hist_ori.htm)>. Acesso em: 28 abr. 2007.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO/USP. Apresentação e Histórico do PPG-CI. 2007. Disponível em: <<http://poseca.incubadora.fapesp.br/portal/informacao/org-ci/apresentacao-hist/>>. Acesso em: 28 abr. 2007.

RAY, Joel; BERKWITS, Michael; DAVIDOFF, Frank. The Fate of Manuscripts Rejected by a General Medical Journal. **The American Journal of Medicine**, New York, v. 109, n. 2, p. 131-135, Aug. 2000.

REGISTRY OF OPEN ACCESS REPOSITORIES. Browse. Geographic Country. [2007?]. Disponível em: <<http://roar.eprints.org/index.php?action=browse>>. Acesso em: 23 maio 2007.

ROBERTS, Peter. Scholarly Publishing, Peer Review and Internet. **First Monday**: a peer-reviewed journal on the net, Chicago, n. 4, Apr. 1999. Não paginado. Disponível em: <[http://www.firstmonday.dk/issues/issue4\\_4/proberts/index.html](http://www.firstmonday.dk/issues/issue4_4/proberts/index.html)>. Acesso em: 15 abr. 2007.

ROVNER, Sophie. New Journal Offers Open Peer Review. **Chemical & Engineering News**: science and technology, Washington, v. 84, n. 8, p. 36, Feb. 2006.

ROWLAND, Fytton. The Peer-review Process. **Learned Publishing**, Hatfield, v. 15, n. 4, p. 247-258, Oct. 2002.

SARACEVIC, Tefko. Interdisciplinary Nature of Information Science. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, jan./abr. 1995. Não paginado. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=575&layout=abstract>>. Acesso em: 15 fev. 2007.

SCHROTER, Sara et al. Effects of Training on Quality of Peer Review: randomised controlled trial. **British Medical Journal**, London, v. 328, n. 7441, p. 673-675, Mar. 2004. Disponível em: <<http://www.bmj.com/cgi/reprint/328/7441/673>>. Acesso em: 5 dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Differences in Review Quality and Recommendations for Publication Between Peer Reviewer Suggested by Authors or by Editors. **JAMA: The Journal of the American Medical Association**, Chicago, v. 295, n. 3, p. 314-317, Jan. 2006.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Passado e Futuro das Revistas Científicas. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 25, n. 3, p. 383-386, set./dez. 1996. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=504&layout=abstract>>. Acesso em: 15 jan. 2007.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre as Revistas Brasileiras. **Intexto**, Porto Alegre, Edição 3, 1998. Não paginado. Disponível em: <<http://www.intexto.ufrgs.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2006.

\_\_\_\_\_. Avaliação de Originais em Revistas de Comunicação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003. **Anais...** Belo Horizonte: Ed. Escola da Ciência da Informação da UFMG, 2003. 1 CD.

\_\_\_\_\_. Avaliação de Originais nas Revistas Científicas : uma trajetória em busca do acerto. In: FERREIRA, Sueli Mara; TARGINO, Maria das Graças (Orgs.) **Preparação de Revistas Científicas: teoria e prática**. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005. p. 103-121.

\_\_\_\_\_. Avaliação pelos Pares nas Revistas de Comunicação: visão dos editores, autores e avaliadores. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006. **Anais...** Belo Horizonte: Ed. Escola da Ciência da Informação da UFMG, 2006. Disponível em: <<http://www.portalppgci.marilia.unesp.br/enancib/viewpaper.php?id=244>>. Acesso em: 15 dez. 2006.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação Científica na Sociedade Tecnológica: periódicos eletrônicos em discussão. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo, n. 31, 1º semestre, p. 71-98, 1999.

THOMPSON, Dennis F. Understanding Financial Conflicts of Interest. **The New England Journal of Medicine**, Waltham, v. 329, n. 8, p. 573-576, Aug. 1993.

URBIZAGÁSTEGUI ALVARADO, Rubén. Las revistas de Bibliotecología y Ciencias de la Información en América Latina. **Biblios**, Lima, Año 7, n. 24, abr./jun. 2006. Não paginado. Disponível em: <[http://www.bibliosperu.com/articulos/24/2006\\_00.pdf](http://www.bibliosperu.com/articulos/24/2006_00.pdf)>. Acesso em: 30 nov. 2007.

VAN ROOYEN, Susan et al. Effect of Blinding and Unmasking on the Quality of Peer Review. **JAMA: The Journal of the American Medical Association**, Chicago, v. 280, n. 3, p. 234-237, Jul. 1998. Disponível em: <<http://jama.ama-assn.org/cgi/content/full/280/3/234>>. Acesso em: 3 dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Effect of Open Peer Review on Quality of Reviews and on Reviewers' Recommendations: a randomized trial. **British Medical Journal**, London, v. 318, n. 7175, p. 23-27, Jan. 1999. Disponível em: <<http://www.bmj.com/cgi/reprint/318/7175/23>>. Acesso em: 12 fev. 2007.

VAN ROOYEN, Susan; BLACK, Nick; GODLEE, Fiona. Development of Review Quality Instrument (RQI) for Assessing Peer Reviews of Manuscripts. **Journal of Clinical Epidemiology**, New York, v. 52, n. 7, p. 625-629, Jul. 1999.

VOLTARELLI, Julio César; FALASCHI, Valderez Aparecida Coelho; RODRIGUES, Maria De Lourdes Veronese. Referees' Opinions About Editorial Policies and Practices of an Academic Medical Journal in Brazil. In: INTERNATIONAL CONGRESS ON PEER REVIEW IN BIOMEDICAL PUBLICATION, 4., 2001, Barcelona. [Abstracts]. Barcelona: [s.n.], 2001. Disponível em: <[http://www.ama-assn.org/public/peer/prc\\_program2001.htm#brazil](http://www.ama-assn.org/public/peer/prc_program2001.htm#brazil)>. Acesso em: 30 nov. 2007.

WAGNER, Peter. Crises de Modernidade: a sociologia política no contexto histórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano 11, n. 31, p. 29-43, jun. 1996.

WALKER, Richard, D.; HURT, Charlie Deuel. Journals. In: \_\_\_\_\_. **Scientific and Technical Literature**: an introduction to forms of communication. Chicago: ALA, 1990. p. 1-77.

WEBER, Ellen J. et al. Author Perception of Peer Review: impact of review quality and acceptance on satisfaction. **JAMA: The Journal of the American Medical Association**, Chicago, v. 287, n. 21, p. 2790-2793, Jun. 2002.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Os Repositórios de E-prints como Nova Forma de Organização da Produção Científica**: o caso da área das Ciências da Comunicação no Brasil. 2006. 360 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em:  
<[http://poseca.incubadora.fapesp.br/portal/bdtd/2006/2006-do-weitzel\\_simone.pdf](http://poseca.incubadora.fapesp.br/portal/bdtd/2006/2006-do-weitzel_simone.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2007.

WELLER, Ann C. Editorial Peer Review: research, current practices, and implications for librarians. **Serials Review**, Oxford, v. 21, n. 1, p. 53-65, Spring, 1995.

WILLIAMSON, Alex. What Will Happen to Peer Review? **Learned Publishing**, Hatfield, v. 16, n. 1, p. 15-20, Jan. 2003.

WILLINSKY, John. Ten Flavors of Open Access. In: \_\_\_\_\_. **The Access Principle**: the case for open access to research and scholarship. London: The Mit Press, 2006. Appendix A, p. 211-216. Disponível em:  
<[https://mitpress.mit.edu/books/willinsky/TheAccessPrinciple\\_TheMITPress\\_0262232421.pdf](https://mitpress.mit.edu/books/willinsky/TheAccessPrinciple_TheMITPress_0262232421.pdf)>. Acesso em: 25 maio 2007.

YANKAUER, Alfred. Who Are the Peer Reviewers and How Much do they Review? **JAMA: The Journal of the American Medical Association**, Chicago, v. 263, n. 10, p. 1338-1340, Mar. 1990.

ZIMAN, John Michael. **Conhecimento Público**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

ZUCKERMAN, Harriet; MERTON, Robert K. Patterns of Evaluation in Science: institutionalisation, structure and functions of the referee system. In: MEADOWS, Arthur Jack (Ed.). **The Scientific Journal**. London: Aslib, 1979. p. 112-146.

## APÊNDICE A – Questionário para os Editores

**Revista:**

**Nome (opcional):**

1. **Como e por quem** (editor, conselho editorial, conselho consultivo ou avaliadores, outra opção) foram estabelecidos os procedimentos e os critérios de avaliação pelos pares desta revista? Eles passam por atualizações?

2. Tomando como incidente crítico o ano de 2006:

a. Qual o número aproximado de artigos científicos recebidos para avaliação?

b. Destes, quantos foram aprovados sem a necessidade de correções pelos autores?

c. Quantos foram aprovados com a necessidade de correções pelos autores?

d. Quantos foram reprovados?

3. Marque qual o tipo de avaliação utilizado pela revista.

( ) avaliador anônimo, autor identificado

( ) avaliador identificado, autor anônimo

( ) avaliador e autor anônimos

( ) avaliador e autor identificados

a. Em relação ao anonimato, gostaria de esclarecer algo?

4. Os artigos científicos são pré-avaliados antes da sua remessa para análise pelos avaliadores? Em caso positivo, quem pré-avalia os artigos? Eles já podem ser recusados nesta pré-avaliação?

5. Quanto tempo, em média, um artigo leva para ser avaliado (desde a submissão pelo autor até a decisão final pela sua publicação ou recusa)?

( ) Até um mês

( ) Até dois meses

( ) Até três meses

( ) Até quatro meses

( ) Mais de quatro meses

6. **Quem** realiza a avaliação dos artigos e **quantos** pareceristas geralmente analisam cada trabalho?

7. Quais os critérios utilizados para seleção dos avaliadores permanentes e/ou *ad hoc*? Marque mais de uma opção, se necessário.

- Titulação
- Senioridade acadêmica
- Envolvimento em atividades de pesquisa científica
- Domínio de um tema ou mais
- Produção científica
- Outros critérios           Quais?

8. Quais os critérios de avaliação estipulados pela revista para análise dos artigos?

9. Os avaliadores são contatados para verificar sua disponibilidade antes do envio dos artigos para avaliação?

- Sempre
- Frequentemente
- Raramente
- Nunca

10. Quanto tempo você costuma oferecer para os avaliadores entregarem seus pareceres conclusivos?

- Até duas semanas
- Até um mês
- Até dois meses
- Até três meses
- Mais de três meses
- Não ofereço um prazo final

11. Em caso de indicar um prazo, os avaliadores costumam cumpri-los?

- Sempre
- Às vezes
- Raramente
- Nunca

a. Como você procede com os avaliadores que não cumprem os prazos?

12. Qual é o formato do parecer solicitado ao avaliador (formulário ou *checklist*, parecer descritivo ou combinação desses dois tipos, ou outro formato)?

13. A revista oferece instruções aos avaliadores para melhor proceder na análise dos artigos? Em caso afirmativo, explique de que forma são repassadas essas instruções.

14. Os avaliadores dos artigos são recompensados de alguma forma? Em caso positivo, indique qual o tipo de recompensa (publicação dos seus nomes nos fascículos, pagamento de honorários, entre outros).

15. Você costuma comunicar-se com os autores sobre o andamento das etapas do processo de avaliação (desde o recebimento dos artigos até seu aceite ou recusa)?

16. Os autores recebem os pareceres sobre a avaliação? Explique qual o formato (parecer integral ou resumido dos avaliadores, parecer do editor, entre outros).

17. Depois de analisados, **quem** decide quais artigos serão publicados?

18. Atualmente, quais as etapas do processo de avaliação são feitas de forma eletrônica?

( ) Todas as etapas

( ) Parte das etapas      Quais?

( ) Nenhuma das etapas

19. Nos últimos anos a revista detectou algum caso de plágio, fabricação de resultados, falsificação ou submissão dupla de artigos? Em caso afirmativo, qual o tipo e como foi resolvido o problema?

20. Você já teve conflitos de interesse com os avaliadores, membros do conselho editorial ou autores desta revista quanto ao processo de avaliação dos artigos? Em caso positivo, que tipo de conflitos e como foram solucionados?

21. Para você, quais são as fragilidades e os pontos fortes do processo de avaliação pelos pares?

22. Qual sua opinião sobre o futuro da avaliação pelos pares nas revistas científicas?

23. Gostaria de explicar algum item da avaliação de artigos desta revista que não foi perguntado?

## APÊNDICE B – Questionário para os Membros das Comissões Editoriais

**Revista:**

**Nome (opcional):**

1. Quais suas funções e/ou atividades como membro da comissão editorial desta revista?
  
2. De que forma a comissão editorial auxilia especificamente no processo de avaliação de artigos?
  
3. Qual sua opinião sobre os procedimentos e critérios de avaliação de artigos empregados por esta revista? Eles são satisfatórios?
  
4. Você participa como avaliador de artigos em outras revistas científicas nacionais e/ou estrangeiras? Em caso positivo, quantas são e quais as diferenças nos procedimentos de avaliação em relação a esta revista?
  
5. Você já teve conflitos de interesse com os editores, avaliadores ou autores desta revista quanto ao processo de avaliação dos artigos? Em caso positivo, que tipo de conflitos e como foram solucionados?
  
6. Para você, quais são as fragilidades e os pontos fortes do processo de avaliação pelos pares?
  
7. Qual sua opinião sobre o futuro da avaliação pelos pares nas revistas científicas?
  
8. Gostaria de explicar algum item da avaliação de artigos desta revista que não foi perguntado?



## APÊNDICE C – Questionário para os Avaliadores ou Membros dos Conselhos Consultivos

**Revista:**

**Nome (opcional):**

1. Quantas horas, em média, você utiliza para a avaliação de um artigo?

- Até uma hora
- De uma a duas horas
- De duas a três horas
- Mais de três horas

2. Tomando como incidente crítico o ano de 2006:

a. Qual o número aproximado de artigos que você avaliou para esta revista?

b. Destes, quantos foram aprovados sem a necessidade de correções pelos autores?

c. Quantos foram aprovados com a necessidade de correções pelos autores?

d. Quantos foram reprovados?

3. Qual sua opinião sobre os procedimentos e critérios de avaliação de artigos empregados por esta revista? Eles são satisfatórios?

4. Você recebeu instruções para realizar a avaliação de artigos desta revista? Em caso positivo, poderia explicar quais foram as instruções e como as recebeu?

5. Quanto tempo o editor costuma oferecer para você entregar os pareceres conclusivos da avaliação de artigos?

- Até duas semanas
- Até um mês
- Até dois meses
- Até três meses
- Mais de três meses
- O editor não oferece um prazo final

6. Em caso do editor indicar um prazo final para entregar os pareceres, você costuma cumpri-lo? Você acredita que o prazo dado é suficiente para avaliação de artigos?
  
7. Qual é a forma do parecer solicitado pelo editor desta revista (formulário ou *checklist*, parecer descritivo, combinação dos dois tipos, ou outros)?
  
8. Você costuma autorizar o repasse dos seus pareceres aos autores? Por quê?
  
9. Você participa como avaliador de artigos em outras revistas científicas nacionais e/ou estrangeiras? Em caso positivo, quantas são e quais as diferenças nos procedimentos de avaliação em relação a esta revista?
  
10. Você já teve conflitos de interesse com os editores, membros da comissão editorial, avaliadores ou autores desta revista quanto ao processo de avaliação dos artigos? Em caso positivo, que tipo de conflitos e como foram solucionados?
  
11. Para você, quais são as fragilidades e os pontos fortes do processo de avaliação pelos pares?
  
12. Qual sua opinião sobre o futuro da avaliação pelos pares nas revistas científicas?
  
13. Gostaria de explicar algum item da avaliação de artigos desta revista que não foi perguntado?

## APÊNDICE D – Questionário para os Autores

**Revista:**

**Nome (opcional):**

1. Quais os critérios que você costuma utilizar para a seleção de uma revista a qual deseja submeter um artigo?
2. Qual sua opinião sobre os procedimentos e critérios de avaliação de artigos empregados por esta revista? Você considera que esses são expressos com clareza na revista?
3. Ocorreram diferenças entre os procedimentos de avaliação explicitados na revista e os que foram realizados na revisão de seu artigo? Em caso positivo, quais foram as diferenças?
4. Depois de encaminhar o artigo à revista, o editor comunicou sobre o andamento do processo de avaliação de seu artigo (desde o recebimento até o aceite do artigo)? Para você, essa comunicação ou contato foi satisfatório?
5. Você recebeu um parecer sobre a avaliação de seu artigo? Em caso afirmativo, o parecer foi esclarecedor?
6. Você já teve conflitos de interesse com os editores, membros da comissão editorial ou avaliadores desta revista quanto ao processo de avaliação de artigos? Em caso positivo, que tipo de conflitos e como foram solucionados?
7. Para você, quais são as fragilidades e os pontos fortes do processo de avaliação pelos pares?
8. Qual sua opinião sobre o futuro da avaliação pelos pares nas revistas científicas?
9. Gostaria de expressar alguma opinião sobre a avaliação de originais desta revista que não foi perguntado?

## APÊNDICE E – Perguntas Específicas para os Editores

Perguntas formuladas para cinco revistas, entre as seis selecionadas, e inseridas no questionário para os editores (APÊNDICE A).

- **Ciência da Informação**

Qual a diferença de funções entre o editor e o editor científico desta revista?

- **DataGramZero:** revista de Ciência da Informação

Quais as funções do Conselho Editorial e Científico?

- **Encontros Bibli:** revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação

Qual a diferença de funções entre o editor coordenador e o subcoordenador desta revista?

- **Perspectivas em Ciência da Informação**

Qual a diferença de funções entre o editor e o editor adjunto desta revista?

- **Transinformação**

Qual a diferença de funções entre o editor, editor associado, editor adjunto e editor assistente desta revista?

## APÊNDICE F - Carta de Apresentação

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Este questionário é parte de uma pesquisa em desenvolvimento no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O estudo tem por objetivo analisar o processo de avaliação pelos pares nas revistas brasileiras de Ciência da Informação (conceito A-Nacional, conforme o Qualis/CAPES), a partir da percepção dos editores, membros da comissão editorial, avaliadores e autores que contribuíram com tais revistas em 2006.

Assim, solicitamos sua valiosa colaboração respondendo de forma detalhada ao questionário em anexo como \_\_\_\_\_ (*categoria de sujeitos*) da revista \_\_\_\_\_ (*título da revista científica*), para que possamos conhecer e analisar os procedimentos adotados por esta publicação. Informamos que os dados serão tratados no conjunto e suas respostas não serão identificadas.

Para retornar o questionário, basta preencher, salvar suas respostas e anexar o novo arquivo ao correio eletrônico. Por favor, remeta o questionário para qualquer um dos endereços eletrônicos: cleusapavan@yahoo.com.br ou clepavan@gmail.com

Desde já agradecemos a sua contribuição.

Atenciosamente,

Cleusa Pavan – Mestranda do PPGCOM/UFRGS  
Ida R. C. Stumpf – Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. do PPGCOM/UFRGS – [irstumpf@ufrgs.br](mailto:irstumpf@ufrgs.br)  
Porto Alegre – Brasil